

Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

**PLANO DE
PASTORAL DE
CONJUNTO
1966 – 1970**

Apresentação da Edição de 2004

Em 1962, ainda antes do início do Concílio Vaticano II, a CNBB lançava o *Plano de Emergência* para preparar a Igreja para uma profunda renovação. Teve seu foco na paróquia e no exercício do ministério sacerdotal, mas também estava orientado para as escolas católicas e para a realidade sócio-econômica. A força motivadora desta primeira tentativa de pastoral de conjunto foi muito grande.

Para colocar em prática as ricas orientações do Concílio Vaticano II, a CNBB lançou, em 1966, o *Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970*. Foi elaborado durante a VII Assembléia Geral Extraordinária da Conferência, ainda em Roma, durante os três meses da última sessão conciliar. A proposta deste Plano era que a Igreja no Brasil se ajustasse rápida e plenamente à imagem da Igreja do Concílio Vaticano II.

De fato, as diretrizes do primeiro Plano de Pastoral de Conjunto foram inspiradas pelos grandes Documentos do Concílio, dando origem às seis grandes “linhas” de trabalho da Igreja: **1) Unidade visível da Igreja Católica** (Lumen Gentium, Christus Dominus, Presbyterorum Ordinis, Optatum Totius, Perfectae Caritatis, Apostolicam Actuositatem); **2) Ação Missionária** (Lumen Gentium, Ad Gentes); **3) Ação Catequética, aprofundamento doutrinal, reflexão teológica** (Dei Verbum); **4) Ação Litúrgica** (Sacrosanctum Concilium); **5) Ação Ecumênica** (Unitatis Redintegratio); **6) Ação da Igreja no mundo** (Gaudium et Spes, Dignitatis Humanae, Nostra Aetate, Gravissimum Educationis, Inter Mirifica).

Além de “Diretrizes Fundamentais da Ação Pastoral”, foram elaboradas também “Linhas Fundamentais de Trabalho”, segundo cada uma das seis linhas acima citadas. Foi sempre dada especial ênfase ao conhecimento da realidade e à reflexão pastoral sobre ela, à formação de agentes e à organização de assessorias. Foi um Plano muito bem articulado e com uma clareza impressionante de metas e propostas. Tudo isso era fruto da participação dos seus autores no Concílio e do desejo de traduzir logo no Brasil, na organização e na prática da vida eclesial, as lições colhidas no Concílio Vaticano II.

Este Plano de Pastoral de Conjunto marcou profundamente, durante as décadas sucessivas, o caminho pastoral da Igreja no Brasil e a própria organização e atuação da CNBB. A organização das atividades da Conferência segundo as “seis linhas” durou até 1995, quando as Diretrizes quadrienais passaram a se chamar “Diretrizes da Ação Evangelizadora”, destacando mais fortemente o caráter evangelizador e missionário da atuação da Igreja. A partir daí, as Diretrizes passaram a ser orientadas segundo as quatro “exigências” da evangelização: serviço, diálogo, anúncio e testemunho de comunhão. Mesmo assim, as dez Comissões Episcopais Pastorais aprovadas na Assembléia Geral de 2003, e que dão a estrutura de referência da organização pastoral da Conferência, ainda estão claramente relacionadas com as seis “linhas pastorais” do primeiro Plano de Pastoral de Conjunto da CNBB.

O *Plano de Pastoral de Conjunto – 1966-1970* continua despertando interesse, sendo citado com freqüência, por causa da importância histórica que tem para o caminho pastoral da Igreja no Brasil. Por isso, o Secretariado Geral da CNBB decidiu publicá-lo novamente, na série “azul” dos Documentos da CNBB, para facilitar o seu acesso na atualidade. Seu conhecimento ainda poderá trazer frutos para a ação evangelizadora e pastoral dos nossos dias.

Brasília, 30 de maio de 2004, Solenidade de Pentecostes.

Dom Odilo Pedro Scherer
Bispo Auxiliar de São Paulo
Secretário-Geral da CNBB

ÍNDICE

Apresentação	
Exortação de Paulo VI ao Episcopado latino-americano.....	
Apresentação-síntese	

Primeira parte **Introdução geral**

I. <i>A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil</i>	
1. Finalidade e membros	
2. História	
3. Órgãos constitutivos	
4. Eleição dos membros e manutenção dos serviços	
II. <i>O Plano de Pastoral de Conjunto</i>	
1. Plano de Emergência, Concílio, Plano de Pastoral de Conjunto	
2. Objetivos do Plano de Pastoral de Conjunto	
3. Diretrizes fundamentais de ação: objetivo geral e objetivos específicos de ação da Igreja	

Segunda parte **Diretrizes fundamentais de ação pastoral**

I. <i>Justificativa geral</i>	
1. Em que sentido podemos planejar a ação da Igreja	
2. Tomada de consciência da situação da Igreja no Brasil	
a) Necessidades e exigências.....	
b) Possibilidades da Igreja no Brasil	
3. Objetivo geral e objetivos específicos de ação da Igreja	
II. <i>Linhas fundamentais de trabalho</i>	
Linha de trabalho nº 1 - Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica.....	
Linha de trabalho nº 2 - Promover a ação missionária.....	
Linha de trabalho nº 3 - Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica.....	
Linha de trabalho nº 4 - Promover a ação Litúrgica.....	

Linha de trabalho n° 5 - Promover a ação ecumênica.....

Linha de trabalho n° 6 - Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.....

III. Aplicação das diretrizes aos planos nacional e regional.....

1. Aplicação ao plano nacional.....

1.1. Atividades permanentes.....

1.2. Ampliação dos serviços existentes.....

1.3. Atividades especiais e montagens de novos serviços.....

2. Aplicação aos planos regionais.....

2.1. Responsabilidade do plano regional.....

2.2. As diretrizes do plano regional.....

2.3. As atividades do plano regional.....

IV. Aplicação das diretrizes ao plano diocesano.....

1. A diocese como unidade fundamental de ação pastoral.....

2. Sentido e função do planejamento diocesano.....

3. Requisitos básicos de renovação diocesana.....

4. Como elaborar o plano diocesano.....

4.1. Passos principais na elaboração do plano diocesano.....

4.2. Programas e projetos a serem desenvolvidos.....

4.3. Estruturação e coordenação diocesanas.....

Terceira parte

Plano nacional de atividades da CNBB

Indicações gerais.....

Programa n° 1 - Levantamentos e pesquisas.....

Programa n° 2 - Reflexão e elaboração teológico-pastoral.....

Programa n° 3 - Formação de pessoal.....

Programa n° 4 - Montagem de novos serviços de assessoria.....

Quadros resumo.....

Dados estatísticos sobre a Igreja no Brasil.....

Estatutos da CNBB.....

Apresentação

Ao Povo de Deus, em nossa pátria brasileira, apresentamos, em nome e com a autoridade de todo o episcopado nacional, o Plano de Pastoral de Conjunto para o próximo quinquênio.

Este Plano foi elaborado por especialistas, e exaustivamente discutido, emendado e aprovado pelos bispos do Brasil, na VII Assembléia Geral Extraordinária da CNBB, reunida em Roma durante os três meses da última sessão conciliar.

Não há dúvida de que a graça de Deus transcende os cálculos humanos e o Espírito Santo atua independente dos condicionamentos naturais: Spiritus ubi vult spirat (Jo 3,8). Mas é certo também que é imprescindível a cooperação do homem com a graça. Ora, o planejamento pastoral é um esforço dessa cooperação indispensável. Ele visa exatamente a criar condições favoráveis à atuação da graça.

Acresce que o planejamento foi requerido pelo Chefe visível da Igreja e que representa o Chefe invisível, Nosso Senhor.

O saudoso Papa João XXIII, já no seu primeiro ano de pontificado, pediu uma coordenação orgânica da atividade pastoral entre nós. Em 1961 foi além do pedido: ordenou o planejamento.

Ouçamos ainda a voz do nosso Pontífice Paulo VI, no discurso proferido ante os bispos da América Latina, na audiência de 24 de novembro de 1965:

“... a atividade pastoral não pode processar-se às cegas. O apóstolo não corre no encalço do incerto e bate no ar (I Cor, 9,26). Hoje foge à acomodação e ao perigo do empirismo. Um sábio planejamento pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e um incentivo de trabalho.

Sabemos que em alguns de vossos países foram elaborados planos de pastoral de conjunto, em resposta à encarecida recomendação de nosso predecessor João XXIII, de feliz memória, na Carta Apostólica Ad dilectos Americae Latinae populos, de 8 de dezembro de 1961. O exemplo poderá ser seguido também pelos demais episcopados”.

E o Santo Padre continua a dissertar difusamente sobre o assunto. Outrossim, na alocução de 23 de fevereiro de 1965, aos participantes da Comissão Italiana de Superiores Maiores dos Institutos Religiosos, trata Sua Santidade da integração dos Religiosos na indispensável planificação pastoral de conjunto.

Estribados, assim, na autoridade dos legítimos Pastores, vem promulgado o novo Plano, fase de um processo de planejamento, que começou com o Plano de Emergência aprovado pela V Assembléia Geral da CNBB em abril de 1962 e que deverá prosseguir fecundado pelas bênçãos divinas. Ele envolve todas as forças vivas da Igreja no Brasil e empenha cada membro do Povo de Deus. Que ninguém se furte a tomar a parte que lhe couber, na sua execução.

Rio de Janeiro, janeiro de 1966.

+ D. Agnelo cardeal Rossi
Presidente da CNBB

**+ D. José Gonçalves da
Costa**
Secretário Geral da CNBB

Exortação de Paulo VI ao episcopado latino-americano (24-11-65, X aniversário do CELAM)

A ação pastoral na América Latina

Condições do trabalho pastoral da Igreja¹

O continente latino-americano é considerado católico: é a sua glória e a sua fortuna. Este catolicismo, que tem notável peso numérico no seio da comunidade católica do mundo, revela, porém – e o dizemos com solícito afeto de pai – aspectos negativos que denotam debilidade e falta de homens e de meios. Poder-se-ia falar de um estado de debilidade orgânica, que manifesta urgente necessidade de revigorar e reanimar a vida católica, a fim de torná-la mais substanciosa nos princípios doutrinários e mais sólida na prática. Dir-se-ia que a fé do povo latino-americano deve realizar ainda uma plena maturidade de desenvolvimento.

Qual é, com efeito, a solidez, a consciência de si, a capacidade de resistência da vida católica? Em que camadas sociais se concretiza? Qual é o seu grau de cultura? Que estatísticas existem a respeito da observância religiosa, da moralidade familiar e das vocações eclesiais? Vós, que conheceis os índices da frequência média aos sacramentos e à Missa dominical e os gravíssimos danos causados à família pela lei do divórcio introduzida em muitos países, achareis justificadas nossas apreensões.

Outro elemento que pesa na situação religiosa da América Latina é a falta de homens no campo apostólico, especialmente de sacerdotes. Sempre se insistiu, e com razão, no angustioso problema da grave carência de clero: o fato é por demais evidente para que se possa menosprezar o seu alcance. Será preferível reexaminar os critérios seguidos, até o presente momento, na utilização mais profícua das forças que se têm à disposição, e perguntar-se, entre outras coisas, se sempre se cuidou da melhor distribuição do clero a fim de eliminar as desproporções que, em não poucos casos, existem entre o número de sacerdotes empenhados nas grandes cidades e o daqueles encaminhados para o interior, e se sempre se observou um cauteloso emprego do clero em atividades estritamente apostólicas.

A questão pode aplicar-se também aos religiosos, os quais devem representar sempre forças verdadeiramente vivas no apostolado, mediante os centros exemplares e importantes de vida espiritual que criaram e saberão criar.

Intimamente ligado à falta de homens é o grau de eficiência das estruturas pastorais em relação às grandes exigências de hoje: deve-se, portanto, estudar atentamente se estas são adequadas e suficientes nas cidades e nos meios rurais e o que se pode fazer para polarizar novamente a vida nos modernos centros urbanos em torno da Igreja.

Chamamos a atenção, enfim, para a falta de meios, estes também necessários à Igreja, mesmo sem constituírem a principal preocupação do Pastor, o qual põe a sua confiança na Providência. Aqui é o caso de ver se a Igreja colocou os seus bens a serviço da comunidade e se não se deixou sobrecarregar em algum lugar com o peso de bens temporais improdutivos, especialmente de terras, que já não possuem hoje a função de outros tempos e aos quais é oportuno dar inteligentemente um melhor emprego. É necessário recordar a este respeito – e é agradável atestá-lo de público – que alguns episcopados da América Latina, encorajados e autorizados por esta Sé Apostólica, já puseram à disposição dos mais necessitados de seus fiéis

¹ Apresentamos o trecho do discurso que se refere às condições do trabalho pastoral e aos critérios de ação.

grandes propriedades de terras da Igreja para uma racional produção, empreendendo-se a seguir o processo de transformação agrária.

No diagnóstico, que se vem delineando, é confortador, por outro lado, discernir os diversos elementos de relevante valor que tornam mais otimista a visão de conjunto e constituem motivo de segura esperança para o Pastor.

O povo é bom e profundamente religioso por natureza: recebe com prontidão e ótima disposição a mensagem evangélica, é batizado na Igreja Católica, nela quer viver e sente-se orgulhoso de a ela pertencer. No conjunto, a Igreja vive em um clima de liberdade e de paz propício a um profícuo trabalho; representa a maior força capaz de salvar o continente, com o prestígio social e moral que possui. A Igreja existe e possui estruturas seculares sólidas e respeitáveis: se ela se movimenta é ainda amplamente seguida; se fala, sua voz é ainda amplamente ouvida. Ela deve, pois, manifestar a sua vitalidade, e explorar ao máximo suas grandes possibilidades de ação, com uma pastoral dinâmica, adequada ao ritmo das transformações em curso. Deste modo, a Igreja jamais se encontrará alheia e separada da vida da sociedade na qual, por mandato divino, é chamada a atuar. Ela deve testemunhar, com fatos, que não só foi parte integrante no processo de formação de cada país da América Latina, mas que quer ser hoje também um raio de luz e de salvação no processo das atuais transformações.

Para uma atividade desta natureza, seria prejudicial cair num estado de timidez, de medo e de falta de confiança, que desarma e constrange, mesmo nos melhores homens, o ímpeto requerido para um difícil trabalho construtivo. A Igreja deve ter confiança em si mesma e saber infundir coragem e confiança nos seus filhos, ministros de Deus e fiéis, recordando-lhes que as “armas de nossa luta não são carnis, mas nos vêm de Deus todo poderoso” (2 Cor. 10,4). O momento é propício: o Concílio Ecumênico suscitou um forte despertar de energias, que é necessário saber alimentar e pôr em prática; produziu uma ardente expectativa no público, que não pode ser decepcionado.

O Pastor, portanto, terá sempre olhos abertos sobre o mundo porque a observância e a vigilância evangélica devem continuar, pois o mundo muda e é necessário saber satisfazer às crescidas exigências e interpretar as novas situações. Ele saberá servir-se do auxílio dos especialistas, teólogos e sociólogos, para preparar dirigentes capazes, quer no clero, quer no laicato; promoverá freqüentes cursos de renovação pastoral, convidando, em espírito de fraterna compreensão, sacerdotes, religiosos, religiosas e leigos, aos quais terá o cuidado de ensinar os sólidos princípios da genuína espiritualidade pastoral, que têm na fé suas raízes de desenvolvimento. Para o exato conhecimento da situação e da urgência do trabalho, o Pastor fará um amplo e inteligente uso dos dados sociológicos recolhidos e elaborados a respeito das condições religiosas do país.

Crítérios de ação

Caráter extraordinário

A consideração de eventuais deficiências do passado no trabalho pastoral e a identificação dos pontos nevrálgicos sobre os quais ocorre concentrar o esforço de evangelização, devem levar o Pastor a dirigir a atividade apostólica sobre algumas linhas fundamentais.

Em primeiro lugar, será conferido ao trabalho pastoral um caráter extraordinário: pelo empenho sério e profundo que lhe será dispensado, pelas formas de ação decididas e rápidas

que se colocarão em movimento para tornar mais difundido o anúncio do Evangelho, e extraordinário também pelo emprego dos homens aos quais se recorrerá.

Unitário

Mas como os problemas de hoje são gerais, requerem soluções de conjunto. Ninguém os pode resolver sozinho. Daqui se segue o caráter unitário que deve revestir a ação pastoral de hoje: o que comporta um entendimento, permanente quanto aos critérios e periódicos no controle a ser exercido, em base nacional através das Conferências Episcopais e em base continental através do Conselho Episcopal Latino-Americano. A união íntima e o esforço concorde dos bispos não diminuem a liberdade e a responsabilidade pessoal de cada um, mas eliminam os efeitos prejudiciais provocados pelas divisões internas.

Planificado

Em terceiro lugar, na obra pastoral não se pode andar às cegas: o apóstolo não é alguém que corre incerto ou se bate contra o ar (1 Cor 9, 26); evita hoje a acomodação e o perigo do empirismo. Uma sábia planificação, portanto, pode oferecer também à Igreja um meio eficaz e incentivo para o trabalho. Sabemos que em alguns de vossos países, em resposta ao insistente apelo que o Nosso Predecessor João XXIII, de venerável memória, dirigiu com a Carta Apostólica “*Ad dilectos Americae latinae populos*”, de 8 de dezembro de 1961 (AAS 54, 1962, 28-31), foram elaborados planos de pastoral de conjunto pelas Conferências Episcopais. O exemplo pode ser seguido também pelos outros episcopados. Diremos ainda mais: sob certos aspectos e para alguns assuntos, poderá ser também útil e oportuno estudar um plano de nível continental através do vosso Conselho Episcopal, na sua função de órgão de contato e de colaboração entre as Conferências Episcopais da América Latina.

A planificação impõe opções e comporta renúncias mesmo do que, às vezes, seria o melhor; e a concentração de esforços intensiva e extensiva nos objetivos essenciais obriga a deixar realizações que, embora belas, sejam limitadas ou supérfluas. O plano de pastoral deve, além disso, estabelecer claramente as metas a que se dirige, fixar os critérios de escolha e prioridade entre as múltiplas necessidades apostólicas e levar em conta elementos disponíveis em pessoal e meios. O Plano de Pastoral terá maior concretização se for determinado também no seu tempo de aplicação e se for articulado numa pastoral de tipo missionário, que não se limita a conservar intactas ou a aperfeiçoar posições adquiridas, mas se estende à expansão e à conquista.

Para garantir a execução dos planos de pastoral será conveniente instituir, como já se fez em algumas nações, um Secretariado de Coordenação do apostolado dependendo das Conferências Episcopais, com suas respectivas ramificações ou ligações em cada uma das dioceses, que lhe assegurem um funcionamento eficiente.

Evitando o dano dos extremismos, recordamos ainda uma vez que é indispensável proceder conjuntamente: aqui a uniformidade é força e virá a ser costume.

Segundo a doutrina da Igreja

Enfim, o Pastor sempre age segundo a doutrina da Igreja que, com admirável continuidade e na hora precisa, sempre soube estar à altura de todo momento histórico difícil, suscitando, por virtude do Espírito de Deus que a acompanha, formas e instituições sempre novas para satisfazer as novas necessidades e exigências.

Apresentação – síntese

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), criada em outubro de 1952, tem sido, durante estes 13 anos de existência, um instrumento privilegiado, através do qual o episcopado de nosso país vem exercendo sua co-responsabilidade pastoral.

A pedido do Papa João XXIII e consciente da situação muito especial e decisiva em que se encontra a Igreja no Brasil, a CNBB empreendeu, sobretudo nos últimos 3 anos, um esforço intenso de renovação pastoral, baseado no que se convencionou chamar o Plano de Emergência.

Este Plano proporcionou à Igreja novo dinamismo, novas estruturas, novas possibilidades de ação, e preparou terreno propício para uma ampla renovação na linha do Concílio Vaticano II.

Em continuidade a todo este esforço e no intuito de uma aplicação ao Brasil das grandes decisões conciliares, a CNBB acaba de elaborar e aprovar o seu Plano de Pastoral de Conjunto (1966-1970).

Este Plano visa a criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II.

Para realizar este objetivo a CNBB elaborou diretrizes e planejou atividades.

1. As *diretrizes* contêm os objetivos, princípios e opções fundamentais que devem orientar a ação da Igreja no Brasil, nos próximos 5 anos. Estas diretrizes prevêem seis grandes linhas de trabalho:

- *Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica.*
- *Promover a ação missionária.*
- *Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica.*
- *Promover a ação litúrgica.*
- *Promover a ação ecumênica.*
- *Promover a melhor inserção do povo de Deus como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.*

Em cada linha de trabalho são definidas as atividades mais importantes que devem ser desenvolvidas para sua realização.

Todos os cristãos católicos e organismos de Igreja, cada um dentro de sua responsabilidade e iniciativa e de acordo com sua vocação específica, são convidados a empreender e organizar sua ação segundo estas diretrizes, para que haja um melhor aproveitamento de esforços, e a ação da Igreja adquira eficiência e unidade em vista dos objetivos comuns.

2. Além dessas diretrizes, a CNBB elaborou um plano de atividades, que executará diretamente ou através de serviços a ela ligados. Este plano prevê:

- *atividades permanentes;*
- *ampliação de alguns serviços;*
- *atividades especiais e montagem de novos serviços.*

As atividades permanentes são desenvolvidas pelos diversos secretariados nacionais da CNBB e organismos a ela ligados. Consistem em assessoria ao episcopado, elaboração de

diretrizes a serem submetidas ao juízo e à sanção do episcopado, coordenação de organismos e movimentos a ela ligados, fornecimento de subsídios à ação pastoral da Igreja, assessoria a todos os organismos de Igreja que a solicitarem, entrosamento com as entidades e organismos eclesiais ou civis para questões referentes à ação da Igreja.

A CNBB, para dar à sua ação o dinamismo dela exigido, necessita, imediatamente, ampliar também alguns de seus serviços.

As atividades especiais e a montagem de novos serviços estão planejadas em quatro diferentes programas, assim discriminados:

- *Programa de pesquisas e levantamentos, com 19 diferentes projetos.*
- *Programa de reflexão e elaboração ideológico-pastoral, com 19 diferentes projetos.*
- *Programa de formação de pessoal, com 12 diferentes projetos.*
- *Programa para montagem de assessorias aos secretariados regionais, às dioceses e a outros organismos de Igreja, com 6 diferentes projetos.*

*

O Plano é apresentado em três partes:

- I. *Introdução geral do Plano.*
- II. *Diretrizes fundamentais da ação pastoral.*
- III. *Plano nacional de atividades da CNBB.*

Nestas três partes apresentamos o mais concreta e sucintamente possível:

- as mais importantes opções pastorais da Igreja e sua justificativa à luz da teologia e das situações, necessidades e possibilidades práticas;
- a definição das atividades que a CNBB visa a realizar, em nível nacional, de janeiro de 1966 a dezembro de 1970, a fim de concretizar estas opções;
- as responsabilidades, prazos, sistemas e custos de cada uma destas atividades e de todo o conjunto.

A *primeira parte* corresponde à Introdução geral do Plano, e apresenta dados gerais sobre a CNBB, sua história e suas finalidades, assim como o objetivo geral deste Plano, sua ligação com o Plano de Emergência, e os princípios básicos que orientaram a formulação das diretrizes.

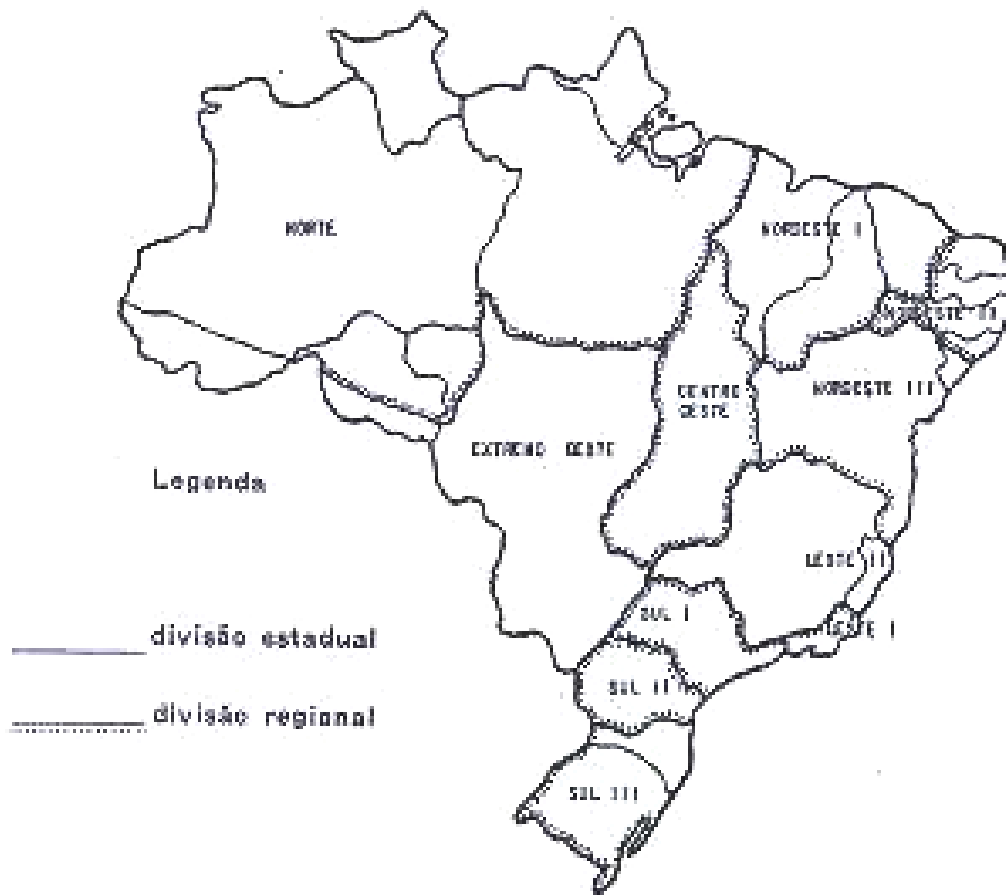
A *segunda parte* corresponde ao pano de fundo de toda a formulação do Plano e de seu desenvolvimento. A partir dos objetivos de ação da Igreja, traça as diretrizes que formulam as opções feitas e fundamentam as decisões a serem tomadas no seu detalhamento e desdobramento; estabelece igualmente os princípios gerais de aplicação destas diretrizes aos planos nacional, regionais e diocesanos.

A *terceira parte* contém o Plano nacional de atividades da CNBB, e define os objetivos de trabalho, a sistemática adotada, os responsáveis pela execução, as tarefas, datas e prazos.

Os diversos planos regionais fazem parte integrante deste Plano de Pastoral de Conjunto, complementam-no e com ele estão íntima e organicamente ligados. Todo esse trabalho, por sua vez, orienta-se em grande parte no sentido de um serviço às dioceses, para que elas realizem, o mais rápida e plenamente possível, a imagem de Igreja do Vaticano II, entrando num esforço de ação planejada e renovadora.

Este Plano visa, pois, ser o esforço coordenado e conjunto para que a Igreja no Brasil possa realizar, o mais plenamente possível, o que Deus dela espera nos próximos cinco anos.

Regionais da CNBB



primeira parte

Introdução geral

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

1. Finalidade e membros

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a organização instituída pela Hierarquia eclesial do Brasil e aprovada pela Santa Sé, tendo como finalidade:

- a) estudar problemas de interesse da Igreja, particularmente no Brasil;
- b) apresentar normas, aprovar e coordenar medidas, que facilitem e promovam a unidade de orientação e a conveniente atualização da pastoral (Art. 1º dos Estatutos).

Desta maneira, como afirma a “*Lumen gentium*”, ela pode hoje contribuir com múltipla e fecunda força, para que o afeto colegiado que deve animar fundamentalmente a hierarquia seja levado a uma aplicação concreta (nº 23).

São membros da CNBB, com iguais direitos, os Ordinários do lugar de qualquer rito (exceto os vigários gerais), os coadjutores, auxiliares e outros bispos titulares, em comunhão com a Santa Sé, que tenham residência canônica no Brasil (Art. 2º dos Estatutos).

2. História

A Assembléia de *instalação da CNBB* foi realizada de 14 a 17 de outubro de 1952, na cidade do Rio de Janeiro. Durante estes 13 anos de sua existência realizaram-se 6 assembléias ordinárias assim relacionadas:

- 1ª Assembléia Ordinária — *Belém*, 1953. Temas debatidos: Espiritismo; Imigração; Reforma Agrária; Ação Católica e Apostolado dos leigos; Liga Eleitoral Católica.
- 2ª Assembléia Ordinária — *Aparecida*, 1954. Temas debatidos: Ação Católica e Apostolado dos leigos; Liturgia: Projeto de ritual português-latino; Protestantismo; Família; Reforma agrária; Ajuda espiritual, cultural e econômica ao clero.
- 3ª Assembléia Ordinária — *Serra Negra*, 1956. Temas debatidos: Ação Católica e Apostolado dos leigos; Modernização do apostolado; Meios de divulgação; Formação da opinião pública através dos agentes de publicidade; A Igreja e o mundo operário; O problema dos nossos seminários.
- 4ª Assembléia Ordinária — *Goiânia*, 1958. Temas debatidos: Paróquia: digna sustentação do clero e das obras paroquiais; Influência das estruturas sociais sobre a

vida religiosa da paróquia; Levantamento prático e eficiente da paróquia; Papel dos leigos na ação missionária da paróquia; Paróquia e liturgia; Paróquia e missão; Papel do pároco na espiritualização das estruturas sociais da Paróquia; Relações do pároco com o bispo e a cúria diocesana.

- 5ª Assembléia Ordinária — *Rio de Janeiro*, 1962. Temas debatidos: Plano de Emergência.
- 6ª Assembléia Ordinária — *Roma*, 1964: Reformulação dos Estatutos; Reestruturação da Conferência.

Além destas assembleias ordinárias que marcaram a vida da CNBB e da Igreja no Brasil, realizaram-se igualmente vários encontros regionais de bispos, visando responder a problemas específicos e situações peculiares de determinadas regiões. Assinalamos de modo especial:

- 1ª Reunião dos prelados da Amazônia - *Belém*, 1964;
- 1º Encontro dos bispos do Nordeste - *Campina Grande*, 1956;
- 2ª Reunião dos prelados da Amazônia - *Belém*, 1957;
- 2º Encontro dos bispos do Nordeste - *Natal*, 1959;
- Encontro dos bispos da Bacia do Rio Doce - *Cel. Fabriciano*, 1961;
- Reunião das Províncias Eclesiásticas de São Paulo - *S. Paulo*, 1960;
- Reunião dos bispos e prelados de Minas Gerais - *Belo Horizonte*, 1961;
- Reunião dos bispos e prelados de Goiás - *Goiânia*, 1962.

Após o lançamento do Plano de Emergência (abril de 1962) e a criação das comissões e secretariados regionais, estes encontros se multiplicaram e começaram a fazer parte da vida ordinária da Conferência, contribuindo vigorosamente para seu fortalecimento, eficiência e vitalidade.

Durante este período foi também intensificado o entrosamento com as Ordens, Congregações e Institutos religiosos e com a CRB, verificando-se conseqüentemente uma crescente inserção das comunidades religiosas na pastoral de conjunto.

A CNBB tem participado efetivamente do Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) através de seus delegados.

Por ocasião da VI Assembléia realizada em Roma, durante a 3ª Sessão conciliar, com autorização especial da Sagrada Congregação Consistorial, foram reelaborados os Estatutos e reformuladas suas estruturas provisoriamente, até que o término do Concílio possibilite uma formulação e estruturação mais definitiva de acordo com o conjunto de decisões a serem tomadas pelo Vaticano II.

3. Órgãos constitutivos

Atualmente a Conferência exerce suas atividades através dos órgãos constitutivos seguintes:

a) a *Assembléia geral*, órgão supremo da CNBB, presidida e dirigida pela comissão central, e que deve se reunir ordinariamente a cada dois anos, e extraordinariamente sempre que necessário;

b) a *Comissão central*, órgão diretor da CNBB, dependente da assembleia, cujas resoluções deve cuidar sejam executadas. Constituem a comissão central: os cardeais do Brasil e o titular da arquidiocese na Capital Federal, como membros natos; o presidente e os dois vice-presidentes, o secretário geral, o tesoureiro geral, os secretários nacionais, os secretários regionais. Devem reunir-se ordinariamente cada semestre, e extraordinariamente sempre que necessário;

c) o *Secretariado geral*, a quem compete, sob a dependência da assembléia e da comissão central, suscitar, auxiliar, executar e coordenar toda a dinâmica e atividades da CNBB;

d) os *Secretariados nacionais*, que através do respectivo secretário, e em harmonia com o secretariado geral, respondem perante a assembléia por setores de especial interesse da vida e ação da Igreja;

e) as *Comissões regionais*, que constituídas por todos os membros da CNBB pertencentes à região são o órgão de planejamento e orientação da pastoral de conjunto, no âmbito da região, em consonância com as diretrizes do plano nacional;

f) os *Secretariados regionais*, que, sob a direção do respectivo secretário e em dependência das comissões regionais, devem suscitar, dinamizar, executar e coordenar todas as atividades da CNBB na região;

g) as *Comissões episcopais*, que a assembléia geral venha a nomear para atender às exigências da Santa Sé e à solução de problemas de interesse da Igreja no Brasil;

h) *Instituições* por ela criadas.

4. Eleição dos membros e manutenção dos serviços

O presidente, os vice-presidentes, o secretário geral, os secretários nacionais são eleitos pela assembléia; os secretários regionais pela respectiva comissão regional.

Os serviços nacionais da CNBB são mantidos:

a) pela contribuição das circunscrições eclesiais;

b) pela cooperação financeira dos santuários;

c) por doações ou legados;

d) por eventuais receitas.

O Plano de Pastoral de Conjunto

Para efetivação de seus objetivos e melhor serviço à Igreja, a CNBB vem tentando planejar suas atividades. O esforço mais decisivo neste sentido foi o Plano de Emergência.

1. Plano de Emergência, Concílio, Plano de Pastoral de Conjunto

Elaborado e lançado pelo episcopado nacional, em abril de 1962, por pedido expresso do Papa João XXIII, o Plano de Emergência marcou decisivamente, nestes três últimos anos, a Igreja no Brasil. Por falta de dados mais completos e científicos, de uma reflexão já mais amadurecida sobre nossa situação, de instrumentos a serem ainda criados, e sobretudo pela premência da ação a empreender, o Plano de Emergência não quis ser um plano global e acabado. Preferiu empreender a renovação de alguns setores da vida da Igreja, que pareciam vitais: a paróquia, o ministério sacerdotal, o sistema educacional católico, a ação da Igreja no campo sócio-econômico; e, a partir destes setores, um primeiro esforço de pastoral de conjunto em nível diocesano, regional e nacional.

Sobre todos estes aspectos, o Plano de Emergência formulou princípios, sistema, diretrizes concretas e previu a criação de determinados instrumentos e estruturas: secretariados regionais, CERIS, equipes de assessoria, etc.

Todos estes elementos passaram a constituir as diretrizes que orientaram grande parte das atividades da CNBB em nível nacional e regional, e fundamentaram e apoiaram a montagem e desenvolvimento de planos de trabalho em nível diocesano e paroquial, adotando o ritmo e a aplicação cabíveis em cada situação.

Em fevereiro de 1965, elevavam-se:

- a 93 o número de circunscrições eclesiais que haviam adotado integralmente o Plano de Emergência como base de renovação;
- a 73 o número daquelas que simpatizavam e tentavam realizar algo.

Mais perceptível ainda foi a dinamização que provocou em nível regional e nacional, abrindo novas perspectivas de ação para a Igreja e uma base mais ampla e concreta para o exercício da co-responsabilidade episcopal. Todo este esforço, porém, ganhou amplitude inesperada e cobertura total com a realização do Concílio Vaticano II que, sob o sopro do Espírito Santo, empreendeu um gigantesco esforço de renovação de toda a Igreja.

Sentiu-se, porém, a necessidade de dar seguimento ao Plano de Emergência, atualizando-o, e começar a concretizar, no Brasil, os caminhos abertos à Igreja pelo Vaticano II.

Assim foi elaborado este Plano de Pastoral de Conjunto.

2. Objetivos do Plano de Pastoral de Conjunto

O Plano de Emergência baseou seu esforço de renovação no mistério da Igreja como comunidade: prolongamento e presença viva do mistério de Cristo. O Vaticano II significou, para toda a Igreja, uma clara e esplêndida tomada de consciência, uma explicitação de seu próprio mistério e a disposição firme de renovar-se segundo a imagem que Cristo nela deseja fazer brilhar.

Nesta perspectiva, situamos o *objetivo geral* do Plano de Pastoral de Conjunto, que é:

Criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste, o mais rápida e plenamente possível, à imagem de Igreja do Vaticano II.

A formulação e realização deste objetivo contém quatro aspectos importantes:

a) *a renovação de Igreja*, no Brasil, conforme a imagem de Igreja do Vaticano II. Comparando nossa situação atual com aquilo que o Concílio quer que seja a Igreja, poderemos estabelecer os objetivos gerais e específicos desta renovação, seus princípios, opções e diretrizes mais importantes;

b) *a criação de meios e condições*. A renovação é, antes de tudo, dom de Deus, garantido indefectivelmente à sua Igreja, e resposta livre dos homens. Como instrumentos disponíveis nas mãos divinas, o que podemos e devemos fazer é criar os meios e as condições para que ela se realize o mais plenamente possível;

c) *o tempo em que se realizará esta renovação*. Não podemos prevê-lo pelos motivos acima aludidos. Mas, como membros vivos da Igreja, desejamos com ardor e zelo que seja o mais rápido possível, conscientes de que a renovação plena só se efetuará na segunda vinda do Senhor, por sua intervenção direta e dom gratuito.

Podemos, porém, e devemos prever as atividades a realizar, para criarmos os meios e as condições que Deus espera e quer de nossa colaboração. É este, aliás, o sentido da ação apostólica.

Para não ficar apenas em princípios e diretrizes, e descer a detalhes mais concretos, para poder acompanhar melhor a evolução histórica e garantir uma presença sempre adaptada da Igreja, arbitramos em cinco anos o tempo de previsão das atividades da CNBB contidas no Plano de Pastoral de Conjunto. Seu desenvolvimento e execução se processarão *de janeiro de 1966 a dezembro de 1970*.

d) *a continuidade desta renovação*. O Plano deverá dar continuidade, segurança e progresso à ação da Conferência, tornar-se um instrumento privilegiado de aplicação do “afeto colegiado” e da co-responsabilidade e solicitude episcopal. Em 1970 poderá ser elaborado o Plano seguinte, para um prazo, então, de 4 anos. Como as assembléias gerais da Conferência se realizam de dois em dois anos, teremos alternadamente uma assembléia para renovação dos mandatos e estudo de aspectos especiais do plano em vigor ou de assunto de interesse particular da Igreja, e outra assembléia para elaboração, discussão e sanção do novo Plano.

3. Diretrizes fundamentais de ação: objetivo geral e objetivos específicos de ação da Igreja.

Para promover a renovação da Igreja no Brasil, conforme a imagem de Igreja do Vaticano II, necessitamos, em primeiro lugar, definir os grandes objetivos, princípios, opções, diretrizes que devem orientar a ação e, em vista deles, precisar as atividades e tarefas a desenvolver. Baseamos esta definição de diretrizes, objetivos e tarefas em dois grupos de reflexões, que se completam e interpenetram:

- a formulação aplicada ao Brasil dos objetivos de ação da Igreja explicitados pelo Vaticano II;
- a tomada de consciência da situação da Igreja no Brasil (suas necessidades, exigências e possibilidades), à luz do Concílio e dos dados reais de que dispomos no momento.

*

Sintetizando as grandes perspectivas da “Lumen Gentium”, e em especial do capítulo primeiro, podemos afirmar que o *objetivo geral de ação da Igreja é:*

<i>Levar todos os homens à plena comunhão de vida com o Pai e entre si em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja.</i>
--

O Plano de Emergência, conforme já assinalamos, fundamentou a renovação paroquial, sacerdotal e educacional no ministério da Igreja como comunidade. Este Plano de Pastoral de Conjunto continua a mesma perspectiva, mas a amplia e aprofunda à luz do Concílio, explicitando-lhe a riqueza: a Igreja é a comunhão de vida dos homens com o Pai e entre si, em Jesus Cristo, no dom do Espírito Santo, comunicada e manifestada pela mediação da comunidade visível.

O objetivo último de todo o mistério de salvação é esta comunhão de vida interpessoal dos homens em Cristo, e por Cristo, com toda a Trindade. Esta relação interpessoal de amor é dom gratuito de Deus, que tanto amou o mundo, que lhe deu seu Filho unigênito (Jo 3, 16), mas exige igualmente dos homens uma resposta livre e pessoal de amor.

Este desígnio de salvação, Cristo o realiza e manifesta na comunidade visível de Igreja, de tal modo que a “sociedade provida de órgãos hierárquicos e o Corpo Místico, a assembléia visível e a comunidade espiritual... formam uma só realidade constituída de elementos divinos e humanos” (“Lumen Gentium” n° 8).

Prolongamento, presença viva e atuante em Cristo, a comunidade de Igreja participa de seu tríplice múnus: profético, sacerdotal e régio.

Em um primeiro momento de renovação pastoral, numa aplicação acomodática, o Plano de Emergência denominou o múnus profético de comunidade de fé, o múnus sacerdotal de comunidade de culto e o múnus régio de comunidade de caridade. Por motivos práticos ligou algumas atividades do ministério da palavra (pregação, catequese, movimento bíblico) à comunidade de fé; reuniu as atividades litúrgicas na comunidade de culto; e fez depender da comunidade de caridade a ação missionária dos movimentos leigos, o movimento vocacional, a promoção social e a organização da comunidade paroquial.

Esta sistematização tem o seu fundamento e valor. A Igreja é, e será sempre, uma comunidade. Nela estará sempre presente e atuante o ministério da palavra, a vida litúrgica e especialmente eucarística, a ação missionária, a formação na fé de todos os membros do povo de Deus, a presença da Igreja no desenvolvimento humano, a organização visível da própria

comunidade eclesial. Através destas atividades a Igreja exerceu e exercerá sempre seu múnus profético, sacerdotal e régio.

O agrupamento, porém, destas atividades em comunidade de fé, de culto e de caridade era acomodatório. A fé e a caridade são duas virtudes teológicas que devem informar todas as atividades pastorais e todos os aspectos da vida da Igreja. A eucaristia, por exemplo, é por excelência o sacramento da caridade e, ao mesmo tempo, o “mysterium fidei”.

O múnus sacerdotal e o culto cristão, por sua vez, não se restringem à vida litúrgica, embora nela tenham fonte e sua máxima realização. Todas as atividades apostólicas e a vida evangélica de um leigo são exercícios de seu sacerdócio comum e culto espiritual.

O Vaticano II aprofundou e explicitou riquezas insondáveis do mistério de Cristo e da Igreja, autenticando-as com a garantia do magistério hierárquico. À luz do Concílio, retornamos e ampliamos todas as atividades e diretrizes pastorais do Plano de Emergência, mas demos-lhes uma sistematização mais profunda, mais orgânica e mais conforme as perspectivas conciliares. Este reagrupamento e esta sistematização tomaram como critério os seis objetivos específicos de ação da Igreja. Em cada um deles Cristo e a comunidade de Igreja exercem seu múnus profético, sacerdotal e régio.

*

Como primeiro objetivo específico, nossa ação pastoral visa a renovar e dinamizar a Igreja no seu próprio ministério de comunidade, estreitando sua unidade visível.

Este objetivo requer a renovação de todos os membros do povo de Deus para uma vida evangélica mais autêntica, para o melhor desempenho da missão a que foi chamado, para um aproveitamento mais pleno e comunitário dos carismas que lhe foram comunicados pelo Espírito Santo. Exige especialmente o pleno exercício do ministério hierárquico: do colégio episcopal, tendo o Papa como cabeça visível, da Conferência episcopal, do bispo em sua diocese ou no desempenho da tarefa especial que lhe foi confiada, do presbitério unido a seu bispo.

Este objetivo requer ainda a renovação das diversas estruturas em que se realiza esta comunidade de Igreja: comunidade de base, a paróquia, a zona pastoral, a diocese, as regiões pastorais, a Conferência episcopal, o Conselho continental, a Igreja universal.

*

Nossa segunda reflexão visa a renovar as atividades fundamentais da comunidade de Igreja e seus níveis de realização. À semelhança do organismo humano, a Igreja possui uma dinâmica permanente de crescimento extensivo. Aprofundando a unidade do todo, exerce atividades diversas em níveis diversos.

A atividade máxima e o nível supremo de realização da Igreja é o ministério eucarístico, que constitui a fonte e o ponto culminante de toda a sua vida. Em função da eucaristia, e dela dimanando, desenvolve-se toda a vida sacramental e litúrgica, especialmente os sacramentos do batismo e da confirmação, que com ela constituem os sacramentos da iniciação cristã.

Em função da eucaristia e dos sacramentos, mas os precedendo e preparando, aprofundando e continuando, a Igreja proclama, explicita e interioriza em todos os seus membros o ministério da Palavra de Deus, na pregação, na catequese, na comunicação da doutrina, para que a vida de fé, esperança e caridade, a vida no Espírito Santo, neles cresça e se intensifique.

Para aqueles que ainda não chegaram à fé e ao conhecimento de Cristo, e ainda não estão inseridos na comunidade visível, para aqueles que, embora batizados, vivem apenas

uma fé implícita, a Igreja, pela Palavra e pelo testemunho de vida, desenvolve uma ação missionária, anuncia a mensagem que os leve à *primeira conversão*, à *adesão pessoal a Cristo*, à *inserção consciente e participante na comunidade visível*.

São essas as atividades básicas e os três níveis fundamentais de realização da Igreja. Não são três compartimentos estanques, mas três fases crescentes de um mesmo processo vital. Para aqueles que já vivem uma fé explícita e uma participação pessoal e efetiva na comunidade de Igreja, a ação pastoral desenvolverá o nível litúrgico e a explicitação e interiorização da Palavra de Deus. Para todos aqueles que ainda não chegaram à fé ou a vivem apenas implicitamente, será decisivo o desenvolvimento de uma ampla e intensa ação missionária.

Baseados nestas reflexões, podemos situar o *segundo*, *terceiro* e *quarto* objetivos específicos de nossa ação pastoral, assim enunciados:

- *Levar os homens à primeira adesão pessoal a Cristo, através do anúncio missionário da Palavra e do testemunho de vida evangélica.*
- *Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da Palavra e do testemunho de vida evangélica, que iluminam e alimentam.*
- *Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através do culto litúrgico integral e das celebrações da Palavra.*

Adotamos nesta enumeração a ordem mais vital: o homem que se converte e adere a Cristo é inserido na comunidade visível da Igreja, nela aprofunda sua vida cristã, interiorizando a Palavra de Deus, e participa de sua realização máxima, que é a eucaristia.

Esta é a única Igreja de Cristo², que subsiste na Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos, em comunhão com ele. Hoje, porém, são numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens como legítima herança de Jesus Cristo. Todos se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos e caminham por rumos diferentes. Quase todos, porém, se bem que de modo diverso, aspiram a uma Igreja una e visível que seja verdadeiramente universal e enviada ao mundo inteiro. Esta situação histórica levou o Concílio a imprimir a toda a ação da Igreja uma perspectiva ecumênica. Além de renovar a Igreja no seu mistério de comunidade, nas suas atividades básicas e nos seus três níveis de realização, a pastoral deve, pois, renová-la nas suas relações e no diálogo com os irmãos separados. A ação ecumênica constitui o nosso *quinto* objetivo específico, que assim enunciamos:

- *Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de uma autêntica ação ecumênica.*

*

A Igreja não se identifica com a comunidade dos homens e sua história, mas nela vive e está presente. Esta sua presença no temporal e sua relação com a história dos homens faz parte do seu próprio mistério, embora nas diversas épocas e nos diversos lugares se expresse e concretize de maneira peculiar. O Vaticano II significou uma viva tomada de consciência, aprofundamento e explicitação deste aspecto do mistério da Igreja. A ação pastoral deve, pois, à luz do Concílio, repensar e renovar em cada contexto humano, as relações da Igreja com a

² Cf. o decreto “Unitatis redintegratio”.

família humana e sua presença concreta na história dos homens. Este constitui nosso *sexto objetivo* que assim formulamos:

- *Levar o Povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de sua inserção como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.*

*

Nestes seis objetivos, que estão por sua vez em função do objetivo geral, reagrupamos todas as atividades pastorais preconizadas pelo Plano de Emergência, agora ampliadas e aprofundadas pelo Concílio.

Estes seis objetivos constituem-se pois nas seis diretrizes fundamentais ou nas seis linhas de trabalho, que orientarão a pastoral da Igreja no Brasil, nos próximos cinco anos.

Em cada uma destas linhas de ação são previstas, por sua vez, em um nível maior de detalhes, as atividades mais importantes a serem desenvolvidas para sua aplicação.

Assim, por exemplo, a promoção de organização, da catequese paroquial, da catequese escolar nos diversos níveis, etc., são atividades que tornarão efetivo o terceiro objetivo ou a terceira linha de trabalho.

Os bispos do Brasil, no exercício de sua co-responsabilidade e solicitude episcopal, apresentam-nas, não como normas jurídicas, mas como diretrizes pastorais, que devem orientar a ação de todos aqueles – pessoas e instituições – que desenvolvem atividades pastorais, respeitados os carismas e vocação específica de cada um. Estas diretrizes, sobretudo no seu objetivo geral e nas suas seis linhas de trabalho, são muito amplas e de realização a longo prazo. E assim como elas prolongam e ampliam as diretrizes do Plano de Emergência, poderão, por sua vez, ser retomadas, continuadas e aprofundadas pelos planos subseqüentes.

segunda parte

Diretrizes fundamentais da ação pastoral

Nosso objetivo é renovar a Igreja no Brasil, conforme a imagem de Igreja do Vaticano II. É, pois, importante precisar, detalhar as diretrizes desta renovação à luz do Concílio e da situação concreta da Igreja em nosso país. Apresentamos a justificativa geral das decisões propostas e as linhas de trabalho que as devem orientar e realizar.

Justificativa geral

Algumas constatações e reflexões fundamentam estas diretrizes que darão unidade e eficiência à Pastoral de Conjunto, em todos os níveis (nacional, regional e diocesano), e a todo o esforço de renovação.

Analisemos as mais importantes.

1. Em que sentido podemos planejar a ação da Igreja

A Constituição “Lumen Gentium” nos fala no libérrimo desígnio do Pai que, na sua sabedoria e bondade, salvou em Cristo os caídos em Adão, dando-lhes o poder de se tornarem filhos segundo a imagem de seu Unigênito, congregando na Santa Igreja todos aqueles que chegaram ao conhecimento da Verdade.

A Igreja, prefigurada desde a origem do mundo, preparada na história do povo de Israel e na Antiga Aliança, constituída na era presente, manifestada pela efusão do Espírito Santificador, é a realização, no tempo, deste desígnio do Pai até sua consumação gloriosa, no fim dos séculos (“Lumen Gentium”, nº 21).

Este desígnio constitui o plano fundamental, decisivo, para toda a humanidade. Todos os outros planos adquirem sentido na medida em que o tomam como ponto de referência, com ele colaboram e nele se integram.

Quis, porém, a bondade do Pai constituir homens que, como continuadores da missão do Filho, sob o impulso do Espírito Santo, cooperassem na realização do plano divino.

Esta missão apostólica é perene e indefectível na Igreja, por garantia do próprio Cristo (Mt 28, 20), mas alcança maior ou menor plenitude conforme a qualidade da cooperação humana. É a graça divina que converte, incorpora a Cristo na Igreja, e faz crescer até a plenitude da caridade. Deus, porém, quer realizar este mistério através de instrumentos humanos.

Planejar a ação da Igreja significa, pois, esforçar-se por assegurar mais plena e adequada cooperação humana à realização do plano divino, no respeito e na fidelidade total ao desígnio do Pai, à ação do Filho, ao dom do Espírito Santo e à livre resposta dos homens.

2. Tomada de consciência da situação da Igreja no Brasil

Para planejarmos qualquer empreendimento necessitamos conhecer objetivamente a situação: suas necessidades e possibilidades. Não possuímos ainda uma análise científica global sobre os diversos aspectos da Igreja, em nosso país. Os estudos parciais existentes e o testemunho de pessoas qualificadas já nos permitem, no entanto, um conhecimento razoável, capaz de informar melhor as decisões.

a) Necessidades e exigências

Esta análise pode parecer negativa, porque não pretende ser um balanço global e uma avaliação completa da presença da Igreja, mas apenas a focalização de alguns aspectos fundamentais, que estão a exigir renovação. Podemos sintetizá-los em quatro capítulos:

Os níveis de motivação religiosa e a ação pastoral que os alimenta

Somos um país predominantemente católico (93,49% - IBGE 1960) com uma percentagem quase total de batizados. Este dado, porém, toma matizes bem variados, quando analisamos o nível e o tipo de motivação religiosa que animam estes batizados. Existe, realmente, um forte espírito religioso, principalmente nas áreas rurais e urbanas de migração recente, mas a grande maioria vive apenas uma fé implícita, pois jamais fizeram uma adesão explícita e pessoal a Cristo, único Salvador. Esta constatação é válida, mesmo para a boa parte daqueles que assistem freqüentemente ou mesmo dominicalmente à Missa.

Em relação ao conjunto de batizados, constitui reduzida minoria o grupo dos que chegaram a esta adesão pessoal e explícita, e procuram viver como membros ativos, participantes da Igreja. Mesmo entre os que possuem melhor compreensão do cristianismo, predominam os motivos de mera salvação individual, com séria deficiência do sentido e vivência de Igreja.

Completando este quadro, devemos assinalar o sincretismo religioso, que anima numerosos grupos de nossa população, e o florescimento de cultos africanos, sobretudo entre as camadas populares.

Esta situação toma expressões e aspectos diversos nos vários grupos que compõem a comunidade nacional: dirigentes da economia e da política, intelectuais, técnicos, proletários rurais e urbanos, operários qualificados, profissionais liberais, classe média tradicional, jovens dos diversos meios sociais. Uma crise de fé amplia-se sobretudo nos grandes centros urbanos.

A ação pastoral está, em grande parte, absorvida pela ação sacramental e pela administração de obras. O anúncio missionário, a catequese, o aprofundamento doutrinal e toda a educação da fé ocupam um lugar insignificante no conjunto, e a Palavra que é transmitida carece muitas vezes de seiva evangélica e de encarnação, que lhe possibilitem atingir os grupos a que se dirige.

Numa sociedade patriarcal, de evolução lenta, institucionalmente quase identificada com a Igreja, este tipo de pastoral não encontra maiores problemas, e consegue manter a situação, pois a fé transmite-se, em grande parte, pelo próprio ambiente e estruturas da sociedade.

A situação brasileira não é, porém, a de uma cristandade definida nestes termos e, por isso, nos leva a uma orientação clara e precisa: a necessidade de empreender, predominantemente um esforço de educação da fé, através de todos os instrumentos que Cristo proporciona à sua Igreja, para que a grande maioria dos batizados chegue à fé explícita. Em outras palavras, nossa situação requer que *orientemos a ação da Igreja numa perspectiva marcadamente missionária*, capaz de:

- provocar a conversão e a primeira adesão pessoal a Cristo;
- conduzir a uma explicitação e aprofundamento da fé;

- inserir organicamente na Comunidade de Igreja;
- assumir, purificar e elevar os autênticos valores da cultura e do gênio do nosso povo (“Lumen Gentium” n° 13).

A comunidade de Igreja

A Igreja foi constituída comunidade visível, que realiza e expressa a incorporação dos homens a Cristo e sua participação na vida divina. A conversão e a adesão pessoal a Cristo significam ao mesmo tempo a inserção na comunidade visível da Igreja pela fé e pelos sacramentos. Quando a fé é apenas implícita ou insuficiente, as comunidades de Igreja perdem o seu vigor; e reciprocamente, a falta de comunidades vivas é responsável pelo alargamento da vida teologal, pelo ritualismo, por um cristianismo que permanece apenas ao nível da fé implícita.

Mais uma vez sentimos a necessidade de uma pastoral em que educação da fé e vida sacramental não se separem nem se aponham, mas integrem-se dentro do equilíbrio exigido em cada situação concreta, visando à construção da comunidade de Igreja.

Por outro lado, a comunidade visível é condicionada pelas estruturas nas quais se realiza. No Brasil, estas estruturas estão a exigir uma renovação.

*

Na realidade, a estrutura de base é a *paróquia*. Existem atualmente em nosso país, 4.604 paróquias, com 17.658 habitantes, como média demográfica e 1.848 km², como média territorial. Para compreendermos a diversidade, mesmo quantitativa, incluída nesta média, basta considerarmos os dois casos extremos: a paróquia de Sant’Ana em Itaituba, prelazia de Santarém (Pará), com 186.966 km² e 13.793 habitantes, e a paróquia de Nossa Senhora de Copacabana, com 120 mil habitantes, num reduzido espaço territorial (CERIS, 1964).

Nestas circunstâncias, é muito difícil construir uma comunidade paroquial viva. Não é, pois, de estranhar que a maioria dos cristãos não se sinta membro vivo, responsável e integrante da Igreja e que a paróquia se torne uma estrutura predominantemente jurídica e administrativa.

*

Faz-se urgente uma descentralização da paróquia, não necessariamente no sentido de criar novas paróquias jurídicas, mas de suscitar e dinamizar, dentro do território paroquial, *comunidades de base* (como as capelas rurais) onde os cristãos não sejam pessoas anônimas que apenas buscam um serviço ou cumprem uma obrigação, mas sintam-se acolhidos e responsáveis, e delas façam parte integrante, em comunhão de vida com Cristo e com todos os seus irmãos.

*

Numa sociedade patriarcal e primitiva, a paróquia forma como que uma ilha e torna-se quase auto-suficiente. Numa sociedade que se tecnifica e urbaniza, ela torna-se progressivamente insuficiente, sem condições de garantir isoladamente uma presença efetiva de Igreja. Criam-se situações humanas que não podem receber uma resposta conveniente ao nível paroquial, pois o ultrapassam inteiramente. São um conjunto de fenômenos, de aspectos culturais, linhas de evolução, problemas que marcam todo um espaço geográfico, constituindo o que se convencionou chamar “*zona humana*” e que exige uma resposta pastoral integrada.

Impõe-se, pois, a formação e o incremento das *zonas pastorais*, que coordenem a ação das paróquias e respondam, em conjunto, aos fatores gerais que influenciam a zona.

*

A acentuação jurídica e administrativa da pastoral e uma teologia insuficiente sobre o episcopado levam muitos a encararem a *diocese* como uma simples reunião de paróquias, comprometendo a unidade vital e básica da Igreja particular. Uma das tarefas urgentes da pastoral é dar à estrutura diocesana toda a sua riqueza eclesiológica, com as conseqüências práticas que dela decorrem.

A própria comunidade diocesana sente-se hoje insuficiente. Há desafios lançados à Igreja que superam as possibilidades de uma diocese, e exigem uma ação regional, sub-regional ou nacional. A co-responsabilidade e a solicitude universal do episcopado encontram, assim, vasto campo de exercício e aplicação concreta. Urge, pois, a dinamização e o fortalecimento da CNBB e da comunhão eclesial dos bispos, no colégio episcopal, tendo o Papa como cabeça. É nesta perspectiva que deve ser empreendida uma renovação de estruturas de Igreja.

Os diversos membros do povo de Deus

Queremos também chamar a atenção para alguns aspectos da situação presente nos diversos membros do povo de Deus, em especial presbíteros, religiosos e leigos.

Presbíteros – Existem no Brasil 4.628 sacerdotes seculares (CERIS – 1961) e 7.515 sacerdotes religiosos (CERIS – 1963). Sem desconhecer as deficiências quantitativas, queremos assinalar outros dados do problema que nos parecem importantes.

Hoje fala-se, muito amiúde, de crise sacerdotal. Ela existe de fato. Mas é crise de crescimento e maturidade. Em relação aos sacerdotes, podemos situá-la nos seguintes aspectos:

- Necessidade de tomar consciência e viver o que é essencial ao sacerdócio do presbítero. Muitos sentem-se inseguros, caem no relativismo ou agarram-se a aspectos acidentais.
- Necessidade de realizar a síntese harmônica de sua personalidade como sacerdote, com integração de todos os aspectos, em sintonia com o momento histórico atual, e solidário com toda comunidade humana.
- Necessidade de viver a consagração no celibato, como opção consciente e livre, como caminho do perfeição na caridade.
- Necessidade de descentralizar o ministério. A maioria das atividades realizadas pelos sacerdotes não são especificamente presbiteriais. Podem ser assumidas por outros ministros, como os diáconos.
- Necessidade de reformular o tipo de relacionamento com o bispo, com outros sacerdotes, com leigos, com não católicos e não cristãos.

Considerando que na situação de Igreja no Brasil a ação pastoral repousa em grande parte no ministério dos presbíteros, podemos avaliar a importância decisiva da superação desta crise e da renovação do ministério sacerdotal.

*

Religiosos – Existem atualmente 7.515 religiosos-sacerdotes, 4.200 religiosos não sacerdotes e 37.747 religiosas (CERIS - 1964). Percebe-se, em geral, a necessidade de uma

melhor encarnação e adaptação da vida religiosa à nossa realidade. Impõe-se, nesse caso, um aprofundamento do que é essencial a cada Ordem, Congregação ou Instituto, conforme o carisma do fundador, expresso nas constituições, para uma adaptação às exigências da Igreja e da vida cristã em nosso país. Reconhecemos a envergadura da tarefa que preocupa, hoje, a Igreja universal, mas não podemos permanecer inativos.

Uma questão de grande importância é a inserção das comunidades religiosas na Pastoral de Conjunto, diocesana, regional e nacional. Seu encaminhamento em sólidas bases eclesiológicas é vital para a ação da Igreja no Brasil.

*

Leigos – A grande maioria encontra-se na situação anteriormente descrita, de uma fé implícita, sem adesão pessoal ao mistério do Cristo, nem inserção consciente e responsável na comunidade de Igreja.

Outros, em número mais reduzido, vivem um cristianismo que lhes proporcione uma salvação individualista, sem se considerar membros vivos da comunidade eclesial.

Constituem minoria os que têm consciência da posição do leigo, membro do povo de Deus. Estes, em geral, vivem hoje uma séria tensão, entre sua fidelidade à comunidade humana e à Igreja. Esta questão, porém, é um aspecto de toda a problemática das relações Igreja-Mundo e do tipo de presença da Igreja em nosso tempo.

*

Complementaridade e integração desses diversos membros – Hoje começa a haver um despertar, um esforço para reconhecer não apenas o papel específico de cada um, mas também sua complementaridade e integração como membro do povo de Deus. Este esforço é, porém, muito incipiente. Resta-nos grande caminho a percorrer. A realização deste objetivo deverá ser o fruto de um intenso trabalho de educação da fé, de reformulação de algumas estruturas internas da Igreja e de novas formas concretas de sua presença no mundo.

Presença da Igreja no mundo

Há uma solidariedade fundamental entre o povo de Deus e o povo dos homens, pois o povo de Deus é precisamente o povo dos homens convocados e reunidos em Cristo, na Igreja. Sociedade visível, constituída e organizada neste mundo, a Igreja está a serviço da comunidade dos homens, para revelar-lhes o sentido de sua existência e história, comunicar-lhes a vida divina, reunir os filhos de Deus dispersos e, assim, realizar o desígnio do Pai. Servidora, a Igreja é também acolhedora da comunidade dos homens, assumindo seus valores e os ritmos de sua história, purificando-os e elevando-os. Esta sua atitude não é mera adaptação ou concessão, nem simples pedagogia, mas exigência de seu próprio mistério³.

Esta presença da Igreja é uma das questões fundamentais da ação pastoral, e tem assumido formas variadas ao longo da história, precisamente porque estas formas dependem, em parte, do contexto histórico em que se realizam.

Baseados na situação concreta da comunidade humana, podemos caracterizar em três tipos principais a presença da Igreja no contexto histórico brasileiro.

- *A presença da Igreja em áreas de evolução lenta, de estrutura patriarcal e economia de subsistência.*

³ R. P. J. M. R. Tillard OP – Notre Pastorale mise en question.

Nestas áreas ela é chamada, muitas vezes, a desenvolver uma ampla tarefa de civilização.

- *A presença da Igreja em áreas em vias de desenvolvimento, em transformação de estrutura, em estágio pré-teórico de civilização.*

A comunidade humana começa a assumir mais adultamente suas responsabilidades, e a Igreja, conservando certas tarefas de civilização, passa progressivamente ao papel de testemunha, animação e fermento.

- *A presença da Igreja em áreas tecnificadas e urbanizadas.*

Neste contexto, ela assume uma ou outra tarefa de civilização, como testemunho da caridade, mas sua função decisiva é de animação e fermento, revelando aos homens o verdadeiro sentido e destino dos seus esforços.

Convém notar que estes três tipos de áreas não são três etapas estanques, mas se interpenetram no espaço e no tempo. Podemos encontrar as três situações nos limites de uma mesma diocese.

Não podemos, porém, esquecer nem deixar de prever, sem queimar etapas, que a evolução se orienta no sentido do terceiro tipo. A mentalidade técnica e urbana e o conjunto de valores e contravalores que ela implica marcam, hoje, grupos significativos de nossas metrópoles e constituirão a mentalidade do homem de amanhã.

Constatando, ao mesmo tempo, o aceleração destas transformações, sentimos a necessidade de uma presença dinâmica da Igreja que respeite, acompanhe e fomente um crescimento orgânico da sociedade.

O homem da sociedade que hoje começa a desaparecer apoiava-se, de preferência, no passado e nas estruturas constituídas. O novo tipo de homem que surge volta-se, predominantemente, para o futuro, para o que há de mais profundamente pessoal, comunitário e dinâmico em cada ser humano. A presença da Igreja não pode ser uma presença de quem “vai a reboque”, mas de quem prevê, se antecipa e assume os ritmos da história.

Esta tarefa não é fácil para a Igreja, no Brasil, onde coexistem as mais primitivas comunidades e grupos empenhados nos mais avançados processos da tecnificação e urbanização. Impõe-se à pastoral um esforço de grande realismo, flexibilidade, capacidade criadora, compreensão e aceitação das diversidades, sem querer impor, a situações tão díspares, modelos fixos e rigidamente pré-estabelecidos.

b) Possibilidades da Igreja no Brasil

Apesar das necessidades e exigências que apontamos acima, devemos render graças ao Pai pelas vastas possibilidades efetivas e potenciais de que a Igreja dispõe, hoje, no Brasil. Não é o caso de fazermos, aqui, seu levantamento e avaliação. Tudo o que antes assinalamos como elementos que necessitam de renovação (clero, laicato, comunidades religiosas, estrutura paroquial e diocesana, etc.) podemos, sob outros aspectos, apresentar como pontos de apoio mui decisivos, aos quais podemos imprimir um sempre maior rendimento.

Queremos, no entanto, chamar a atenção para dois fatores especiais que, no momento, nos parecem os mais importantes e dinâmicos.

Plano de Emergência

Foi um dos frutos mais abençoados da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, suscitado pelo carisma profético de João XXIII. Como plano “de emergência” seu objetivo

principal era provocar um despertar generalizado e preparar a Igreja para uma profunda renovação. Este objetivo foi atingido.

Superando as previsões mais otimistas, o Plano de Emergência tornou-se, efetivamente, uma bandeira e um roteiro de renovação paroquial. Em grande número de dioceses deu início às mais variadas experiências de renovação paroquial e empreendeu uma séria renovação do ministério sacerdotal. No aspecto educacional e sócio-econômico, a par de atividades e realizações, logrou principalmente uma reflexão mais profunda sobre a presença da Igreja nestes diversos campos, possibilitando, agora, uma ação de maior envergadura.

Suscitou dinamismos, energias novas e latentes, sobretudo provocou maior entrosamento, colaboração e integração entre os diversos membros do Corpo Místico de Cristo e os diversos organismos e instituições que desenvolvem ação apostólica.

Renovou algumas estruturas diocesanas e possibilitou ao episcopado uma ação regional e nacional mais efetiva, através da constituição dos regionais, reformulação e ampliação da CNBB em nível nacional. Foi uma primeira tentativa de pastoral de conjunto, nestes diversos níveis. Criou sobretudo uma mística e uma esperança de renovação.

Neste particular merece especial destaque a ação empreendida pelo Movimento por um Mundo Melhor que, através de cursos realizados, em todo o país, para sacerdotes, religiosas e leigos, renovou-lhes o espírito comunitário e os levou a se comprometerem decisivamente com o Plano de Emergência e o esforço de conjunto da Igreja no Brasil.

Concílio Vaticano II

Podemos afirmar que o Plano de Emergência preparou a Igreja no Brasil para a aplicação das decisões conciliares. Mas podemos igualmente assegurar que o Vaticano II criou o clima, meios e condições para a ação pastoral empreendida pelo Plano de Emergência.

A renovação litúrgica encontra-se hoje em pleno desenvolvimento. A Constituição “Lumen Gentium” já começa a ser conhecida, debatida, assimilada e vivida, com repercussões na mentalidade pastoral. Percebe-se real expectativa em torno de vários outros decretos e constituições, especialmente de documentos como o “Da liberdade religiosa”, “A Igreja no mundo de hoje”, “Vida e ministério sacerdotal”, etc. Cursos, conferências, debates sobre temas conciliares despertam o mais vivo interesse. São numerosos os grupos de sacerdotes, religiosos e leigos dispostos a assimilar, aprofundar, viver as grandes decisões do Vaticano II e cooperar em sua execução. Este clima intensifica-se e constitui uma das maiores esperanças de renovação.

3. Objetivo geral e objetivos específicos de ação da Igreja

O Plano de Emergência baseava a renovação paroquial, sacerdotal e educacional na Igreja como comunidade. À luz das experiências realizadas e sobretudo do Vaticano II, podemos explicitar mais detalhadamente e com maior precisão e profundidade este mistério.

Analisemos, pois, seu conteúdo à luz do Concílio e das exigências pastorais e explicitemos melhor o objetivo geral e os objetivos específicos de ação da Igreja.

a) Objetivo geral

A “Lumen Gentium” apresenta-nos Cristo como a luz dos povos e afirma que a Igreja é, em Cristo, como que sacramento ou sinal instrumento da íntima união com Deus e da unidade de todo o gênero humano (nº 1).

Nele e por Ele, Deus quis libertar o homem do pecado e da morte e introduzi-lo na sua intimidade e comunhão de vida. Por sua encarnação, vida e morte, ressurreição e ascensão, Cristo estabeleceu a Nova Aliança e, pelo dom do Espírito Santo, constituiu o novo povo de Deus, de quem é Cabeça. O estado deste povo é o da dignidade e da liberdade dos filhos de Deus, em cujos corações habita o Espírito Santo como num templo. Sua lei é o mandamento novo de amor, como o próprio Cristo nos amou (Jo 13,14). Sua meta é o Reino de Deus iniciado pelo próprio Deus na terra, a ser estendido mais e mais até que, no fim dos tempos, seja consumado por ele próprio, quando aparecer Cristo, nossa vida (Col. 3,4), e a própria criatura será libertada do cativeiro da corrupção para a gloriosa liberdade dos filhos de Deus (Rom 8, 21). Assim, este povo messiânico, embora não abranja atualmente todos os homens e, por vezes, apareça como um pequeno rebanho, é, contudo, para todo o gênero humano, gérmen finíssimo de unidade, esperança e salvação. Constituído por Cristo em comunhão de vida, caridade e verdade, é por Ele ainda assumido como instrumento de redenção de todos, e é enviado ao mundo inteiro como luz do mundo e sal da terra... (Mt 5, 13-16).

O novo Israel que, caminhando no presente tempo, busca a futura cidade perene (Heb 13,14), também é chamado Igreja de Cristo (Mt 16,18) pois o próprio Cristo adquiriu-a com o seu sangue (At 20,28), encheu-a do seu Espírito e dotou-a de meios aptos de união visível e social. Constituiu-se assim sua cabeça, fez dela seu Corpo Místico, difundindo sua própria vida naqueles que crêem, fazendo-os participar, pelos sacramentos, de sua morte e glorificação, tornando-os membros deste Corpo e membros uns dos outros (Rom 12-15).

Deus convocou e constituiu a Igreja – comunidade congregada daqueles que, crendo, voltam seu olhar a Jesus, autor da salvação e princípio da unidade e da paz – a fim de que ela seja para todos e para cada um sacramento visível desta salutífera unidade. Devendo estender-se a todas as regiões da terra, ela entra na história dos homens enquanto simultaneamente transcende os tempos e os limites dos povos (“Lumen Gentium” n° 13).

Mas assim como Cristo realizou a obra da redenção na pobreza e na perseguição, assim a Igreja é chamada a palmilhar o mesmo caminho a fim de comunicar aos homens os frutos da salvação. Entre as perseguições do mundo e as consolações de Deus, ela avança como peregrina, anunciando a cruz e a morte do Senhor, até que venha (1 Cor 11, 26). Mas é fortalecida pela força do Senhor ressuscitado, a fim de vencer pela paciência e pela caridade suas aflições e dificuldades, tanto internas como externas, para poder revelar ao mundo o mistério d’Ele, embora sob as vestes da sombra, porém com fidelidade, até que no fim seja manifestada em plena luz (“Lumen Gentium” n° 8).

A Igreja para a qual somos todos chamados em Cristo Jesus e na qual, pela graça de Deus, adquirimos a santidade, só se consumará na glória, quando chegar o tempo da restauração de todas as coisas (At 3, 12) e, com o gênero humano, também o mundo todo, que intimamente está ligado com o homem e que por ele chega ao seu fim, será perfeitamente restaurado em Cristo... (“Lumen Gentium” n° 48).

Neste desígnio divino de salvação situamos a missão da Bem-aventurada Virgem no mistério do Verbo Encarnado e do Corpo Místico, como também os deveres dos homens remidos para com a Mãe de Deus, Mãe de Cristo e Mãe dos homens, mormente dos fiéis. A Virgem Maria, que na Anunciação do Anjo recebeu o Verbo de Deus, no coração e no corpo, e trouxe ao mundo a Vida, é reconhecida e honrada como verdadeira Mãe de Deus e do Redentor. Em vista dos méritos de seu Filho, foi redimida de modo mais sublime e unida a Ele por um vínculo estreito e indissolúvel, é dotada com a sua missão e dignidade de ser Mãe do Filho de Deus e, por isso, filha predileta do Pai e sacrário do Espírito Santo.

Por este dom de graça exímia, supera de muito todas as outras criaturas celestes e terrestres, mas ao mesmo tempo está unida, na estirpe de Adão, com todos os homens a serem salvos. Mais ainda: “é a mãe dos membros de Cristo porque cooperou, pela caridade,

para que, na Igreja, nascessem os fiéis que são membros desta Cabeça. E por causa disso é saudada também como membro supereminente e de todo singular da Igreja, como seu tipo e modelo excelente na fé e na caridade. E a Igreja Católica, instruída pela Espírito Santo, honra-a com afeto de piedade filial como mãe amantíssima (“Lumen Gentium” n° 53).

Dentro desta visão global que nos apresenta o Concílio, podemos entrever toda a riqueza deste mistério escondido desde os séculos em Deus e agora revelado aos seus santos apóstolos e profetas pelo mesmo Deus, conforme o plano eterno que Ele realizou em Cristo Jesus Nosso Senhor (Ef 3, 9-11). Numa formulação de saber tradicional podemos afirmar que o objetivo geral deste plano divino ou da Igreja é:

Levar todos os homens à comunhão de vida com o Pai e entre si por Cristo, no dom do Espírito Santo, pela mediação visível da Igreja.

b) Objetivos específicos

A Igreja é, por conseguinte, comunhão de vida em Cristo e, ao mesmo tempo, a comunidade visível que a expressa e realiza. Mas a sociedade provida de órgãos hierárquicos e o Corpo Místico de Cristo, a assembléia visível e a comunidade espiritual, a Igreja terrestre e a Igreja enriquecida de bens celestes, não devem ser consideradas como duas coisas, mas formam uma só realidade complexa que se compõe de elementos divinos e humanos... Esta Igreja, constituída e organizada neste mundo como uma sociedade, é a Igreja Católica, governada pelo sucessor de Pedro e pelos bispos em comunhão com ele, embora fora de sua visível estrutura se encontrem vários elementos de santificação e de verdade. (“Lumen Gentium” n° 8).

De outro lado, ela é profundamente dinâmica, deve crescer extensivamente, na medida da expansão histórica e demográfica da humanidade. E é chamada principalmente a um crescimento interior e orgânico nos seus membros: desde o ato inicial do novo nascimento até “à medida da idade madura da plenitude de Cristo” (Ef 4, 13). O cristão só chegará lenta e progressivamente à plena comunhão de vida em Cristo, devendo, sem cessar, defender-se contra as forças do mal, numa luta que só terminará com a morte.

Dinâmica, ela é uma *Igreja pobre*. A comunhão de vida em Cristo se realiza como dom de Deus e resposta livre dos homens. Cristo a realiza em sua Igreja como “o pobre de Javé”, isto é, no dom e na disponibilidade total a Deus e no serviço aos homens. A Igreja não é, por conseguinte, uma força política, mas algo a serviço da comunhão de vida dos homens em Cristo. Realiza sua missão no despojamento, nas contradições e perseguições, buscando sempre encontrar os homens no mais íntimo de sua pessoa, para revelar-lhes o sentido de sua existência e de seu destino, ajudando-os na sua realização em comunhão com os outros homens e na transformação do universo, em Cristo. Continuadora de Cristo, ela deve ser capaz de encontrar todos os homens, mesmo os mais miseráveis e frustrados, para ajudá-los a tomar consciência de sua dignidade e a participar do processo de comunhão com todos os outros homens.

Dinâmica e pobre, ela é também uma *Igreja peregrina*, pois já é essencialmente a humanidade nova, a comunidade de caridade, a comunhão de vida em Cristo, mas em estado de tensão, em estado de esperança. Todos os bens divinos já lhe foram comunicados, mas em gérmen, que ainda não atingiram seu pleno desenvolvimento. Seus fiéis conhecem o Deus de Jesus Cristo, mas sob o véu da fé. Amam-no, mas o objeto amado não é ainda possuído em plenitude, provocando uma tensão em busca da posse total e definitiva. Deverão passar pela morte e retomar seus corpos após uma longa espera.

Cristo quis que a Igreja mesma, sob Seu influxo, realizasse este crescimento, em busca de sua plenitude. Ela é um corpo que se constrói e se renova a si mesma, em união vital com a sua Cabeça e sob a força do Espírito Santo que a anima interiormente.

Estes meios são: a comunidade visível e o ministério hierárquico, a Palavra de Deus, os sacramentos (tendo como centro culminante a eucaristia) o testemunho vivo de todos os fiéis (pastores, religiosos e leigos), e sua presença ativa e diversificada na construção do mundo em vista do Reino que há de vir, mas que já está presente e cresce aqui em baixo.

Todos estes meios visam a realizar mais plenamente a comunhão de vida em Cristo; isto é, construir a Igreja; e, só mesmo tempo, eles pertencem à Igreja, em quem encontram sua fonte e sua força.

O Plano de Emergência já empreendeu um esforço para renovar e desenvolver todos estes meios. Nosso esforço consiste em fazer com que eles sejam exercidos o mais plenamente possível, conforme o desígnio do Pai para a Igreja que vive hoje no Brasil.

O Plano de Emergência tomou-os como base de renovação, agrupando-os em torno do tríplice critério: comunidade de fé, de culto, de caridade. Como já expusemos na 1ª Parte, este Plano de Pastoral de Conjunto retoma todos estes meios fundamentais de ação da Igreja, agrupando-os, porém, em torno dos seis objetivos específicos de ação da Igreja, assim formulados:

1 - Levar o Povo de Deus, reunido na Igreja Católica, a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da realização sempre mais plena de sua unidade visível.

2 - Levar todos os homens à primeira adesão pessoal a Cristo, através do anúncio missionário da Palavra e do testemunho de vida evangélica.

3 - Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através da Palavra e do testemunho evangélico, que iluminam e alimentam.

4 - Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através do culto litúrgico integral e das celebrações da Palavra.

5 - Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo, através de uma autêntica ação ecumênica.

6 - Levar o povo de Deus a uma maior comunhão de vida em Cristo através de sua inserção como fermento na construção do mundo, segundo os desígnios de Deus.

Além de tudo que já explicitamos anteriormente, esta sistematização da ação pastoral tem a grande vantagem de nos mostrar os meios de ação da Igreja em sua ligação e relação vital com o objetivo a que se destinam.

Linhas fundamentais de trabalho

Baseados nos objetivos gerais e específicos, anteriormente expostos, podemos elaborar as linhas de trabalho que orientam a renovação pastoral.

Tomando como ponto de partida os seis objetivos específicos, estabelecemos seis linhas fundamentais de trabalho.

Após apresentar justificativas, elementos sobre os quais assentam as linhas de trabalho, é proposto um certo número de atividades, que efetivam e concretizam as linhas de trabalho respectivas.

As atividades previstas distinguem-se em dois grupos, conforme sua relação ao objetivo. As atividades que realizam diretamente o objetivo são chamadas atividades-fins: por ex., promover e organizar a catequese paroquial. As atividades que preparam e visam às atividades-fins são denominadas atividades-meios, por ex., formar catequistas.

O que se entende por projeto, programa, plano.

As atividades previstas em cada linha de trabalho passam a constituir *um projeto*, quando alguém (a diocese, a CNBB, uma Ordem ou Congregação religiosa, ou qualquer outro organismo de Igreja) se propõe assumi-las e realizá-las, definindo responsabilidade, prazos, custos, etc...

Por exemplo, a atividade meio de formar catequistas passará a ser um projeto no momento em que a diocese X resolve assumir e realizar esta formação de catequistas, através da organização de diversos cursos, que começarão e terminarão em datas prefixadas, com responsáveis, método, local e custos definidos.

Como as respectivas atividades, de que são a concretização, os projetos também se distinguem em projetos-fins e projetos-meios.

Podemos agrupar várias projetos segundo critérios diversos. Por ex., podemos agrupá-los conforme o objetivo que visam: a unidade da comunidade eclesial católica, a ação missionária, a ação catequética, etc... Podemos também agrupá-los segundo as técnicas que desenvolvem: pesquisa, reflexão pastoral, formação de pessoal, etc...

Um grupo de projetos reunidos sob o mesmo critério constitui o que chamamos *um programa*.

O conjunto de dois, três, quatro ou mais programas constitui um plano.

Esta distinção entre projeto, programa e plano pode ser aplicada em diversos níveis. Assim, a CNBB, em nível nacional, terá o seu plano, seus programas e seus projetos. Igualmente, uma diocese terá seu plano diocesana, seus programas e seus projetos.

LINHA DE TRABALHO Nº 1

Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica

Justificativa⁴

Visando a uma cada vez mais plena comunhão de vida em Cristo, a Igreja realiza-se sempre em comunidade visível.

São incorporados plenamente à sociedade da Igreja os que, tendo o espírito de Cristo, aceitam a totalidade de sua organização e todos os meios de salvação nela instituídos, e, na sua estrutura visível regida por Cristo através do Sumo Pontífice e dos bispos – se unem com Ele pelos vínculos da profissão de fé, dos sacramentos, do regime eclesiástico e da comunhão. Não se salva, contudo, aquele que, não perseverando na caridade, permanece no seio da Igreja com o “corpo” mas não com o “coração” (“Lumen Gentium” n° 14).

Por instituição divina, a Santa Igreja é estruturada e regida com admirável variedade. Mas todos são um só Corpo, em Cristo, e membros uns dos outros. Comum é a dignidade dos membros pela regeneração em Cristo; comum, a graça dos filhos; comum, a vocação à perfeição.

Ainda que alguns, por vontade de Cristo, são constituídos mestres, dispensadores dos mistérios e pastores em benefício dos demais, reina, contudo, igualdade quanto à dignidade e ação comum de todos os fiéis na edificação do Corpo de Cristo. Porquanto a distinção que o Senhor estabeleceu entre os ministros sacros e o resto do povo de Deus traz em si certa união, pois que os pastores e os demais fiéis estão intimamente relacionados entre si.

Esta Igreja – Cristo fundou-a nos apóstolos e edificou-a sobre o bem-aventurado Pedro, seu Príncipe, sendo ele próprio a pedra angular (Ap. 21, 14; Mt. 18; Ef. 2, 20). Estes apóstolos - instituiu-os à maneira de Colégio ou grupo estável, à frente do qual colocou Pedro, escolhido dentre os mesmos como Cabeça e quis que os sucessores dos apóstolos, isto é, os bispos, fossem, em sua Igreja, pastores até a consumação dos séculos, e, junto com o sucessor de Pedro, Vigário de Cristo, Cabeça visível de toda a Igreja, regessem a Casa de Deus.

Assim como, por disposição do Senhor, *S. Pedro e todos os apóstolos constituem um colégio apostólico*, paralelamente, o Romano Pontífice, sucessor de Pedro, e os bispos sucessores dos apóstolos, estão unidos entre si. Alguém é constituído membro do corpo episcopal pela sagração sacramental e pela hierárquica comunhão com o Chefe e os membros do Colégio.

Enquanto composto de muitos, este Colégio exprime a variedade e a universalidade do povo de Deus; enquanto unido sob um chefe, exprime a unidade do rebanho de Cristo.

⁴ A maior parte desta justificativa é citação quase literal da “Lumen Gentium”.

O *Romano Pontífice*, como sucessor de Pedro, é o perpétuo e visível princípio e fundamento da unidade, tanto dos bispos como da multidão de fiéis. E os bispos são o visível princípio, e fundamento da unidade em suas igrejas particulares, constituídas segundo a imagem da Igreja universal, nas quais e pelas quais subsiste a Igreja Católica, una e única. Por este motivo cada bispo representa sua Igreja, e todos, juntamente com o Papa, representam a Igreja inteira, no vínculo da paz, do amor e da unidade. Cada bispo que preside a Igreja particular exerce seu governo pastoral sobre a porção do povo de Deus a ele confiada e não sobre outras igrejas, nem sobre a Igreja universal. Mas enquanto membro do Colégio episcopal e sucessor legítimo dos apóstolos cada qual, por instituição e preceito de Cristo, é obrigado a ter solicitude pela Igreja universal. O cuidado de anunciar o Evangelho por toda a terra compete ao Corpo de pastores, pois a todos eles, em comum, deu Cristo a ordem, impondo-lhes um ofício comum.

As *Conferências episcopais* podem, hoje, contribuir com múltipla e fecunda força para que este afeto colegial seja levado a uma aplicação concreta.

Como vigários e legados de Cristo os bispos *governam as Igrejas particulares* que lhes foram confiadas, com conselhos, exortações e exemplos, mas também com autoridade e poder sagrado. Este poder que eles pessoalmente exercem, em nome de Cristo, é próprio, ordinário e imediato, embora seu exercício seja, em última análise, regido pela autoridade suprema e possa definir-se segundo a utilidade da Igreja e dos fiéis.

O bispo, enviado pelo Pai de Família para governar sua família, deve ter diante dos olhos o exemplo do Bom Pastor, que veio não para ser servido, mas para servir (Mt. 20,28; Mc. 10,45), e para dar sua vida pelas ovelhas (Jo. 10,11).,

Por sua vez, os fiéis devem estar unidos a seu bispo, como a Igreja a Jesus Cristo e Jesus Cristo ao Pai, para que todas as coisas se harmonizem pela unidade e transbordem para a glória de Deus (Cor 4,15).

Os *presbíteros*, embora não possuam o ápice do pontificado e no exercício do seu poder dependam dos bispos, estão contudo com eles unidos na dignidade sacerdotal em virtude do sacramento da Ordem, segundo a imagem de Cristo, Sumo e Eterno Sacerdote (Heb. 5,1-10; 7,24; .9,11-28), são consagrados para pregar o Evangelho, apascentar os fiéis e celebrar o culto divino.

Solícitos cooperadores da Ordem episcopal, formam, com o bispo, um único presbitério. Em cada comunidade local de fiéis tornam presente, de certo modo, o bispo, cujas funções e solitudes tomam como suas. No lugar onde estão tornam visível a Igreja universal e cooperam, efetivamente, na edificação de todo o Corpo de Cristo (Ef. 4,12). Devem esforçar-se para dedicar seu empenho à ação pastoral de toda a diocese e mesmo da Igreja universal.

Todos os sacerdotes, tanto os diocesanos como os religiosos, em razão da ordem e do ministério, estão unidos com o Corpo dos bispos, e segundo sua vocação e graça devem servir ao bem de toda a Igreja.

Já que hoje em dia, mais e mais, o gênero humano se vai unindo numa unidade civil, econômica e social, tanto mais é mister que os sacerdotes, unindo os cuidados e as forças, sob a direção dos bispos e do Sumo Pontífice, evitem qualquer dispersão, para levar todo o gênero humano à unidade da família de Deus.

Os *diáconos* estão num grau inferior da hierarquia. São-lhes impostas as mãos “não para o sacerdócio mas para o ministério”, fortalecidos com a graça sacramental, servem o povo de Deus na diaconia da liturgia, da palavra e da caridade, em comunhão com o bispo e seu presbitério.

Sabem os pastores que não foram instituídos por Cristo a fim de concentrarem em si, sozinhos, toda a missão salvífica da Igreja no mundo. Sua função por excelência é apascentar

de tal forma os fiéis e reconhecer suas atribuições que todos, a seu modo, cooperem na obra comum.

Os leigos são os fiéis incorporados a Cristo pelo batismo, constituídos no povo de Deus, e que não receberam a imposição das mãos para o ministério hierárquico nem abraçaram o estado religioso aprovado na Igreja, mas que a seu modo foram feitos participantes do múnus sacerdotal, profético e régio de Cristo. Eles exercem sua parte na missão de todo o povo cristão, na Igreja e no mundo. O caráter secular caracteriza particularmente os leigos. E sua vocação específica procurar o Reino de Deus exercendo funções temporais e ordenando-as segundo Deus. Vivem no século, isto é, em tordo e em cada um dos ofícios e trabalhos do mundo. Vivem, nas condições quotidianas da vida familiar e social, pelas quais sua existência é como que tecida. Lá são chamados por Deus para que, exercendo seu próprio ofício, guiados pelo espírito evangélico, a modo de fermento, contribuam de dentro para a santificação do mundo e assim manifestem Cristo aos outros, especialmente pelo testemunho de sua vida resplandescente em fé, esperança e caridade. A eles, portanto, cabe, de maneira especial, iluminar e ordenar de tal modo todas as coisas temporais, às quais estão intimamente unidos, que elas, continuamente, se façam e cresçam segundo Cristo.

Assim, todas as suas atividades tornam-se “hóstias espirituais, agradáveis a Deus, por Jesus Cristo” (1 S. Pedro 2,5), hóstias que são piedosamente oferecidas ao Pai com a oblação no Senhor, na celebração eucarística. Assim, também os leigos como adoradores, agindo santamente em toda a parte, consagram a Deus o próprio mundo.

Além deste apostolado, que atinge todos os cristãos, sem exceção, os leigos podem, de diversos modos, ser chamados a uma cooperação mais imediata com o apostolado da hierarquia. Gozam igualmente de aptidão para serem designados pela hierarquia para alguns misteres eclesiásticos com fim espiritual.

Cada leigo, individualmente, deve ser, perante o mundo, uma testemunha da ressurreição e vida do Senhor Jesus e sinal de Deus vivo.

Os conselhos evangélicos da castidade consagrada a Deus, da pobreza e da obediência, baseiam-se nas palavras e nos exemplos do Senhor. A própria autoridade da Igreja cuidou de interpretá-los, regulamentá-los a prática e estabelecer formas estáveis de vida.

Assim, floresceram as diversas famílias *religiosas*, que garantem a seus membros o apoio de uma vida mais estável e segura, proporcionando-lhes uma doutrina comprovada para adquirir a perfeição, o amparo de uma comunhão fraterna, na milícia de Cristo, bem como a proteção de uma liberdade protegida pela obediência, para que, deste modo, possam cumprir, com segurança, a profissão religiosa, conservá-la fielmente e progredir, jubilosamente, na senda da caridade.

Do ponto de vista da estrutura divina hierárquica da Igreja, este estado não constitui um estado intermediário entre a condição hierárquica e leiga, mas de ambas são chamados alguns fiéis, por Deus, a fim de desfrutar deste particular dom na vida da Igreja. A profissão dos conselhos evangélicos não pertence à estrutura hierárquica da Igreja, mas está firmemente relacionada com sua vida e santidade.

Para colher frutos mais abundantes da graça batismal, aqueles que professam os conselhos evangélicos na Igreja procuram livrar-se dos impedimentos que os possam afastar do fervor da caridade, da perfeição do culto divino e consagrar-se mais intimamente ao serviço de Deus. Esta consagração será tanto mais perfeita quanto Cristo, unido à Igreja, sua Esposa, por vínculo indissolúvel, for representado através de vínculos mais sólidos e estáveis.

Obriga a um empenho especial, segundo as forças e o gênero da própria vocação, na implantação do Reino de Cristo, nas almas, bem como na sua dilatação por todas as partes.

A profissão dos conselhos evangélicos é um sinal que manifesta, neste mundo, a todos os fiéis, a presença dos bens celestes, da testemunho da nova e eterna vida conquistada pela redenção do Cristo, prenuncia a ressurreição futura e a glória do Reino Celeste.

Imitação privilegiada da forma de vida assumida pelo Filho de Deus ao entrar no mundo, patenteia, de modo peculiar, a transcendência do Reino de Deus, demonstra a todos os homens a supereminente grandeza da força de Cristo Rei, o infinito poder do Espírito Santo, que opera maravilhosamente na Igreja.

Qualquer Instituto de perfeição e cada um de seus membros podem ser isentos da jurisdição do Ordinário do lugar, pelo Sumo Pontífice, e ficar sujeitos somente a ele. Isto em razão do Seu Primado sobre toda a Igreja, a fim de atender melhor às necessidades de toda a grei do Senhor, e em vista do bem comum. Igualmente podem ser comissionados às próprias autoridades patriarcais, ou ficar confiados a elas. No cumprimento dos seus ofícios para com a Igreja, segundo sua peculiar forma de vida, os membros devem prestar reverência e obediência aos bispos, conforme as leis canônicas, e isto por causa de sua autoridade pastoral nas Igrejas particulares e em vista da necessária unidade e harmonia no apostolado.

Nesta diversidade entre seus membros, quer de ofício, quer de condição e ordenação de vida, todos são chamados à intensa comunicação de bens, aspirando à plenitude na unidade.

Há, na comunhão eclesíastica, igrejas particulares que gozam de tradição própria, permanecendo íntegro o primado de Pedro, que preside a assembléia universal de caridade, protege as legítimas variedades e, ao mesmo tempo, vigia para que as particularidades não prejudiquem a unidade, mas antes estejam a seu serviço. Daí, finalmente, entre as diversas partes da Igreja haver vínculos de íntima comunhão, com relação às riquezas espirituais, aos operários apostólicos, aos subsídios temporais.

Por sua união ao bispo e comunhão com toda a Igreja particular, as comunidades *locais* são constituídas segundo a imagem da Igreja universal, e a tornam visível especialmente pela presença de um cooperador do bispo.

Nossas paróquias atuais são ou deveriam ser compostas de várias comunidades locais ou comunidades de base, dada sua extensão, densidade demográfica e percentagem de batizados a elas pertencentes de direito. Será, pois, de grande importância empreender a renovação paroquial, pela criação ou dinamização destas comunidades de base. Nelas devem ser desenvolvidas, na medida do possível, as seis linhas fundamentais de ação da Igreja. A Matriz será, pouco a pouco, uma destas comunidades e o pároco presidirá a todas que se encontram na porção do rebanho a ele confiado.

As zonas humanas, compreendendo em geral várias paróquias, colocam, hoje, para a Igreja, exigências que não podem ser atendidas pela ação paroquial isolada. É necessário que todos os membros do povo de Deus, responsáveis pela presença da Igreja numa determinada zona; e em especial os presbíteros como cooperadores do bispo, assumam, corresponsavelmente, as tarefas globais e comuns. É uma exigência de sua inserção *na comunidade diocesana*.

Esta é a comunidade primordial, pois o bispo é o princípio e o fundamento de sua unidade, da realização nela da Igreja universal.

O crescimento e a importância das tarefas regionais, sub-regionais e nacionais estão a exigir, hoje, um exercício sempre mais intenso da co-responsabilidade episcopal, em comunhão com o Papa e conseqüente fortalecimento da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

Todos estes aspectos necessitam urgentemente ser mais aprofundados por um conhecimento mais preciso da realidade e uma séria reflexão teológica e pastoral. Impõe se, igualmente, uma ampla tarefa de formação dos diversos membros do Corpo de Deus, para que possam assumir mais plenamente suas tarefas eclesiais.

Sociedade visível, em pleno século XX, a Igreja precisa interpretar, adequadamente, a opinião pública, sua verdadeira natureza, seus objetivos, atitudes e realizações, preparando os caminhos para as sementes do Evangelho ou intensificação da vida cristã.

Atividades propostas

Partindo dos dados e reflexões anteriormente expostos, apresentamos as atividades principais que, na situação, concreta da Igreja no Brasil, detalham a linha de trabalho n° 1 e visam à sua realização.

A. Atividades-fins⁵

1. Levar as paróquias a suscitarem e criarem comunidades de base, garantindo-lhes uma coordenação.

2. Levar as paróquias de uma mesma zona humana a se organizarem em zona pastoral a fim de que possam responder aos problemas globais que ultrapassam os limites paroquiais.

3. Atualizar a coordenação diocesana dentro das exigências do Plano de Pastoral de Conjunto, para uma mais plena integração e participação de todos (pessoas e instituições).

4. Dinamizar as estruturas regionais e nacionais, tornando-as mais eficientes em suas tarefas específicas, na assessoria às dioceses e no seu entrosamento com todas as instituições que atuam no mesmo nível.

5. Promover um sempre melhor entrosamento entre os Provinciais religiosos e a CNBB, conforme as perspectivas do Vaticano II.

6. Promover o entrosamento da CNBB com a CELAM e outras Conferências episcopais fora do Continente.

7. Promover uma sempre mais plena comunhão da Igreja no Brasil com o Santo Padre, o Papa, Cabeça visível da Unidade.

B. Atividades-meios

1. Conhecer em plano nacional, regional e diocesano, do ponto de vista da história eclesial do Brasil e da realidade presente:

a) a situação dos diversos membros do povo de Deus e sua integração na comunidade de Igreja: ministério hierárquico; bispos e presbíteros; estado religioso; movimento de leigos, laicato em geral; seminários; pastoral vocacional;

b) as estruturas da Igreja, sua adequação às exigências de hoje;

c) os sistemas de organização dos bens eclesiais;

d) a vivência e ação colegial do episcopado.

2. Refletir sobre:

a) a missão específica e complementar de cada membro do povo de Deus;

b) o mistério da Igreja Universal e suas relações com a Igreja particular, primado do Papa e colegialidade episcopal, e suas conseqüências sobre as estruturas de Igreja, à luz do Vaticano II e das exigências atuais;

c) a teologia da vocação;

⁵ Cf. o Decreto "Christus Dominus".

d) as exigências atuais a respeito do sistema de sustentação da Igreja e gestão dos bens eclesiais.

3. Atualizar os presbíteros para que, como cooperadores do bispo, presidam com ele a Igreja diocesana, promovendo a sua plena unidade.⁶

4. Atualizar os religiosos para que, na fidelidade ao espírito da respectiva Ordem ou Congregação, se insiram cada vez mais na comunidade de Igreja em plano diocesano, regional e nacional.⁷

5. Reinstaurar o diaconato como ordem permanente e formar diáconos capazes de auxiliar o bispo a construir a unidade diocesana como ministros da Palavra, do culto, da caridade.⁸

6. Preparar futuros presbíteros que, como cooperadores do bispo, sejam promotores qualificados da comunidade diocesana.⁹

7. Formar coordenadores e promotores vocacionais.

8. Criar um movimento apostólico infanto-adolescente que ajude esses níveis de idade a se encaminharem normalmente à realização de sua vocação dentro do povo de Deus.

9. Dinamizar movimentos de juventude no mesmo objetivo.

10. Criar círculos de vocações religiosas sacerdotais para jovens e adultos que aspiram a uma consagração na vida religiosa ou apresentam possibilidades de serem chamados ao diaconato ou presbiterato, sem afastá-los dos movimentos apostólicos em que se encontram engajados.

11. Levar os orientadores vocacionais a integrarem sua profissão numa visão cristã global.

12. Criar um movimento de opinião pública que apresente uma imagem mais autêntica do laicato, da hierarquia e do estado religioso e sua melhor integração na comunidade de Igreja.

13. Levar o povo de Deus a tomar consciência de sua responsabilidade na escolha e formação dos presbíteros, diáconos e ministros inferiores.

14. Dinamizar a participação dos leigos na Igreja e coordenar os movimentos de apostolado dos leigos, especialmente os movimentos de Ação Católica, integrando-os na unidade de Igreja em plano diocesano, regional e nacional.¹⁰

⁶ Cf. o Decreto “Presbyterorum ordinis”.

⁷ Cf. o Decreto “Perfectae Caritatis”.

⁸ Cf. a constituição dogmática “Lumen Gentium”.

⁹ Cf. o Decreto “Opstatam Totius”.

¹⁰ Cf. o Decreto “Apostolicam actuositatem”.

15. Dinamizar e atualizar o sistema de bens eclesiais no sentido de levar todos os membros da Igreja a serem co-responsáveis pela sua sustentação (Campanha da Fraternidade, organização do centésimo em bases comunitárias).

Promover a ação missionária

Justificativa¹¹

Como o Filho foi enviado pelo Pai, assim também Ele enviou os Apóstolos dizendo: “Ide, pois, e fazei discípulos meus todos os povos, batizando-os em nome do Pai, e do Filho e do Espírito Santo, ensinando-lhes a observar tudo quanto vos mandei. E eis que estou convosco todos os dias, até o fim do mundo. (Mt. 28, 18-20). Este mandamento solene de Cristo, de anunciar a verdade salvadora, a Igreja o recebeu dos apóstolos com ordem de cumpri-lo até os confins da terra. (At. 1,8). Por isso a Igreja continua a enviar incessantemente os pregadores, até que as Igrejas nascentes sejam plenamente constituídas e continuem elas mesmas o trabalho de evangelizar. Pregando o Evangelho, a Igreja atrai à fé e à confissão da fé os ouvintes, dispõem-nos ao batismo, arranca-os da escravidão do erro, incorpora os a Cristo, para que, através da caridade, cresçam n'Ele até a plenitude. A Igreja trabalha de maneira tal, que tudo o que de bom se encontra semeado no coração e na mente dos homens, ou nos próprios ritos e culturas dos povos, não só não desapareça, mas seja sanado, elevado e consumado para a glória de Deus, confusão do demônio e felicidade dos homens.

Em face das religiões não-cristãs, a Igreja Católica reconhece tudo que de santo e verdadeiro nelas existe, e tem em consideração suas maneiras de viver e de agir, suas prescrições e doutrinas. Se estas, em muitos aspectos, divergem dos preceitos e da doutrina que a Igreja professa e proclama, não raramente refletem um raio daquela verdade que ilumina todos os homens. Ela, porém, anuncia, e é obrigada a anunciar o Cristo, que é “o Caminho, a Verdade e a Vida” (Jo. 14,6), em quem os homens encontram a plenitude da vida religiosa, em quem Deus reconciliou Consigo todas as coisas. A Igreja sabe que Deus pode, por caminhos d'Ele conhecidos, conduzir à fé, sem a qual é impossível Lhe ser agradável (Hb. 11,6), homens que nunca tenham escutado a mensagem do Evangelho, mas sabe igualmente que os homens são incomparavelmente iluminados e enriquecidos de dons espirituais pelo conhecimento de Cristo e de seu Evangelho, e que Lhe incumbe o dever e o sagrado direito de evangelizar hoje, como sempre.

Além disso, afirma e proclama ser vontade de Deus que todos os homens cheguem à salvação pela fé, suscitada na pregação da Igreja, e pelos sacramentos da vida cristã, formem o único povo de Deus, sejam integrados no único povo de Cristo e sejam pedras vivas do único templo ao Espírito Santo.

Agradou a Deus, em sua bondade e sabedoria, revelar-se e fazer conhecido o sacramento da sua vontade, pelo qual os homens tem acesso ao Pai e tornam-se participantes da natureza divina (Ef. 2,18; 2Pd. 4,) por Cristo, Verbo feito carne, no Espírito Santo,

Por esta revelação, pois, o Deus invisível (Col. 1,15; 1 Tim. 1,17) fala aos homens como a amigos (Ex. 33,11; Jo. 15, 14,-15) da abundância de seu amor e entra em contato íntimo com eles (Bar. 3,38), para que participem do seu convívio e nele sejam recebidos.

¹¹ Cf. a constituição dogmática “Dei Verbum”; o decreto “Ad Gentes”; as declarações “Dignitatis Humanae” e “Nostra Aetate”.

Esta economia da revelação se faz por ações e palavras intrinsecamente ligadas entre si, de modo que as ações realizadas por Deus na história da salvação manifestam e corroboram a doutrina e as realidades significadas pelas palavras, assim como as palavras proclamam as ações e explicitam o mistério nelas contido.

Cristo é ao mesmo tempo o mediador e a plenitude de toda esta revelação.

Ao Deus que se revela deve ser prestada a obediência da fé (Rom. 16,26; Rom. 1,5; 2 Cor. 10, 5-6). Por ela o homem entrega-se a Deus total e livremente, prestando plena obediência da inteligência e da vontade ao Deus que se revela, e aderindo por um ato de sua vontade à revelação por ele comunicada.

Para que chegue a esta fé, o homem tem necessidade da graça de Deus que previne e sustenta, dos auxílios internos do Espírito Santo que movam o coração, convertam para Deus, abram os olhos do espírito e dêem a todos a suavidade em aderir a verdade e nela crer. Para uma inteligência cada vez mais profunda da revelação, o mesmo Espírito aperfeiçoa continuamente a fé pelos seus dons.

Diante de uma maioria considerável de batizados que provavelmente vivem uma fé implícita, diante do sincretismo religioso e do florescimento de cultos africanos, diante de grupos humanos que professam diversas religiões, diante de uma crise de fé que se acentua na medida em que a sociedade se tecnifica e urbaniza, torna-se urgente e imperiosa uma ampla e intensa ação missionária. Nela devem empenhar-se todos os membros do povo de Deus, cada um segundo sua vocação e função na Igreja, vivência apostólica e possibilidades concretas.

É necessário que saibamos utilizar todos os instrumentos, ocasiões e métodos que a Providência colocou, hoje, à nossa disposição.

Deus atua onde quer e como quer, mas esta ação missionária exige, normalmente, um conhecimento dos grupos humanos a serem evangelizados, um esforço de encarnação na realidade concreta em que vivemos, respeito a seus autênticos valores, o diálogo, um testemunho pessoal e comunitário de Igreja, o anúncio explícito da mensagem em condições de ser entendida e de provocar uma conversão, opção pessoal e adesão explícita ao mistério de Cristo, uma inserção progressiva e orgânica no mistério da Igreja.

Esta ação exige, ao mesmo tempo, que se aprofunde o conhecimento da realidade, intensifique-se a reflexão teológica e pastoral, proporcione-se a todos os membros ativos do povo de Deus, segundo sua vocação específica, a possibilidade de uma formação e reflexão missionária.

Atividades propostas

Dentro dos elementos expostos, apresentamos as principais atividades que podem ser desenvolvidas para a concretização desta segunda linha de trabalho.

A. Atividades-fins

1. Promover o anúncio missionário da Palavra nas diversas ocasiões em que o povo de Deus se reúna em assembléia (missa, sacramentos, novenas, tríduos, etc).

2. Promover o anúncio missionário da Palavra nos estabelecimentos de educação matemática.

3. Promover o anúncio missionário da Palavra em todos os instrumentos de educação assistemática (cursos de formação de líderes, escolas de pais, etc).

4. Promover o anúncio missionário da Palavra por meio de cursos, conferências, semanas de estudo, dias de formação etc.

5. Promover o anúncio missionário da Palavra através dos meios de comunicação social.

6. Promover o anúncio missionário da Palavra por meio de pronunciamentos e mensagens da hierarquia, do clero, dos movimentos de leigos.

7. Suscitar nas comunidades de base equipes dos movimentos de Ação Católica e de militantes leigos em geral, que se capacitem melhor a dar testemunho missionário no engajamento temporal.

B. Atividades-meios

1. Conhecer do ponto de vista nacional, regional e diocesano e dos grupos humanos mais expressivos;
 - a) a história religiosa, especialmente sob o aspecto da evangelização;
 - b) as categorias e expressões religiosas;
 - c) os níveis de motivação religiosa e comportamento moral;
 - d) a psicologia em suas relações com a vida religiosa;
 - e) a situação social e a estrutura econômica, o nível cultural e a dinâmica da evolução em suas relações com a vida religiosa;
 - f) a situação atual do anúncio e do testemunho missionário da Igreja.

2. Refletir e elaborar teológica e pastoralmente a mensagem a ser transmitida a cada comunidade e as grandes linhas de uma ação missionária.

3. Atualizar e formar os diversos membros do povo de Deus (presbíteros, diáconos, religiosos e leigos), capacitando-os a desenvolver uma ação missionária conforme sua vocação específica.

4. Criar um movimento de opinião pública favorável ao anúncio da mensagem e ao testemunho missionário.

Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica

Justificativa¹²

Deus, criando (Jo 1,3) e conservando todas as coisas pelo Verbo, oferece aos homens nas coisas criadas um perene testemunho de si mesmo (Rom 1,19-20), querendo abrir o caminho da salvação sobrenatural, manifestou-se já desde o princípio aos nossos primeiros pais.

Tendo eles caído, levantou-os na esperança de salvação pela promessa do Redentor (Gen. 3,15), e sem cessar cuidou do gênero humano para dar a vida eterna (Rom 2,7) a todos que buscam a salvação pela constância no bem.

A seu tempo, chamou Abraão para fazer dele um grande povo (Gen 12,2). Após os patriarcas, ensinou este povo, por Moisés e pelos profetas, a reconhecê-lo como o único Deus, vivo e verdadeiro, pai providente e justo juiz, e a esperar o Salvador prometido, e assim preparar através dos tempos o caminho ao Evangelho.

Tendo falado muitas vezes e de muitos modos pelos profetas, Deus “nos falou nestes tempos, que são os últimos, pelo Filho” (Heb 1, 1-2). Enviou, pois, seu Filho, o Verbo eterno que ilumina todos os homens, para habitar entre os homens e revelar-lhes o mistério íntimo de Deus (Jo 1,1-18). Por isso, Jesus Cristo, o Verbo feito carne, homem enviado aos homens, fala as Palavras de Deus (Jo. 3,34) e cumpre definitivamente a obra de salvação cuja realização o Pai lhe confiou (Jo 5,36; 17,4).

Por toda sua presença e manifestação, por suas palavras e ações, pelos prodígios e milagres e principalmente por sua morte e gloriosa ressurreição de entre os mortos, tendo enviado afinal o Espírito da Verdade, Ele, que quem vê, vê também o Pai (Jo 14,9), conduz à sua plenitude a revelação e confirma, pelo testemunho divino, que Deus está conosco para nos livrar do pecado e das trevas da morte e ressuscitar para a vida eterna.

A economia cristã é, pois, a nova e definitiva aliança, que nunca passará, e nenhuma revelação pública deve ser mais esperada antes da manifestação de Nosso Senhor Jesus Cristo (1 Tim 6,14; Tit 2,13).

Em sua benignidade, Deus estabeleceu que aquilo que fora revelado para salvação de todos os povos permanecesse integralmente para sempre e fosse transmitido a todas as gerações, Cristo deu à sua Igreja a Palavra, que recebeu do Pai, confiando-lhe a missão de comunicá-la a todos os povos (Mt 28,19).

A função de interpretar autenticamente a palavra de Deus, escrita ou comunicada, foi confiada unicamente ao magistério da Igreja, cuja autoridade é exercida em nome de Jesus Cristo. Este magistério não está acima da Palavra de Deus, mas a seu serviço, ensinando unicamente o que foi comunicado pela revelação. Por mandamento divino, pela assistência do Espírito Santo, ele ouve com piedade a Palavra de Deus, guarda-a santamente e fielmente a expõe, e tira deste único depósito da fé tudo o que propõe para que se creia como divinamente revelado.

¹² Cf. a constituição dogmática “Dei Verbum”.

Fiel à sua Cabeça, a Igreja guarda este depósito, aprofunda a sua inteligência através da reflexão teológica, anuncia-o a todos os homens para levá-los à fé e ao conhecimento da verdade, comunica-o aos seus filhos para educá-los, iluminá-los e alimentá-los até atingirem a idade madura da plenitude do Cristo.

Assim como a vida da Igreja recebe um forte incremento pela contínua participação no mistério eucarístico, assim também se pode esperar um novo impulso de vida espiritual pela veneração da Palavra de Deus, que permanece para sempre (Is. 40,8; 1 Pd. 1, 23-25).

A vida cristã do povo de Deus em nosso país está marcada por uma ruptura entre religião e vida e, para muitos, o cristianismo transformou-se num ritualismo quase vazio, sem contato vital com o mistério de Cristo, nem inserção na comunidade de Igreja.

A estes aspectos acrescem os mesmos fatores que exigem uma ação missionária, conforme já temos assinalado.

As rápidas transformações da sociedade exigem um aprofundamento constante da fé, mesmo por parte daqueles que levam a sério sua dignidade de batizados.

Todos estes motivos nos levam a medir a importância e a envergadura de uma ação catequética e de um aprofundamento da doutrina capaz de educar a fé do povo de Deus, tornando seus membros cada vez mais adultos, humana e sobrenaturalmente.

Damos grande importância à catequese e ao aprofundamento doutrinal na comunidade de base, onde existe todo um clima e ambiente eclesial, que a sustenta e dinamiza. Todas as outras formas de ação e organização catequética devem, inclusive, orientar e levar o cristão a inserir-se numa comunidade de Igreja concreta.

Por motivos teológicos e pastorais, emprestamos grande importância à catequese que prepara os sacramentos, especialmente os sacramentos da iniciação cristã: batismo, crisma e eucaristia. São etapas decisivas da vida de um cristão. Quando esta preparação não foi realizada, deve ser suprida, como são supridos os ritos sacramentais.

O sacramento do matrimônio exige também uma catequese especial de preparação.

A catequese e o aprofundamento da doutrina exigem, por sua vez, uma séria e metódica reflexão teológica, que aprofunde a inteligência sobre os dados da revelação, em contato direto e permanente com a fé viva de toda a Igreja e com os valores, riscos e exigências da história dos homens.

Faz-se necessário, igualmente, um conhecimento mais preciso da realidade humana e de Igreja, uma contínua experimentação e revisão dos métodos, da pedagogia, da organização, para que sejam mais adaptados e respondam melhor às condições e necessidades do povo de Deus.

Este empreendimento exige uma formação intensa dos diversos membros da comunidade de Igreja e, em especial, catequistas e teólogos de grande competência, capazes de garantir sua efetivação e continuidade.

Será importante despertar a opinião pública, sobretudo dentro dos quadros visíveis da Igreja, para a verdadeira focalização, importância e natureza do problema.

Atividades propostas

Dentro de tudo aquilo que foi exposto, apresentamos as principais atividades para a realização desta linha de trabalho.

A. Atividades-fins

1. Promover e organizar a catequese paroquial através das comunidades de base:
 - catequese infantil

- catecumenato à 1ª eucaristia (preparação à 1ª comunhão)
 - catequese dos pais em preparação ao batismo dos filhos
 - catecumenato batismal para jovens e adultos
 - catecumenato crismal e catequese da adolescência e juventude.
2. Instituir nas comunidades de base, na Matriz ou nas zonas pastorais, centros de preparação para o matrimônio e vida familiar.
 3. Promover conferências, cursos, dias de estudo, para aprofundamento doutrinal.
 4. Promover e organizar a catequese nas escolas de nível elementar.
 5. Promover e organizar a catequese no ciclo ginasial e colegial.
 6. Promover e organizar a catequese no ensino de nível superior.
 7. Promover a catequese através de sistema de rádio e TV com recepção organizada.
 8. Promover e organizar a catequese nos instrumentos de educação assistemática.
 9. Suscitar equipes dos movimentos de Ação Católica e equipes, de leigos em geral (famílias, profissionais, jovens, adolescentes, crianças) para aprofundar o conhecimento e a vivência da mensagem, ao mesmo tempo que as exigências de um testemunho missionário.

B. Atividades-meios

1. Conhecer do ponto de vista nacional, regional e diocesano, e dos grupos humanos mais expressivos:
 - a) a história religiosa;
 - b) as categorias e expressões religiosas;
 - c) os níveis de motivação religiosa e comportamento moral;
 - d) a psicologia em relação com a vida religiosa;
 - e) a situação social, a estrutura econômica, o nível cultural, a dinâmica da evolução em suas relações com a vida religiosa;
 - f) a situação atual da catequese que é ministrada, da reflexão nas diversas ciências sagradas.
2. Refletir à luz da teologia sobre os dados da realidade e elaborar as grandes linhas da renovação catequética e da reflexão nas diversas ciências sagradas.
3. Atualizar e formar os diversos membros do povo de Deus (presbíteros, diáconos, religiosos e leigos), capacitando-os a desenvolver uma ação catequética e a contribuir para a reflexão teológica, dentro das suas possibilidades e conforme sua vocação específica na Igreja.
4. Criar um movimento de opinião pública favorável à renovação da catequese e da reflexão teológica.

Promover a ação litúrgica

Justificativa¹³

A renovação litúrgica está em pleno desenvolvimento. A liturgia é o setor onde sentimos mais palpavelmente os resultados da renovação empreendida pelo Concílio.

Para que não se transforme em mera renovação de ritos, é necessário fundamentá-la e inspirá-la nas grandes orientações traçadas pela Constituição “Sacrosanctum Concilium”.

*

Cristo, assim como foi enviado pelo Pai, assim também enviou os apóstolos, cheios do Espírito Santo, não só para anunciarem, pela pregação do Evangelho a toda a criatura, que o Filho de Deus, pela sua morte e ressurreição, nos havia livrado do poder de Satanás e da morte e transportado ao reino do Pai, mas também para que realizassem, pelo Sacrifício e pelos sacramentos - em torno dos quais se desenvolve toda a vida litúrgica - a obra de salvação que anunciavam.

Assim, pelo batismo, os homens são inseridos no mistério pascal de Cristo, participando da morte, sepultura e ressurreição do Senhor, recebem o espírito de adoção dos filhos “pelo qual clamamos: Abba, Pai” (Rom 8,15), e assim tornam-se os verdadeiros adoradores que o Pai deseja.

Igualmente, todas as vezes que comem a Ceia do Senhor, anunciam sua morte até que venha. E por isso, no dia mesmo de Pentecostes em que a Igreja se amostrou ao mundo, “os que acolheram a palavra de Pedro, foram batizados”. “E começaram a freqüentar, com assiduidade, o ensinamento dos apóstolos, a comunhão fraterna, a fração do pão e as orações... louvando a Deus e cheios de bondade para com todo o povo” (At 2, 4,1-47). Desde então, a Igreja nunca deixou de reunir-se para a celebração do mistério pascal, seja lendo tudo o que nas Escrituras se refere a Cristo (Lc 24, 27), seja celebrando a eucaristia, na qual se faz presente a vitória e o triunfo de sua morte, e ao mesmo tempo agradecendo a Deus pelo dom inestimável (II Cor 9,5) recebido em Cristo Jesus para louvor de sua glória (Ef. 1,12), pela força do Espírito Santo.

Para realizar tal obra, Cristo sempre está presente na sua Igreja, especialmente nas ações litúrgicas. Está presente no sacrifício da Missa, tanto na pessoa do ministro como sobretudo sob as espécies eucarísticas, pois aquele que agora oferece pelo ministério dos sacerdotes é o mesmo que então se ofereceu na cruz. Está presente com seu poder nos sacramentos, de modo que quando alguém batiza é Cristo quem batiza. Está presente na sua Palavra, pôs é Ele quem fala quando na Igreja se lê a Sagrada Escritura. Está presente, afinal, quando a Igreja reza e canta, pois Ele mesmo prometeu: “onde dois ou três estiverem reunidos em meu nome, Eu estarei no meio deles” (Mt 18,20).

¹³ Cf. a constituição “Sacrosanctum Concilium”.

Nesta grande obra de perfeita glorificação de Deus e da santificação dos homens, Cristo associa verdadeiramente a Si a Igreja, sua Esposa, diletíssima que invoca n'Ele o seu Senhor e por Ele rende culto ao eterno Pai.

Com razão, pois, a liturgia é considerada como o exercício do múnus sacerdotal de Jesus Cristo. Neste exercício, por meio de sinais sensíveis, é significada e realizada, da maneira peculiar a cada um, a santificação do homem, e é exercida o culto público integral pelo Corpo Místico de Jesus Cristo, isto é, pela Cabeça e seus membros.

Por isso, toda a celebração litúrgica, sendo obra de Cristo Sacerdote e de seu Corpo que é a Igreja, é ação sagrada por excelência, cuja eficácia não é igualada ao mesmo título e no mesmo grau por nenhuma outra ação da Igreja.

Na liturgia terrena participamos, pregustando-a, daquela que se celebra na Jerusalém celeste, para a qual marchamos em peregrinação, onde Cristo, sacerdote do santuário e do tabernáculo verdadeiro, está sentado à direita do Pai. Na liturgia terrestre cantamos também, ao Senhor, o hino de glória com toda a malícia do exército celeste, venerando a memória dos santos e esperando participar de seu convívio, aguardamos o Salvador Nosso Senhor Jesus Cristo até que Ele, nossa vida, apareça, e nós apareceremos com Ele, na glória.

A sagrada liturgia não esgota toda a ação da Igreja, pois, antes que os homens possam aproximar-se da liturgia, é necessário que sejam chamados à fé e à conversão.

Por isso, a Igreja anuncia aos que não crêem a mensagem de salvação, para que todos os homens conheçam a Deus verdadeiro e Jesus Cristo, que foi por Ele enviada, e convertam-se de sua maneira de viver, fazendo penitência. Aos que crêem, a Igreja deve também continuar a pregar a fé e a penitência, dispô-los a receber os sacramentos, ensinar-lhes a observar todos os mandamentos de Cristo e induzi-los a toda obra de caridade, de piedade e apostolado, para que, através destas obras, seja manifesto a todos que os fiéis cristãos, não sendo deste mundo, são todavia a luz do mundo e dão glória ao Pai diante dos homens e entre si.

Contudo, a liturgia é, ao mesmo tempo, o ponto culminante para o qual tende toda a ação da Igreja e a fonte donde dimana toda a sua força. Pois os trabalhos apostólicos são ordenados de maneira que todos os fiéis pela fé e pelo batismo tornem-se filhos de Deus, encontrem-se reunidos para o louvor de Deus no seio da Igreja e participem do Sacrifício e comam a Ceia do Senhor.

Nosso Salvador instituiu na *última Ceia*, na noite mesma em que foi entregue à morte, o *sacrifício eucarístico* do seu Corpo e do seu Sangue para perpetuar por todos os séculos, até sua volta, o Sacrifício da Cruz, dando até este pondo à sua diletta Esposa, a Igreja, o memorial de sua morte e ressurreição, como sacramento de culto, sinal de unidade, vínculo de caridade, convívio pascal, no qual Cristo é recebido, o espírito enchesse de graça e nos é dado o penhor da glória futura.

Por isto a Igreja desenvolve toda sua solícitude para que os fiéis não assistam a este mistério da fé como mudos e estranhos espectadores, mas a compreendam em seu verdadeiro valor e assim participem cõscia, pia e ativamente da ação sagrada, sejam instruídos pela Palavra de Deus, sejam alimentados pela Mesa do Corpo do Senhor, dêem graças a Deus. Quer também a Igreja que, oferecendo uma vítima imaculada não somente pelas mãos do sacerdote, mas juntamente com ele, aprendam a oferecer a si mesmo e assim realizem, cada dia mais, por Cristo mediador, sua unido com Deus e entre si, para que Deus seja finalmente tudo em todos.

Os sacramentos são ordenados à santificação do homem, à reedificação do Corpo de Cristo, ao culto a ser prestado a Deus. Enquanto sinais, visam também à instrução. Não somente supõem a fé mas também a alimentam, fortalecem, expressam por palavras, por gestos e pela matéria, por isso são denominados sacramentos da fé.

Comunicam, indubitavelmente, a graça. Mas sua celebração dispõe admiravelmente para receber com frutos a mesma graça, prestai a Deus o devido culto e exercer a caridade.

Por isso é de grande importância que os fiéis entendam facilmente os sinais sacramentais, e freqüentem com todo o empenho estes sacramentos que foram instituídos para alimentar a vida cristã.

*

A Santa Mãe Igreja instituiu, além disso, os sacramentais. São sinais sagrados que, de alguma maneira, se assemelham aos sacramentos e significam principalmente efeitos espirituais obtidos pela impetração da Igreja. Por eles os homens são dispostos a receber o efeito iminente dos sacramentos, e são santificadas as várias circunstâncias da vida.

*

Cristo Jesus, Sumo Sacerdote do Novo e Eterno Testamento, assumindo a natureza humana, trouxe para este exílio terreno aquele hino cantado eternamente nos céus. Une, assim, toda a comunidade humana e a associa no canto divino deste seu louvor.

Cristo continua, deste modo, sua obra sacerdotal por meio de sua Igreja, e não somente pela celebração eucarística mais também de outros modos, principalmente com o Ofício Divino, louva sem cessar o Senhor e intercede pela salvação de todo o mundo.

Pela antiga tradição cristã, o ofício divino é de tal maneira constituído que todo o curso do dia e da noite seja consagrado pelo louvor a Deus. Quando este admirável canto de louvor é devidamente exercido pelos sacerdotes e por aqueles que para isso foram deputedos pela Igreja, ou pelos fiéis que rezam com o sacerdote segundo uma forma aprovada, então verdadeiramente é a voz da mesma Esposa que fala ao Esposo, e é mesmo a oração de Cristo que, unido a seu Corpo, se dirige ao Pai.

A Santa Mãe Igreja assume como seu dever celebrar com santa recordação, em dias estabelecidos no decurso do ano a obra redentora de seu divino Esposo. Em *cada semana, no dia que chamou “do Senhor”* (domingo), celebra a memória da Ressurreição do Senhor. Celebra-a também uma vez ao ano, na solenidade máxima da Páscoa, juntamente com a Paixão do Senhor.

No decorrer do ano, porém, desenvolver todo o mistério de Cristo, da Encarnação e do Nascimento até a Ascensão ao dia de Pentecostes e à expectativa da feliz esperança da vinda do Senhor.

Celebrando assim os mistérios da redenção, abre aos fiéis os tesouros do poder e dos merecimentos do seu Senhor, de modo que estes se tornem de alguma maneira continuamente presentes, e os fiéis possam entrar em contato com eles e ser cumulados da graça de salvação. Ao celebrar, ao longo do ano, o mistério de Cristo, a Santa Igreja venera com particular amor a Santa Mãe de Deus, Marca, que está indissolivelmente ligada à obra salvadora de seu Filho, e nela a Igreja admira e exalta o fruto mais excelente da Redenção, e contempla com alegria, como em uma imagem puríssima, aquilo que esta mesma Igreja deseja e espera ser em sua totalidade.

A Igreja inseriu também no desenvolver de seu ano litúrgico a memória dos mártires e dos outros santos, que conduzidos à perfeição pela multiforme graça divina e já possuidores da salvação eterna, nos céus cantam a Deus o hino do louvor perfeito e intercedem por nós. Pois, nas festas dos santos, ela proclama o mistério pascal realizado nos santos participantes da Paixão e glorificação do Senhor, propõe aos fiéis os seus exemplos, que podem conduzir todos por Cristo ao Pai, e impetra pelos seus merecimentos os benefícios divinos.

Segundo a tradição apostólica, que fundamenta sua origem no próprio dia da Ressurreição do Senhor, a Igreja celebra o mistério pascal cada oito dias, no dia que é por isso chamado “do Senhor” ou Domingo. Neste dia todos os fiéis devem reunir-se para que, ouvindo a palavra de Deus e participando da eucaristia, celebrem a memória da Paixão, da Ressurreição e da glória do Senhor Jesus, e dêem graças a Deus, que “os regenerou na esperança viva, pela ressurreição de Jesus Cristo dos mortos” (I Petr 1,3). Por isso o domingo é a festa mais antiga e mais importante, e como tal deve ser proposto e inculcado à piedade dos fiéis, de modo que se torne um dia de alegria e de repouso festivo. Já que o domingo é o fundamento, e o núcleo de todo o ano litúrgico, as outras celebrações não devem ter precedência sobre ele, a não ser que sejam verdadeiramente da mesma importância.

O tempo da quaresma seja focalizado em viva luz, tanto na liturgia como na catequese litúrgica, de acordo com a dupla característica que lhe é própria, de memória e preparação do batismo e da penitência. E principalmente conforme esta dupla característica que ele prepara os fiéis à celebração do mistério pascal; por uma maior assiduidade em ouvir a palavra de Deus e em dedicar-se à oração. A penitência do tempo quaresmal seja não só individual e interna, mas também externa e social.

A tradição *musical* da Igreja, em todas as partes do mundo, constitui um tesouro de valor inestimável, uma expressão artística que sobressai a todas as outras, sobretudo quando, na forma de canto sagrado em íntima conexão com as palavras, entra como parte necessária e integrante na liturgia solene.

A *música sacra*, cujo fim é a glória de Deus e a santificação dos fiéis, será tanto mais religiosa quanto mais se unir à ação litúrgica, seja para expressar mais suavemente a oração ou fomentar a união dos espíritos, seja enriquecendo de maior solenidade os ritos sagrados. A Igreja aprova e admite no culto divino todas as formas de arte, quando esta é verdadeiramente arte e apresenta as qualidades devidas.

Tanto a *arte religiosa* como a *arte cristã* buscam por sua própria natureza expressar de alguma maneira, na obra humana, a infinita beleza divina, e destinam-se, de tal modo a Deus e à promoção de seu louvor e de sua glória, que não podem ter outra finalidade senão contribuir, o mais possível, através de suas realizações, para que o espírito dos homens se oriente piedosamente para Deus. A Igreja não possui como próprio nenhum estilo artístico, mas admitiu todos os tipos, conforme a índole e a cultura de cada povo e as necessidades dos diversos ritos, fazendo com que, no decorrer dos tempos, o tesouro artístico fosse conservado com todo o cuidado.

A arte contemporânea de todos os povos e de todos os países deve ser livremente desenvolvida na Igreja, contanto que seja capaz de servir com o devido respeito ao edifício sagrado e aos ritos sagrados.

Os Ordinários são os responsáveis pelo incentivo e pela promoção da verdadeira arte sagrada, procurando mais a beleza nobre que a mera suntuosidade, também no tocante às vestes e ornamentos sagrados.

*

É necessário empreender uma intensa formação dos pastores e fiéis, dos ministros e da assembléia, para que a liturgia se torne, realmente, o “cume para o qual tende a ação da Igreja, que é, ao mesmo tempo, a fonte de onde dimana toda a sua força. Pois os trabalhos apostólicos se ordenam a isso: que todos os fiéis, feitos, pela fé e pelo batismo, filhos de Deus, juntos se reúnam, louvem a Deus no seio da Igreja, participem do sacrifício e comam a ceia do Senhor.

A própria liturgia, por seu turno, impele os fiéis a que, saciados pelos sacramentos pascais, sejam concordes na piedade; reza para que conservem, em suas vidas, o que receberam pela fé, a renovação da aliança do Senhor, na eucaristia, solicita e estimula os fiéis para a caridade imperiosa de Cristo. Da liturgia, portanto, mas da eucaristia principalmente, como de uma fonte, se derivam as graças para nós e, com maior eficácia, é obtida aquela santificação dos homens, em Cristo, e a glorificação de Deus, para a qual, como seu fim, todas as demais, obras da Igreja apontam”,

Embora em pleno andamento, a renovação tem ainda um grande caminho a percorrer. São tarefas urgentes e primordiais: criar e garantir um melhor funcionamento de autênticas assembléias litúrgicas; assegurar a celebração mais adequada dos sacramentos de iniciação cristã, do matrimônio (em sua preparação, celebração e vivência litúrgica), renovar a liturgia da penitência, do dia do Senhor, do ano litúrgico, da música e das artes sacras. Além disto, assegurar as tarefas derivadas de prescrições conciliares, entre as quais ressaltamos a tradução e a edição de textos litúrgicos.

Empreendimento de maior envergadura e a mais longo prazo será a adaptação e a aculturação previstas na Constituição “Sacrosanctum Concilium”, e de grande importância pastoral.

Todas estas renovações devem ser bem fundamentadas em pesquisas, estudos e experiências para o seu cabal e seguro desenvolvimento.

A falta de preparação dos ministros e do povo às reformas litúrgicas provocou as mais diversas reações. É necessário que as renovações sejam conduzidas dentro de uma pedagogia e preparadas por esclarecimentos de interpretação à opinião pública.

Atividades propostas

Apresentamos as atividades propostas para a renovação litúrgica.

A. Atividades-fins

1. Realizar, nas comunidades de base, assembléias litúrgicas, com a participação ativa de todos os seus membros, segundo as suas funções, especialmente na celebração da eucaristia e dos outros sacramentos.
2. Dar maior ênfase à celebração da Palavra em toda ação litúrgica.
3. Promover nas equipes familiares das diversas comunidades de base a reflexão sobre a família-comunidade de oração, orientada para a assembléia litúrgica.
4. Promover a arte e a música sacras no sentido da participação ativa de toda a comunidade.
5. Promover e organizar celebrações litúrgicas e celebrações da palavra pelo rádio e TV.

B. Atividades - meios

1. Conhecer do ponto de vista nacional, regional e diocesano e dos grupos humanos mais expressivos:
 - a) a história religiosa, especialmente sob o aspecto litúrgico;
 - b) as expressões de religiosidade em suas diversas motivações e as manifestações culturais suscetíveis de serem incorporadas ao culto;
 - c) os níveis de motivação religiosa nos atos do culto;
 - d) a psicologia em relação à vida religiosa;

- e) a situação social, a estrutura econômica, o nível cultural, a dinâmica da evolução em suas relações com o culto;
 - f) a situação atual da pastoral litúrgica (tipos de reação, participação do povo, atuação dos ministros).
2. À luz da verdadeira natureza da liturgia, refletir sobre os dados da realidade e elaborar as linhas da pastoral litúrgica, definidas pelas exigências da Assembléia, da Palavra, dos sinais e de sua pedagogia progressiva.
 3. Atualizar e formar os diversos membros do povo de Deus (presbíteros, diáconos, religiosos e leigos), capacitando-os a uma sempre mais efetiva participação litúrgica, segundo sua vocação e função específica na Igreja.
 4. Promover as experiências litúrgicas na linha da Constituição e oferecer subsídios para a renovação pastoral.
 5. Criar um movimento de opinião pública favorável à renovação litúrgica.

Promover a ação ecumênica

Justificativa¹⁴

A reintegração da unidade entre todos os cristãos é uma das principais finalidades do Vaticano II. Pois N. S. Jesus Cristo fundou uma só e única Igreja. São, entretanto, numerosas as comunhões cristãs que se apresentam aos homens, como legítima herança de Jesus Cristo. Todos em verdade se professam discípulos do Senhor, mas têm pareceres diversos. Caminham por rumos diferentes. Como se o próprio Cristo estivesse dividido. Esta divisão, sem dúvida, contradiz abertamente a vontade do Senhor e é escândalo para o mundo, como também prejudica a pregação do Evangelho a toda criatura.

O Senhor dos séculos, sábia e pacientemente, prossegue o plano de sua Graça a favor de nós, pecadores. Começou ultimamente a infundir, de modo mais abundante nos cristãos separados entre si, compunção de coração e o desejo de união. Por toda parte, muitos homens sentiram o impulso desta graça. Também entre nossos irmãos separados, por moção da graça do Espírito Santo, surgiu um movimento, cada vez mais intenso, para restauração da unidade de todos os cristãos. Este movimento de unificação é chamado ecumênico. Participam dele os que invocam o Deus Trino e confessam a Cristo como Senhor e Salvador, não só individualmente, mas também reunidos em assembleia. Cada qual afirma que o grupo onde ouviu o Evangelho é sua Igreja e a de Deus. Quase todas, porém, se bem que de modo diverso, aspiram a uma Igreja de Deus una e visível, que seja verdadeiramente universal e enviada ao mundo inteiro a fim de que se converta o mundo ao Evangelho e seja salvo para a glória de Deus.

Por movimento ecumênica se entendem as atividades e iniciativas que são suscitadas e ordenadas em favor das várias necessidades da Igreja e oportunidade dos tempos, no sentido de favorecer a unidade dos cristãos. Tais são:

Primeiro, todos os esforços para eliminar palavras, juízos e ações que não correspondem à condição dos irmãos separados e por isso tornam mais difíceis as relações com eles.

Em seguida, o diálogo, entre peritos competentes das diversas Igrejas e comunidades. Nestes encontros de cristãos, organizados no espírito religioso, cada qual explica mais profundamente a doutrina de sua comunhão e apresenta perspicuamente suas características. Pois, com este diálogo, todos adquirem um conhecimento mais verdadeiro e uma avaliação mais adequada da doutrina e da vida das duas comunhões. Então estas comunidades conseguem também uma mais ampla colaboração em certas obrigações, que toda consciência cristã exige, em vista do bem comum. E onde for permitido, reúnem-se em oração unânime.

Enfim, todos examinam sua fidelidade à vontade de Cristo acerca da Igreja e, na medida do necessário, iniciam vigorosamente o trabalho de renovação e de reforma.

Desde que os fiéis da Igreja Católica, prudente e pacientemente, trabalhem sob a vigilância dos pastores, tudo isso contribuirá para promover a equidade e a verdade, a concórdia e a colaboração, o espírito fraterno e a união. Assim, palmilhando este caminho, superando paulatinamente os obstáculos que impedem a perfeita comunhão eclesial, a

¹⁴ Cf. O decreto “Unitatis Redintegratio”.

todos os cristãos se congreguem na celebração de uma só eucaristia e na unidade de uma única Igreja. Esta unidade, desde o início, Cristo a concedeu à sua Igreja. Cremos que esta unidade subsiste, inamissível, na Igreja Católica e esperamos cresça dia a dia, até a consumação dos séculos.

Atividades propostas

Dentro destas diretrizes básicas do Concílio, apresentamos os passos mais importantes e as principais atividades para uma ação ecumênica no Brasil.

A. Atividades-fins

1. Levar o povo de Deus à oração para que todas as Igrejas aprofundem seu cristianismo e cheguem a uma mais intensa comunhão eclesial na unidade visível (Semana da Unidade).
2. Promover o estudo em comum de temas que interessam às diversas Igrejas e a participação de observadores em semanas e encontros de outras Igrejas.
3. Promover a cooperação de todos os cristãos no sentido de, juntos, inserirem-se melhor como fermento na construção de um mundo, segundo os desígnios de Deus.

B. Atividades-meios

1. Conhecer do ponto de vista nacional, regional e diocesano:
 - a) a história da Igreja no Brasil em relação ao ecumenismo;
 - b) as diversas comunidades denominadas cristãs, não unidas a Roma, e sua relação com a Igreja católica;
 - c) a atitude das várias confissões cristãs, inclusive da Igreja Católica, em face do ecumenismo;
2. Refletir sobre o mistério da unidade da Igreja e elaborar as grandes linhas de uma ação ecumênica aplicada ao Brasil.
3. Atualizar e formar os diversos membros do povo de Deus (presbíteros, diáconos, religiosos e leigos), capacitando-os a desenvolver uma ação ecumênica dentro de suas possibilidades e conforme sua vocação e função na Igreja.
4. Formar especialistas capazes de assessorar e animar o movimento ecumênico.
5. Criar um movimento de opinião pública favorável ao autêntico ecumenismo.

Promover a melhor inserção do povo de Deus, como fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus

Justificativa¹⁵

A presença da Igreja no mundo repousa, ao mesmo tempo, na vontade do Pai, na missão que lhe foi confiada por Cristo e na adesão livre dos homens. Ela é o sacramento universal de salvação que manifesta e realiza o mistério do amor de Deus para com o homem.

Procedendo do amor do eterno Pai, fundada no tempo por Cristo Redentor, reunida no Espírito Santo, a Igreja possui um fim salvífico e escatológico, que só atingirá sua plenitude no mundo futuro. Ela está, porém, presente já aqui nesta terra, e é formada por homens membros da cidade terrestre, os quais já neste tempo da história humana são chamados a construir a família dos filhos de Deus, a ser continuamente aumentada até a vinda do Senhor.

Assim, a Igreja, sociedade visível e comunidade espiritual, caminha com toda a humanidade, experimenta juntamente com o mundo a mesma sorte terrena, e é como que o fermento ou a alma da sociedade humana a ser renovada em Cristo e transformada na família de Deus.¹⁶

Esta interpenetração da cidade terrestre e celeste só pode ser percebida à luz da fé. Permanece, pois, o mistério da história humana, que será perturbada pelo pecado até a plena revelação da glória dos filhos de Deus.

A Igreja, porém, buscando seu próprio fim de salvação, não somente faz o homem participar de sua vida divina, mas derrama sua luz que de algum modo penetra o mundo inteiro, principalmente por que restabelece e eleva a dignidade da pessoa humana, fortalece a unidade estrutural da sociedade humana e infunde na atividade quotidiana dos homens um sentido e uma expressão mais profunda.

Assim, a Igreja Católica crê que pode contribuir consideravelmente, através de cada um dos seus membros e de toda a sua comunidade, para tornar mais humana a família e a história dos homens.

De bom grado considera de grande importância toda a contribuição solidariamente prestada pelas outras Igrejas ou comunidades eclesiais para o desempenho da mesma função.

Ao mesmo tempo está firmemente persuadida de que na pregação do Evangelho pode ser ajudada notavelmente e de várias maneiras pelo mundo, com seus valores e empreendimentos, seja por cada homem em particular, seja pela sociedade humana.

A história dos homens e a história da salvação estão estreitamente ligadas e, segundo a presente economia da Salvação, a ordem da Redenção inclui a ordem da Criação.

¹⁵ Cf. a constituição pastoral “Gaudium et spes”.

¹⁶ Neste texto entende-se por mundo ‘toda a família humana com todo o universo no qual vive; o teatro da história dos homens e de suas atividades, marcado por derrotas e vitórias; o mundo que, conforme crêem os cristãos, foi fundado e conservado pelo amor do Criador, foi submetido à escravidão do pecado, mas liberado pela crucifixão e ressurreição de Cristo – que destruiu o poder do Maligno – para que seja transformado segundo os desígnios de Deus e chegue à sua plena e definitiva realização”.

Encarnando se, o Filho de Deus assumiu toda a natureza humana, o homem todo, corpo e alma, toda a obra da criação, inclusive a matéria.

Por isso a Igreja faltaria à sua missão se não comunicasse aos seus filhos e àqueles que a querem escutar as exigências de todo o desígnio divino e as luzes de que necessitam para viver em tudo segundo o espírito de Cristo. Cristo, com efeito, não lhe confiou nenhum mandato com finalidade de ordem política, econômica e social. Sua intervenção nas coisas humanas é unicamente em relação ao aspecto sob o qual elas de um ou de outro modo se referem ao Reino que há de vir, mas que já está presente e cresce. Suas intervenções não se situam no nível das técnicas sociais e dos sistemas particulares, acomodando-se a formas institucionais históricas muito diversas. Elas devem respeitar a justa autonomia das coisas, dos homens e da sociedade, não no sentido de que as coisas criadas e as leis sociais não dependem de Deus, e de que o homem pode delas dispor sem referência ao Criador, mas no sentido de que as coisas criadas e a sociedade têm suas leis próprias, sua consistência própria, segundo a vontade do seu Criador, e que o homem deve conhecê-las e respeitá-las.

A Igreja respeita tudo o que há de justo, de bom, de verdadeiro nas instituições humanas. Não busca nenhuma dominação terrestre, por sua natureza mesma não está ligada a nenhuma cultura particular, a nenhum sistema político, econômico ou social determinado. Para vantagem de todos, ela deseja vivamente poder desenvolver-se sob qualquer regime que respeite os direitos fundamentais da pessoa e da família, as exigências do bem comum e a liberdade da sua missão.

De modo algum, porém, pode renunciar à sua missão universal, pois neste caso seria infiel a Deus e aos homens. Todas as atividades humanas, a começar pelas mais quotidianas, devem ser vividas pelos cristãos, segundo o espírito de Cristo e em referência ao Reino e, conseqüentemente, a serviço de todos, especialmente dos necessitados.

Como cidadãos do mundo, os fiéis, e *especialmente* os leigos, devem assumir suas responsabilidades próprias, adquirir uma verdadeira competência profissional no seu domínio, respeitar as leis próprias de cada disciplina e unir seus esforços a todos aqueles que trabalham na construção de um mundo mais justo e fraterno, mas devem agir em tudo segundo o espírito do Evangelho. Em questões abertas, agirão segundo os julgamentos de sua consciência previamente formada, guiados pela prudência cristã. Muitas vezes a fé os inclinará a tais e tais soluções, em face das circunstâncias. Outros cristãos, com a mesma sinceridade, terão outro julgamento. Que guardem entre si a caridade.

Os leigos devem conduzir-se, em tudo, como testemunhas de Cristo no meio do mundo. Unidos entre si, dóceis ao ensinamento da hierarquia, irradiarão o espírito do Evangelho sobre o conjunto da vida social e permanecerão atentos à presença do Espírito, que se manifesta na vida quotidiana dos homens. Escutando seus apelos, não apenas os responderão, mas também buscarão revelá-los a seus companheiros de caminho, associá-los à sua ação.

Participando das mesmas condições de vida dos homens, respeitando-os, amando-os e procurando uni-los, fá-los-ão participar da amizade de Cristo, a quem se entregaram e, dioceses ao Espírito, manifestar-lhes-ão por seus atos e palavras o amor infinito do Pai.

Os *pastores*, que por encargo apostólico, dirigem a Igreja de Deus, devem não só ensinar, com autoridade, a mensagem de Cristo, mas comunicá-la de tal maneira que possa infirmar a vida completa dos fiéis. Isto supõe um diálogo constante e confiante entre fiéis e pastores, em todos os níveis.

Por todos os meios com que Cristo dotou sua Igreja, e especialmente pelos sacramentos, proporcionarão a todos as forças de viverem o que crêem. Mesmo que Deus dispense suas graças por caminhos diversos, e o Espírito atue para além dos limites da Igreja institucional, no entanto, a Igreja é o sacramento de Deus sobre a terra, o Corpo de Cristo, no interior do qual

o homem pode, segura e plenamente, encontrar o Espírito de Deus, alimentando-se e vivendo dele em abundância.

*

A Igreja, porém, não ignora tudo que recebeu da história do gênero humano.

É dever de todo o povo de Deus, mas principalmente dos teólogos, com o auxílio do Espírito Santo, escutar, discernir e interpretar as diversas linguagens do nosso tempo, julgá-las à luz da Palavra divina, para que a Verdade revelada possa ser mais profundamente percebida, melhor entendida e mais adequadamente apresentada, de modo a possibilitar a todas as formas de cultura humana e a todas as nações o acesso às insondáveis riquezas de Cristo.

Por isso nossas contemporâneos, especialmente aqueles que não crêem, cada vez mais esperam da Igreja, não a manifestação de uma verdade meramente humana, que buscam em outras fontes, mas a explicação do mistério do próprio homem, à luz da revelação de Cristo.

Difícilmente aderem a doutrinas abstratas, mas deixam-se mover pelo testemunho fraterno, que lhes é proposto na vida concreta, e de nenhum modo violenta lhes a liberdade.

Solidária com a história dos homens e intimamente ligada a ela, não é de estranhar que a Igreja, ao longo dos séculos, apareça com rugas e manchas, e necessite de renovação. Não podemos, ao mesmo tempo, esquecer a contribuição que ela recebe do autêntico progresso do mundo.

Solidária com o mundo, que a olha e interpela, ela quer discernir os apelos do Espírito nestas múltiplas interrogações e responder-lhes generosamente. Pede a seu Senhor e Mestre que lhe dê a força e a coragem, a fim de corresponder, o mais perfeitamente possível, às exigências concretas de sua missão, no mundo de hoje.

Pois o Verbo de Deus, pelo qual todas as coisas foram feitas, Ele mesmo, se fez Carne para, como Homem perfeito, salvar a todos e formar-se o Chefe de todas as coisas. O Senhor é o fim supremo de toda a história humana, é o ponto para o qual convergem os desejos da História e da civilização, a alegria de todos os corações e a plenitude de seus anseios.

Ele é Aquele a quem o Pai ressuscitou, glorificou e colocou à sua direita, constituindo juiz dos vivos e dos mortos. Vivificadas e congregados no seu Espírito, caminhamos como peregrinos para a consumação da história humana, que condiz plenamente com o desígnio do seu amor: reunir “todas as coisas sob um só Chefe, o Cristo, tanto os seres celestes como os terrestres”, (Ef. 1, 10).

Diz o mesmo Senhor: “Eis que venho em breve e trago comigo o salário que vou dar a cada um, na proporção do seu trabalho. Eu sou o Alfa e o Ômega, o Primeiro e o Último, o Princípio e o Fim (Ap. 22, 12-13).

*

A presença da Igreja em um país tão diversificado como o nosso, em fases tão desencontradas de desenvolvimento, enfrentando difíceis em fases reformas de estruturas, constitui-se tarefa importante, delicada e decisiva. Impõe-se, antes de tudo, uma ampla *atividade de reflexão, com levantamento* de dados e pesquisas, que nos dê diretrizes mais concretas, fundamente e suscite experiências, assessor os pastores, forneça subsídios aos cristãos engajados. Esta reflexão e este levantamento de dados devem objetivar não apenas a teologia da presença da Igreja em um país em vias de desenvolvimento, mas as linhas fundamentais de sua presença nos diversos campos da atividade humana: família, cultura, ordem econômico-social e política, etc.

Esta reflexão pode ser empreendida de tal maneira que ao mesmo tempo se realize um largo despertar de todos os membros do povo de Deus e sua conseqüente formação. Ela nos levará certamente a reformular organismos, instituições criadas e sustentadas pela Igreja, no sentido de darem um testemunho mais explícito e desenvolverem uma ação mais eficaz de fermento.

Será importante, também, sensibilizar a opinião pública para uma melhor compreensão do autêntico papel da Igreja na construção do mundo.

Atividades propostas¹⁷

Baseados em todos estes elementos, apresentamos as atividades que poderão realizar esta linha de trabalho.

A. Atividades-fins

1. Incentivar e promover movimentos e organizações que possibilitem uma reflexão cristã em cada um dos campos da atividade.
2. Orientar mais eficazmente a atuação, o funcionamento e os programas das instituições educacionais católicas (sistemáticas e assistemática), no sentido de uma formação conforme as necessidades e exigências do desenvolvimento integral das comunidades na região e no país.
3. Levar todas as organizações que a Igreja criou e sustenta nos diversos campos da atividade humana a serem mais efetivamente testemunhas e fermento na construção de um mundo segundo os desígnios de Deus.

B. Atividades-meios

1. Conhecer do ponto de vista nacional, regional e diocesano:
 - a) a história da Igreja no Brasil no que se refere à inserção dos cristãos na construção do mundo;
 - b) a presença atual da Igreja no processo de desenvolvimento;
 - c) sua presença específica nos diversos campos da atividade humana em que se fizer sentir a necessidade de uma atuação prioritária;
 - d) as necessidades e os planos existentes em cada um dos campos em que a Igreja deseja planejar a sua ação.
2. Refletir, elaborar e aplicar ao Brasil, à região e à diocese a teologia da presença da Igreja num mundo em desenvolvimento, conforme a orientação do Vaticano II.
3. Refletir e elaborar as linhas de atuação da Igreja nos campos diversos da atividade humana em que se julgar necessária uma presença prioritária, e especialmente no campo familiar, cultural, sócio econômico, político, internacional.
4. Atualizar e formar os diversos membros do povo de Deus (presbíteros, diáconos, religiosos e leigos), capacitando-os a uma melhor inserção como fermento na construção do mundo, de acordo com a sua vocação e a função na Igreja.
5. Levar os movimentos apostólicos de leigos a educar seus membros para o exercício de sua responsabilidade cristã nas tarefas temporais.
6. Criar um movimento de opinião pública que faça todos compreenderem o autêntico papel da Igreja na construção do mundo.

¹⁷ Cf. a constituição pastoral "Gaudium et spes".

Aplicação das diretrizes aos planos nacional e regional

Este Plano de Pastoral de Conjunto visa a “criar meios e condições para que a Igreja no Brasil se ajuste mais rápida e plenamente possível à imagem de Igreja do Vaticano II”.

Para realizar este objetivo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil desenvolve dois tipos fundamentais de meios:

- traça as diretrizes desta renovação.
- prevê e realiza um certo número de atividades.

Estas diretrizes constituem, pois, um dos meios mais decisivos para a renovação da Igreja. Levando em conta nossas necessidades e possibilidades, buscam atingir os pontos essenciais da ação pastoral, excetuados aqueles que o Sumo Pontífice reservou à sua autoridade.

Ao sancioná-las, a CNBB tem consciência de estar exercendo uma das tarefas mais importantes e específicas de sua co-responsabilidade pastoral e afeto colegial.

Elas dirigem-se a todos os membros do povo de Deus, que vivem e trabalham no Brasil. Não constituem normas *jurídicas*, a não ser nos casos e aspectos previstos pelo Concílio ou determinados pelo Santo Padre e, como tal, expressamente promulgados pelo episcopado. São; porém, *normas* pastorais que devem orientar a ação de todos os membros do povo de Deus (pessoas, grupos e instituições), possibilitar-lhes uma maior e mais visível comunhão de vida entre si com a hierarquia (selo da unidade), realizar uma integração mais profunda de todos os esforços pastorais.

Foram elas elaboradas em diálogo com as forças apostólicas mais representativas que atuam no Brasil, de acordo com a função eclesial respectiva.

Respeitando a vocação e o carisma de cada fiel e de cada grupo, estimulando seus dinamismo próprios, animando-os a assumir suas responsabilidades e a desenvolver iniciativas, estas diretrizes querem que todos persigam os mesmos grandes objetivos, trilhem as mesmas linhas de orientação e integrem-se na comunhão do Todo.

É, porém, decisivo que sejam assumidas e encarnadas em atividades concretas a serem realizadas. Baseando-se nestas linhas fundamentais e tomando-as como quadro de referências, compete a cada organismo de Igreja, (dioceses, famílias religiosas, organizações apostólicas de leigos) colaborar e executar seu plano de atividades de acordo com a peculiaridade que o caracteriza, com suas possibilidades reais e exigências da área ou setor onde atua.

1. Aplicação ao plano nacional

Ao longo de seus 13 anos de existência e de funcionamento, sobretudo a partir do Plano de Emergência, a CNBB não se limitou a uma ação diretiva e orientadora da pastoral, mas criou e mantém, atualmente, diversos *serviços* ou sejam 1 secretariado geral, 13 secretariados nacionais, 11 secretariados regionais e 11 organismos a ela ligados. Podemos assim enumerá-los:

Secretariado geral

Secretariados nacionais

- Secretariada Nacional de Liturgia - SNAL
- Secretariado Nacional de Catequese - SNAC
- Secretariado Nacional de Teologia - SNAT
- Secretariado Nacional de Pastoral Especial - SNAPES
- Secretariado Nacional de Vocações - SNAV
- Secretariado Nacional de Seminários - SNASEM
- Secretariada Nacional do Ministério Hierárquico - SNAMHI
- Secretariado Nacional de Apostolado das Religiosas - SNAR
- Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos - SNALE
- Secretariado Nacional de Educação - SNED
- Secretariado Nacional de Opinião Pública - SNOP
- Secretariado Nacional de Ação Social - SNAS
- Secretariado Nacional de Prelazias - SNAP

Secretariados Regionais

- Norte 1: Sede em Manaus.
- Norte 2: Sede em Belém, abrangendo dos Estados de Amazônia, Pará e Acre, e os Territórios de Amapá, Rondônia e Roraima.
- Nordeste 1: Sede em Fortaleza, abrangendo os Estados do Maranhão, Piauí e Ceará.
- Nordeste 2: Sede em Recife, abrangendo os Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Alagoas.
- Nordeste 3: Sede em Salvador, abrangendo os Estados da Bahia e Sergipe.
- Leste 1: Sede no Rio de Janeiro, abrangendo os Estados da Guanabara e Rio de Janeiro.
- Leste 2: Sede em Belo Horizonte, abrangendo os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.
- Sul 1: Sede em S. Paulo, abrangendo o Estado de S. Paulo.
- Sul 2: Sede em Curitiba, abrangendo o Estado do Paraná.
- Sul 3: Sede em Porto Alegre, abrangendo os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul.
- Centro-Oeste: Sede em Goiânia, abrangendo o Estado de Goiás.
- Extremo-Oeste: Sede em Cuiabá, abrangendo o Estado de Mato Grosso e a Prelazia de Guajará-Mirim.

Organismos ligados à CNBB

- Centro de Estatística Religiosa e Investigação Social - CERIS
- Serviço de Cooperação Apostólica Internacional - SCAI

- Movimento de Educação de Base - MEB
- Instituto de Previdência do Clero - IPREC
- Comissão Católica Brasileira de Migração - CCBM
- Caritas Brasileira
- Instituto Superior de Pastoral Catequética - ISPAC
- Instituto Superior de Pastoral Litúrgica – ISPAL
- Instituto Superior de Pastoral Vocacional - ISPAV
- Instituto Nacional de Apostolado dos Leigos - INAL
- Telepax - órgão federativo que coordena outros três organismos:
 - Representação Nacional de Emissoras Católicas - RENEK
 - Central Católica de Cinema - CCC
 - União Nacional Católica de Imprensa - UNCI

*

Neste Plano de Pastoral de Conjunto a CNBB prevê e pretende realizar um certo número de atividades através desses serviços. Agrupamos as atividades da CNBB em três ,categorias:

1.1. Atividades permanentes

Constituem elas a vida quotidiana da Conferência e dos diversos secretariados nacionais. Estas atividades são:

- assessoria ao episcopado em todos os assuntos de interesse da Igreja e, principalmente, na aplicação das questões que o Concílio confiou às Conferências episcopais;
- elaboração de anteprojetos de diretrizes a serem submetidas ao juízo e à sanção do episcopado e, por ele, eventualmente assumidas;
- coordenação de organismos e movimentos ligados à CNBB;
- fornecimento de subsídios a toda a ação pastoral da Igreja;
- assessoria direta a todos os organismos de Igreja, que o solicitarem;
- entrosamento com todos os organismos eclesiais ou civis para questões pertinentes à ação da Igreja e no nível requerido pela natureza de cada um deles.

Estas atividades realizam-se continuamente na vida normal dos secretariados, uma vez devidamente montados os dispositivos capazes de executá-las.

1.2. Ampliação dos serviços existentes

Para o satisfatório funcionamento dos diversos secretariados nacionais e organismos ligados à CNBB, para que possam desenvolver adequadamente suas atividades permanentes e assumir atividades especiais, faz-se necessário que alguns serviços sejam ampliados. São previstas as seguintes ampliações:

- ampliação da sede;
- aquisição de uma viatura;
- montagem do sistema de comunicação com os secretariados regionais;
- equipamentos de mecanografia;
- ampliação dos serviços permanentes do CERIS.

1.3. Atividades especiais e montagem de novos serviços

São as atividades que a CNBB pretende desenvolver nestes 5 anos para criar os meios e condições de renovação da Igreja, na perspectiva conciliar, é assegurar a concretização de suas diretrizes em aspectos que julga de vital importância.

No seu Plano de Atividades, a CNBB é, antes de tudo, um organismo de serviço e especialmente a serviço das dioceses. Em consequência, as atividades que lhe competem desenvolver são quase exclusivamente atividades-meios, isto é, atividades de levantamentos e pesquisas, de reflexão, de formação e de assessoria. (Cf. as 6 Linhas de Trabalho na atividades-meios da letra B).

Por este motivo julgamos por bem agrupá-las em 4 Programas, correspondentes a estes 4 tipos de atividades. Assim teremos:

- Programa de levantamentos e pesquisas.
- Programa de reflexão e elaboração.
- Programa de formação e atualização de pessoal.
- Programa de montagem de novos serviços de assessoria.

Estes 4 Programas darão unidade ao trabalho dos diversos secretariados nacionais e organismos ligados à CNBB. Cada um deles desenvolverá suas tarefas específicas. Mas estas tarefas não serão mais paralelas, isoladas, e sim, complementares e integradas em programas comuns. Este sistema, por sua vez, possibilita uma mais efetiva coordenação.

Dada a importância destas atividades especiais, procuramos planejá-las em maior detalhe, (of. III Parte).

2. Aplicação aos planos regionais

O plano nacional deverá ser completado pelo plano de cada regional, e todos eles alcançarão a sua plenitude na medida em que forem elaborados também os planos diocesanos.

2.1. Responsabilidade do Plano Regional

O plano regional é elaborado pela comissão *regional*, composta por todos os membros da CNBB pertencentes à região. A comissão é assessorada pelo secretariado regional. É também de grande importância o diálogo e entrosamento com superiores maiores das Ordens, Congregações e Institutos Religiosos.

O *secretariado regional* é constituído pela coordenadoria regional e pelos departamentos regionais.

A *coordenadoria* é formada:

- pelo secretário regional, que é um membro da comissão regional, eleito por quatro anos para coordenar os trabalhos da comissão e do secretariado;
- pelo subsecretário regional que, sob a dependência do secretário, assume mais imediatamente os trabalhos;
- por assessores, chamados a colaborar com o secretário e subsecretários nas tarefas de coordenação.

Os *departamentos* regionais, que, na medida do possível, devem corresponder aos secretariados nacionais, em harmonia com a coordenadoria, respondem perante a comissão regional por setores de especial interesse da vida e da ação da Igreja. Estes departamentos são constituídos por um responsável e por assessores chamados a colaborar.

Para criar meios e condições de renovação da Igreja na região, o plano regional:

- traça as diretrizes da renovação;
- prevê e realiza um certo número de atividades.

2.2. As diretrizes do plano regional

As diretrizes regionais são aplicações à região das diretrizes nacionais. O plano regional pode assumir integralmente todas as linhas de trabalho e atividades propostas pelo plano nacional, assumindo-as todas pode, porém, dar prioridade a algumas que apresentam maior importância e urgência no contexto regional, e pode, ainda, assumir somente aquelas que correspondam melhor às necessidades, exigências e possibilidades da região.

2.3. As atividades do plano regional

O plano regional deve prever também, a realização das atividades assumidas pela comissão regional. O agrupamento e a organização destas atividades seguem critérios bem semelhantes aos do plano nacional, feitas as devidas adaptações.

Nos programas 1 e 2 (levantamentos e pesquisas, reflexão e estudo) o regional é chamado a participar intensamente dos projetos nacionais, podendo também prever projetos específicos.

No programa 3 (formação de pessoal), ao lado de sua participação em alguns projetos nacionais, o regional deverá desenvolver em piamente projetos próprios.

O programa 4 (montagem de novos serviços) deve merecer um grande esforço por parte do regional, para que possa pouco a pouco ter condições de prestar à Comissão regional e às dioceses uma assessoria à altura das necessidades e exigências.

Conforme o caso, o regional poderá introduzir ainda um programa 5, de assessorias específicas. Neste programa são agrupados projetos que prevêm assessorias a realizações específicas. É o caso, por exemplo, de assessorias às festas anuais de padroeiros de grandes santuários, à realização de experiências-pilotos em diversos campos, como liturgia, catequese, educação etc.

Podem também ser previstos projetos inter-regionais, interessando, a mais de uma região e assumidos co-responsavelmente por elas. Se estes projetos forem numerosos e de grande vulto, estas regiões poderão mesmo criar, sob a dependência das comissões regionais respectivas uma coordenadoria inter-regional, que garanta, de um modo permanente e mais imediato, a coordenação e execução destes projetos.

Como o plano regional deve ser assumido pela comissão regional e na sua concretização será diverso de uma região para outra, apresentamos apenas o seu roteiro geral:

ATIVIDADES REGIONAIS (I)

- Atividades permanentes (A)
- Ampliação de serviços (B)
- Atividades especiais (C)
 - *Programa n° 1 - Levantamentos e pesquisas*
 - a) participação em projetos nacionais
 - b) projetos regionais específicos.
 - *Programa n° 2 - Reflexão e elaboração teológico pastoral*
 - a) participação em projetos nacionais
 - b) projetos regionais específicos.
 - *Programa n° 3 - Formação de pessoal*
 - a) participação em projetos nacionais
 - b) projetos regionais específicos.
 - *Programa n° 4 - Montagem de novos serviços*

- a) participação em projetos nacionais
 - b) projetos regionais específicos.
- *Programa n° 5 - Assessorias específicas*
 - a) participação em projetos nacionais
 - b) projetos regionais específicos.

ATIVIDADES INTER-REGIONAIS (II)

- Atividades permanentes: se forem necessárias, e a serem assumidas pela coordenadoria inter-regional (A)
- Atividades, especiais (B):
 - a) participação em projetos nacionais
 - b) projetos inter-regionais específicos.

Aplicação das diretrizes ao plano diocesano

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil é, antes de tudo, um instrumento privilegiado de exercício da co-responsabilidade pastoral do episcopado. Uma das tarefas mais eminentes, porém, é o serviço às dioceses, onde se realiza a Igreja particular.

1. A diocese como unidade fundamental de ação pastoral

A diocese é uma porção do povo de Deus, confiada ao pastoreio de um bispo, com a cooperação do seu presbitério, de tal modo que, ligada a seu pastor e por ele reunida no Espírito Santo, pelo Evangelho, pela eucaristia, constitua uma Igreja particular, na qual se realiza e opera verdadeira e plenamente a Una, Santa, Católica e Apostólica Igreja de Cristo, (Decreto “Christus Dominus”).

A renovação da Igreja no Brasil, conforme a imagem de Igreja do Vaticano II, será, em grande parte, a renovação de cada Igreja particular. Como dizia o Plano de Emergência, “a diocese é a unidade fundamental de ação pastoral. Não é ela uma reunião de paróquias, mas a paróquia é uma parte, ou melhor, uma célula orgânica da diocese”.

Neste esforço de renovação e “aggiornamento” global da Igreja é de suma importância que a diocese se renove como um todo orgânico, tendo o bispo como centro de unidade e primeiro responsável.

2. Sentido e função do planejamento diocesano

Em nossos dias, o planejamento pastoral tem sido comprovado como um dos meios importantes para esta renovação diocesana orgânica. Sempre se planejou na Igreja, isto é, sempre se refletiu, decidiu, realizou e avaliou a ação pastoral. O mundo hoje apresenta, porém, uma situação muito complexa, em transformação rápida, e exige uma reflexão mais ampla e profunda, capaz de informar decisões acertadas, atingir, com segurança os pontos-chaves, aproveitar melhor os recursos, dinamizar toda a ação, possibilitar uma avaliação mais objetiva. Não se trata, pois, de fazer algo de inteiramente novo, mas de fazer melhor, aproveitando os recursos que Deus colocou à nossa disposição.

Como alma de todo este trabalho e garantia de sua fecundidade, permanece sempre o reconhecimento de nossa radical insuficiência, a gratuidade do dom que o Pai nos comunica

em Cristo Jesus, e opera pelo Espírito Santo, o respeito à livre adesão dos homens, a disponibilidade nossa como simples instrumento nas mãos do Senhor.

Conduzido neste sentido e com este espírito, o planejamento pastoral impulsiona as forças apostólicas de uma diocese e convoca-as a uma participação mas efetiva na edificação da Igreja, permite a cada grupo ou instituição integrar-se no conjunto conforme sua vocação e carisma específicos, pois define claramente objetivos e metas comuns, dinamiza a esperança pela possibilidade concreta a cada um de se realizar melhor como membro do povo de Deus; intensifica e aprofunda a unidade, estreitando os laços visíveis da caridade, em torno do bispo.

Renovar a diocese significa orientar todas as suas atividades para os grandes objetivos da Igreja, explicitados pelo Concílio e sintetizados nas diretrizes fundamentais e linhas de trabalho deste Plano de Pastoral de Conjunto.

O planejamento diocesano visa a ordenar toda a ação de Igreja numa diocese. Não basta definir o roteiro de ação de cada um dos setores (catequese, liturgia, ação missionária etc.) ou dos diversos membros do povo de Deus (presbíteros, diáconos, religiosos, leigos) ou os vários níveis da ação diocesana (zona pastoral, paróquia, comunidade de base), mas é necessário que todos estes setores níveis e, pessoas sejam ordenados com o máximo rendimento para a realização dos objetivos gerais e específicos da própria Igreja e das metas estabelecidas para a diocese.

Em face das suas necessidades e possibilidades reais é importante que cada diocese defina suas metas de trabalho, de modo a permitir que cada instrumento de ação, cada grupo e cada pessoa possa encontrar e realizar o mais plenamente possível seu papel em vista da utilidade comum (I Cor. 12, 8). Podem diferenciar-se as vocações, as funções, os carismas, os instrumentos, métodos e ritmos, mas todos visam aos mesmos objetivos e assim se complementam, encontrando no bispo o sinal visível da unidade diocesana.

O Espírito Santo é quem age e realiza a comunidade de Igreja na diocese, mas quer nossa colaboração e conta com ela. Sem planejamento é ordinariamente muito difícil em nossos dias uma integração e vitalização da comunidade diocesana.

Mas como planejar a ação diocesana?

3. Requisitos básicos da renovação diocesana

Antes de detalharmos um roteiro de sugestões, queremos lembrar dois requisitos básicos e de importância decisiva para a renovação de uma diocese. É necessário:

- *que o bispo se decida e assuma essa renovação*

O bispo, na sua diocese, é a presença autenticamente garantida da sucessão e missão apostólica, o centro de unidade do povo de Deus confiado ao seu pastoreio, o elo de sua ligação com a Igreja universal.

A iniciativa pode não partir dele, mas necessita de seu ,consentimento próprio, manifesto e efetivo. Sem ligação vital com o bispo esta iniciativa correria o risco de estiolar-se, ou não ter condições de fecundar toda a Igreja particular.

- *que se crie um clima de renovação*

Esta renovação não se realiza automaticamente por um decreto emanado do Alto. É preciso saber motivar, despertar, inquietar pessoas ou grupos capazes, principalmente o clero. As maneiras de conduzir esta motivação são muito variadas. Devem ser pensadas e adaptadas em cada caso. Dado, porém, o passo inicial, as próprias atividades de renovação, na medida

em que são assumidas e executadas, passam a ser os meios mais eficazes para intensificar e ampliar o clima a ser criado.

Garantidos estes dois requisitos básicos, podemos passar ao processo de planejamento.

4. Como elaborar o plano diocesano

Os objetivos da diocese são os mesmos da Igreja universal, conforme estão explicitados nas diretrizes fundamentais deste Plano de Pastoral de Conjunto. As 6 linhas de trabalho que delas derivam e as atividades propostas são também o roteiro de elaboração do plano diocesano.

Partindo das necessidades e possibilidades da Igreja, na diocese, e baseados neste roteiro, podemos estabelecer os programas e projetos, a serem assumidos pela diocese ou sejam: as metas a serem atingidas, as tarefas a serem realizadas, os responsáveis pela execução, a sistemática adotada, isto é, a maneira de fazer, prazos e custos.

Vejam, pois, os passos principais a serem dados na elaboração do plano diocesano, os programas e projetos a serem desenvolvidos, a estrutura e coordenação a ser implantada e dinamizada.

4.1. Passos principais na elaboração do plano diocesano

Quando em uma diocese já existe um clima propício à renovação, e o bispo decide planejá-la, o primeiro passo é a escolha de uma comissão *preparatória*. É importante que seja integrada por pessoas com certa experiência pastoral, capacidade de reflexão, facilidade de contato e trabalho em equipe.

*

Esta comissão prepara o roteiro de uma pesquisa que permita o conhecimento mais preciso e objetivo da realidade e forneça elementos capazes de informar o plano pastoral. Se necessário, pedirá assessoria à CNBB regional ou nacional.

Esta pesquisa deve desenvolver-se por dois ou três meses, solicitando-se, na medida do possível, a cooperação de todas as forças vivas e atuantes, para que elas estejam desde o início comprometidas com a elaboração do plano. Convém notar que esta pesquisa, denominada “pesquisa-ação” é diversa da pesquisa de rigor mais científico. Restringe-se ela a dados essenciais que interessam mais imediatamente à ação. Não busca um rigor absoluto e exaustivo nos levantamentos e investigações, mas fornece dados que dão maior segurança e objetividade ao plano e à ação que se deve empreender.

*

Terminada a pesquisa e feita a interpretação dos dados, a comissão preparatória elabora o *anteprojeto do plano* diocesano, consultando e fazendo participar desta elaboração peritos ou pessoas que possam contribuir validamente, seja no conjunto seja em aspectos específicos. É importante que o bispo diocesano acompanhe todo este processo.

Concluída a elaboração deste trabalho preparatório e recebida a aprovação do bispo, o anteprojeto deve ser remetido a todos os sacerdotes, comunidades religiosas, diretorias diocesanas de movimentos e instituições apostólicas de leigos, como também

aos leigos que exerçam tarefas de coordenação diocesana ou possuam qualificação especial.

*

Se não o tiver feito anteriormente, o bispo convocará neste momento uma assembléia diocesana com participação de todos aqueles que receberam o anteprojeto, conforme acabamos de enumerar. Entre o envio do anteprojeto e a realização da assembléia, deve ser deixado um lapso de tempo razoável, que permita a todos a leitura e o estudo mais amplo do documento.

Na assembléia diocesana este texto deve ser discutido não apenas no seu conjunto mas também nos seus detalhes, a fim de ser enriquecido com a contribuição de todos e para que todos se sintam com ele comprometidos. Concluída a assembléia, o anteprojeto é submetido à sanção episcopal, pois compete ao bispo diocesano a última decisão. Este processo tem a vantagem de tornar o plano mais enriquecido de variadas contribuições, mais objetivo e realista, e de comprometer, desde o início, todos aqueles que irão executá-lo.

4.2. Programas e projetos a serem desenvolvidos

Como a diocese é a unidade fundamental de ação pastoral e exerce atividades imediatas e concretas, os programas do plano diocesano corresponderão às 6 linhas de trabalho apresentadas nas diretrizes fundamentais. Não é necessário, e às vezes nem será possível, que a diocese adote como programas de seu plano todas as seis linhas de trabalho, nem as atividades propostas para uma determinada linha. Partindo das necessidades e possibilidades concretas, melhor identificadas pela pesquisa, serão assumidas como programas diocesanos somente as linhas de trabalho que forem julgadas convenientes e exequíveis para o período em que se planeja. O ideal é que os planos diocesanos sejam elaborados para dois anos com uma revisão anual.

Julgamos, porém, que a linha de trabalho nº 1 (Promover uma sempre mais plena unidade visível no seio da Igreja Católica), pela sua importância capital, deverá ser adotada em qualquer hipótese. Dentro deste programa são, em geral, prioritários:

- os projetos de formação, atualização e animação do clero, inclusive do seminário;
- os projetos de atualização pastoral das comunidades religiosas e sua inserção na pastoral de conjunto;
- os projetos de formação do laicato, especialmente dos movimentos de Ação Católica e de todos os leigos que assumem ou se dispõem a assumir uma tarefa de Igreja;
- os projetos que visam à renovação paroquial, pela sua descentralização e criação de comunidades de base vivas;
- os projetos que visam à criação, estruturação, e dinamização das zonas pastorais;
- os projetos que têm como objetivo a estruturação e coordenação da pastoral diocesana.

A Linha de trabalho nº 2 (Promover a ação missionária) e a linha de trabalho nº 3 (Promover a ação catequética, o aprofundamento doutrinal e a reflexão teológica), quando assumidas, podem unir-se em um único programa se assim se julgar mais conveniente.

Em cada uma das linhas de trabalho devem ser assumidas apenas as atividades que correspondem às exigências e possibilidades diocesanas. Existem mesmo várias atividades que ultrapassam o plano diocesano. Poder-se-á igualmente adotar outras atividades além das propostas em uma determinada linha de trabalho, se no caso concreto conduzem melhor à realização dos objetivos.

Os programas e projetos correspondem às atividades especiais da diocese: aquelas que devem visar, de um modo especial e direto, à renovação diocesana, na linha conciliar. Ao mesmo tempo, a diocese continuará com suas atividades permanentes, que se renovarão pouco a pouco na medida em que forem realizadas com êxito as atividades especiais.

Todas as forças e instituições apostólicas da diocese, sobretudo as paróquias, comunidades religiosas, movimentos e organizações de leigos, cada uma conforme sua vocação e carisma específicos, devem participar e integrar-se neste plano diocesano. Em cada diocese deve haver um único plano. A diversidade de planos quebraria a unidade básica da diocese e impediria a renovação da Igreja particular, que é um todo orgânico.

4.3. Estruturação e coordenação diocesanas

À medida que os programas e projetos de renovação forem sendo executados, pode-se partir para uma melhor estruturação e mais efetiva coordenação da pastoral diocesana.

Apresentamos um roteiro de orientação. Não é possível prever todos os casos, mas tomamos como base as dioceses comuns. Este roteiro tem a vantagem de ser dinâmica, flexível e, dentro de certos limites, adaptável a todas as situações. Prevê um tipo de estrutura que evita a estratificação e permite contínua revisão e aperfeiçoamento. Enumeramos seus elementos essenciais:

- *O bispo*: coordenador nato e insubstituível da pastoral diocesana.

- *A assembléia diocesana*: formada por todos os sacerdotes que exercem um ministério pastoral, por representantes das comunidades religiosas, pelas diretorias diocesanas dos movimentos e instituições de leigos, pelos leigos que desempenham uma tarefa de coordenação em nível diocesano (catequese, liturgia, etc.). Esta assembléia tem direito consultivo. Através dela todo o povo de Deus participa da vida diocesana e dialoga com o bispo.

- *O conselho diocesano*: formado pelo vigário geral, pelo coordenador pastoral, pelos membros do secretariado diocesano de pastoral (coordenadores dos programas assumidos pela diocese e responsáveis por projetos especiais, como atualização do clero seminários, etc.), e pelos coordenadores das zonas pastorais. Este conselho terá em geral funções consultivas, mas nos casos previstos pelo Código de Direito Canônico exercerá também funções deliberativas. Sua constituição é bastante representativa, pois nele encontram-se os responsáveis pelos grandes setores de atividade da diocese e pela coordenação das diversas zonas.

- *O vigário geral*; aquele que, em nome do bispo, sob sua dependência, coordena a pastoral.

- *O coordenador pastoral*: é normal que o vigário geral seja o mesmo coordenador, pastoral. Nos casos, porém, de dioceses muito complexas ou quando o vigário geral, por vários motivos, não tem condições para realizar diretamente essa coordenação, escolhe-

se outro sacerdote como coordenador pastoral, ficando o vigário geral com supervisão do conjunto.

- *O secretariado diocesano de pastoral*: formado pelo vigário geral, pelo coordenador pastoral, pelos coordenadores de cada programa assumido pela diocese (comunidade de Igreja, catequese, liturgia, etc.) e pelo responsável de um ou outro projeto de especial relevância (atualização do clero, seminário, renovação do apostolado das religiosas, apostolado dos leigos). Como dissemos acima os projetos mais importantes no plano diocesano são os projetos do Programa nº 1.

Este secretariado tem uma função executiva e coordena todos os projetos diocesanos, e assume diretamente as tarefas de pesquisa e reflexão. O CERIS diocesano, se existir, está ligado a ele.

A maioria das dioceses não tem condições para fazer funcionar tantas comissões diocesanas quantos forem os setores de ação pastoral. É bem mais viável que as dioceses tenham um coordenador para cada programa que pretenda realizar. Estes, por sua vez, coordenam os responsáveis de projetos, que, em geral, não necessitam dedicar tempo integral para a execução do projeto pelo qual são responsáveis. Desta maneira o secretariado diocesano de pastoral será formado comumente de seis ou sete elementos, entre os quais dois ou três dedicar-lhe-ão tempo integral.

Além de seus membros integrantes, o secretariado deverá contar com alguns assessores, mesmo que sejam de fora da diocese, para solicitar sua colaboração em setores específicos ou a reflexão sobre o conjunto da ação pastoral.

Nas dioceses que dispõem de maior número de pessoal e de recursos mais abundantes, pode ser constituída toda uma comissão especial responsável pelo programa. Assim, o programa de catequese pode ser assumido por uma comissão diocesana de catequese, constituída, normalmente, pelos responsáveis dos diversos projetos ligados a este programa e também de outros assessores chamados a colaborar. Nas dioceses de menores recursos, o coordenador do programa acumulará, muitas vezes, a responsabilidade imediata dos projetos ligados a seu programa. Não é necessário, mas é pedagógico, que o coordenador pastoral e os coordenadores de programa e responsáveis de projetos sejam nomeados pelo bispo após indicação do conselho diocesano ou mesmo da assembléia diocesana. Normalmente seus mandatos coincidem com o tempo de duração do programa.

O coordenador do programa nº 1, que visa à renovação da comunidade de Igreja e de seus diversos membros, poderá e em muitos casos deverá ser o próprio coordenador pastoral. Conseqüentemente ele coordenará todos os projetos de formação e atualização de pessoal (clero, seminário, comunidades religiosas, vocações, leigos), o que supõe que cada um destes projetos tenha, por sua vez, um responsável próprio. Dentro deste programa caber-lhe-á, normalmente, a responsabilidade direta do projeto ou dos projetos de reestruturação das paróquias, comunidades de base, zonas pastorais, coordenação diocesana.

- *A chancelaria e a secretaria administrativa*: assumirão principalmente as tarefas administrativas e financeiras. Deverão entrosar-se perfeitamente com o secretariado diocesano de pastoral e dependerão não apenas do bispo mas também, por delegação deste, estarão sob a dependência do vigário geral. Este coordena o secretariado diocesano de pastoral através do coordenador pastoral, e a chancelaria e a secretaria administrativa através do seu chanceler.

- *A cúria diocesana*: formada pelo conjunto das pessoas e organismos executivos de nível diocesano. Sob a direção do bispo, é integrada pelo vigário geral, o coordenador

pastoral, o chanceler, o secretariado diocesano de pastoral, a chancelaria e a secretaria administrativa, responsáveis por projetos.

- *As zonas pastorais*: devem corresponder mais ou menos às zonas humanas e implicam uma coordenação de várias paróquias. Correspondem em muitos casos aos decanatos, forânicas ou arciprestados. Esta coordenação da zona pastoral buscará dar uma resposta de conjunto às necessidades e exigências da Igreja na respectiva zona, e realizar um melhor aproveitamento de seus recursos e possibilidades. O coordenador da zona pastoral (ou o decano, forâneo, arcipreste) é um delegado e uma presença do bispo na zona. É muito conveniente que o bispo o nomeie por indicação dos outros sacerdotes, em eleição realizada anualmente.

- *As paróquias*: continuam como estrutura importante da diocese, mas necessitam de uma grande renovação e descentralização em comunidades de base.

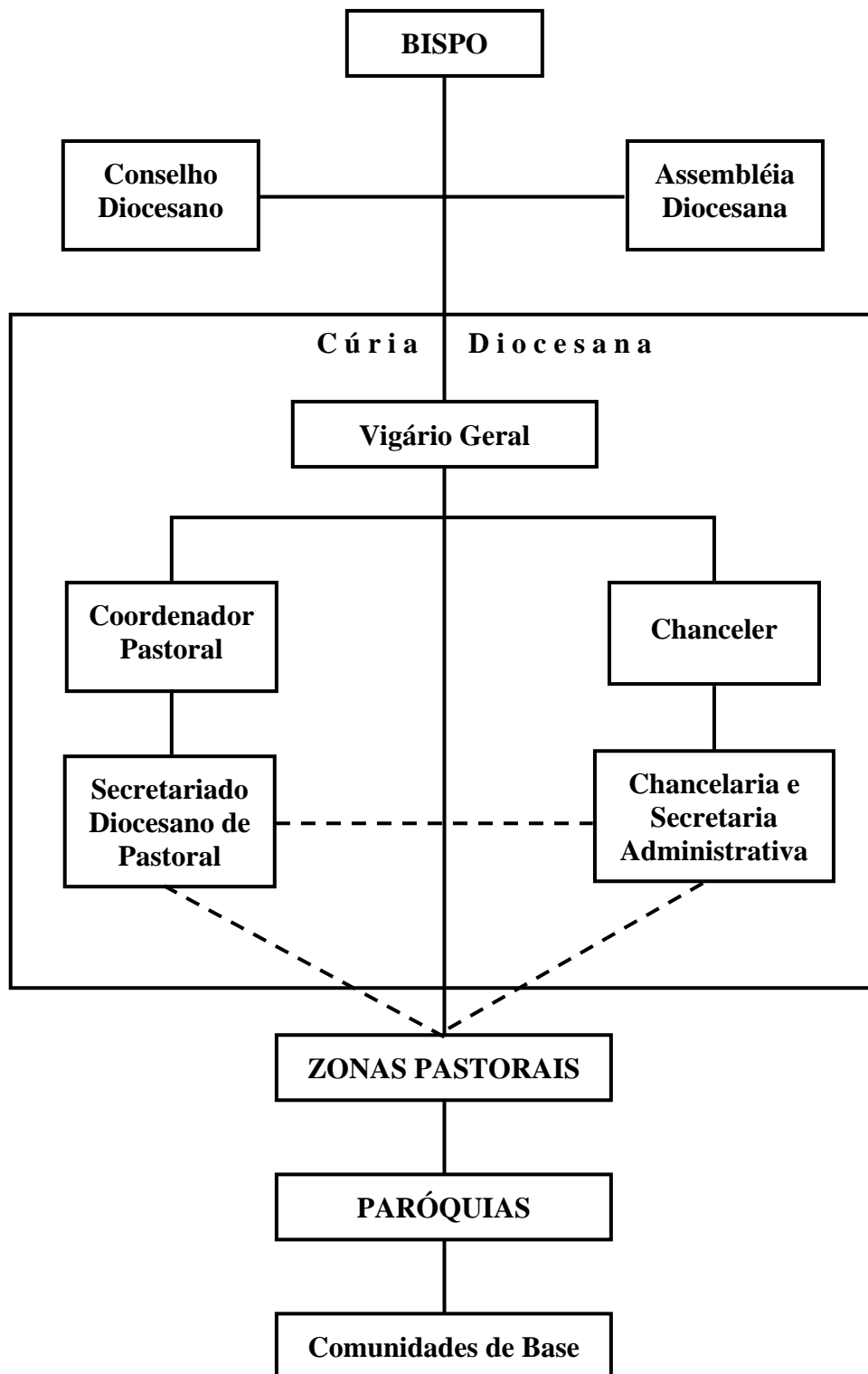
- *As comunidades de base*: correspondem, no meio rural, às capelas rurais. Necessitam de dinamização dentro da perspectiva apresentada por este Plano de Pastoral Conjunto. No meio urbano é necessário intensificar as experiências incipientes. As assessorias da CNBB deverão incentivar e divulgar estas experiências e fornecer subsídios que ajudem os que estão empenhados na renovação paroquial.

*

Toda esta estruturação da diocese deverá ajudar a formar o povo de Deus e intensificar sua unidade em Cristo. Permite igualmente uma realização efetiva do presbitério. Cada sacerdote, como cooperador do bispo, torna-se co-responsável por toda a ação pastoral da diocese.

Assim, pouco a pouco, a Igreja particular será renovada conforme a imagem de Igreja do Vaticano II.

ESTRUTURA DA DIOCESE



terceira parte

Plano nacional de atividades da CNBB

Indicações gerais

O plano nacional de atividades está baseado nas seis linhas de trabalho e nas correspondentes atividades propostas por cada uma delas (cf. II Parte). Apenas verificou-se quais, dentre elas, a CNBB, através de seus secretariados nacionais e organismos a ela ligados, se propõe realizar diretamente. Todas elas, porém, contam com a cooperação dos secretariados regionais em aspectos bem precisos, que devem, por conseguinte, integrar os diversos planos regionais.

Os organismos autônomos, mas ligados à CNBB, como o CERIS, O MEB, a CARITAS, o IPREC etc... deverão elaborar seus planos próprios, fundamentados, porém, nas diretrizes deste Plano de Pastoral de Conjunto. Ao apresentarmos, pois, o plano nacional de atividades da CNBB, eles só serão mencionados nos casos em que for julgada importante sua participação direta em determinado projeto ou programa.

As atividades permanentes e a ampliação de serviços ou fazem parte da vida cotidiano da CNBB ou nos levariam a detalhes muito minuciosos. Considerá-las todas sobrecarregaria demasiadamente o texto do Plano, sem apresentar maior interesse.

*

Expomos, pois, em maiores detalhes, as *atividades especiais*, que constituem ao todo 55 projetos, agrupados em 4 programas. Em todos eles explicitamos detalhadamente:

- os objetivos de cada programa e de cada projeto;
- a sistemática global a ser utilizada na sua execução;
- os responsáveis pela coordenação de programas e execução dos projetos;
- os prazos e datas previstos para o seu início, duração e término;
- a utilização dos resultados ou a destinação de recursos.

Os custos globais de cada um dos programas e de cada um dos projetos, detalhados para cada ano e ao longo dos 5 anos, foram calculados, e previstas as fontes de receita. Estes dados, porém, não foram incluídos neste texto, mas formam documento à parte.

Os diversos secretariados nacionais e organismos ligados à CNBB, além disso, conforme a responsabilidade que lhes for atribuída na coordenação destes programas e execução destes projetos, deverão planejá-los cada ano em detalhes ainda mais minuciosos, e levá-los à execução.

Mantidas as diretrizes traçadas neste Plano de Pastoral de Conjunto e as atividades global e diretamente assumidas pela CNBB, será possível uma certa flexibilidade e um

reajustamento anual das atividades, conforme o exigirem o próprio desenvolvimento e a execução do Plano e as novas necessidades e possibilidades que venham a surgir.

Especifiquemos, pois, em maior detalhe, cada um dos programas e projetos.

PROGRAMA Nº 1

Levantamentos e pesquisas

Este programa visa a dar-nos, com maior precisão científica, o conhecimento de aspectos fundamentais da situação da Igreja no Brasil, e de realidades que condicionam sua presença e ação pastoral.

Possuímos neste momento alguns conhecimentos destes aspectos e realidades, mas de modo empírico. Necessitamos de um conhecimento mais científico que possa orientar com maior segurança as atividades pastorais.

O conhecimento da situação não fornece, por si mesmo, os rumos da ação pastoral e necessita de uma interpretação à luz da Teologia, num esforço de penetração profética sob a orientação do magistério. No entanto, este conhecimento se reveste, hoje, de grande importância e é um dos elementos básicos para uma séria reflexão e um planejamento da ação pastoral.

A nós interessa, sobretudo, conhecer o homem e, em especial, o homem brasileiro de hoje, em toda a sua diversidade e contrastes. Este objetivo nos leva a recorrer às principais ciências que estudam o homem sob seus diversos aspectos: a sociologia, a economia, a política, a psicologia, a antropologia e a história.

Nestas investigações e pesquisas não pretendemos refazer os dados já elaborados com real valor científico. Aproveitá-los-emos e neles basearemos nossa investigação, canalizando ao mesmo tempo nossos esforços na pesquisa de certos aspectos ainda não estudados, e cujo conhecimento, é importante para a presença e a ação da Igreja.

O CERIS, que até este momento vem realizando um vasto trabalho de estatística religiosa e investigação social, ampliará o seu raio de atividades para assumir a coordenação de todo o programa de pesquisas, incluindo também as investigações de ordem histórica, psicológica e antropológica.

Os diversos projetos previstos neste Programa, o CERIS poderá executá-los de 3 maneiras:

- diretamente, utilizando seus próprios quadros, quando o julgar conveniente;
- delegando a outros organismos, de comprovada probidade e competência, que o desejem realizar, sem ônus para o CERIS;
- contratando sua execução com organismos, grupos ou peritos realmente competentes.

Como as pesquisas são encomendadas ao CERIS pela CNBB, todos os secretariados nacionais e organismos ligados à Conferência deverão participar da definição do tema e conteúdo da pesquisa, principalmente daqueles que interessam mais diretamente o respectivo

secretariado ou organismo, conforme indicaremos no quadro-resumo. Caberá, porém, ao CERIS, a deliberação sobre a técnica mais eficiente de conduzi-las.

Todas estas pesquisas deverão fornecer subsídios para reflexão dos seminários de estudos previstos pelo Programa nº 2, a maioria delas deverá terminar seis meses antes da realização do respectivo seminário, que visa a subsidiar.

Estes prazos deverão, pois, ser respeitados com certo rigor.

O programa de pesquisas prevê 19 projetos. Conforme a técnica utilizada nas diversas pesquisas, distinguimos 3 tipos de projetos:

A) Projetos de pesquisas à base de entrevistas de campo em áreas escolhidas por amostragem

Estes projetos serão realizados *em três tipos* de áreas: áreas de evolução lenta e economia de subsistência, áreas em transição e transformação rápida, áreas tecnificadas e urbanizadas. A pesquisa nestes três tipos de áreas não se limitará a uma região, mas será repetida ou realizada concomitantemente em três ou quatro regiões diversas.

Todas as pesquisas deste tipo de projetos, no entanto, serão realizadas nas mesmas áreas, uma vez determinadas. Assim poderemos ter, de cada uma delas, visão mais completa. De outro lado, como estas áreas serão escolhidas por amostragem entre as mais representativas, o seu estudo exaustivo nos dará um conhecimento bastante aproximativo do conjunto.

Passamos a enumerar os projetos que serão realizados segundo este tipo de pesquisa, com seus respectivos objetivos e prazos de realização.

1.1. Clero, religiosos e leigos

Conhecer o papel social de fato e seus condicionantes e o papel social, julgado ideal, do clero secular e dos religiosos, bem como dos leigos, a fim de verificar as respectivas integrações na comunidade da Igreja no Brasil (Linha de trabalho nº 1, item B 1a).

Prazo de realização: de julho de 1966 a julho de 1967.

1.2. Estrutura da Igreja

Conhecer as estruturas atuais da Igreja no Brasil e sua adequação às exigências de hoje. (Linha de trabalho nº 1, item B 1b e d)

Prazo de realização: de julho de 1966 a julho de 1967.

1.3. Motivação religiosa e comportamento moral

Conhecer as diferentes motivações do campo religioso: primárias (psico-sociológicas) e secundárias (sociológicas) e o seu grau de implicação sobre o comportamento moral no Brasil. (Linhas de trabalho ns. 2, 3 e 4, nos respectivos itens B 1c).

Prazo de realização: de julho de 1966 a junho de 1967.

1.4. Categorias mentais do povo e comunicação da Palavra de Deus

Estudar o grau de adequação da maneira de se exprimir da Igreja e da diferentes categorias sociais no Brasil. (Linhas de trabalho ns. 2, 3 e 4, nos respectivos itens B 1b).

Prazo de realização: de agosto de 1968 a agosto de 1969.

1.5. Situação atual do anúncio missionário

Conhecer a situação do anúncio e do testemunho missionário da Igreja nas diversas condições existentes no Brasil. (Linha de trabalho nº 2, item B 1f).

Prazo de realização: de agosto de 1967 a dezembro de 1969.

1.6. Situação atual da pastoral litúrgica

Conhecer a situação atual da pastoral litúrgica nas diversas condições existentes no Brasil. (Linha de trabalho no 4, item B 1f).

Prazo de realização: de março de 1966 a fevereiro de 1968.

1.7. Situação atual da catequese

Conhecer a situação atual da catequese que é ministrada nas diversas condições existentes no Brasil (Linha de trabalho n° 3, item B 1f).

Prazo de realização: de março de 1966 a outubro de 1967.

1.8. Igreja e família

Conhecer a situação da família nas diferentes condições do Brasil e a correspondente presença da Igreja nesse setor (Linha de trabalho n° 6, item B 1c).

Prazo de realização: de agosto de 1967 a dezembro de 1968.

1.9. A Igreja e a educação

Conhecer a presença da Igreja no processo de desenvolvimento, no que se refere ao setor educacional no Brasil. (Linha de trabalho n° 6, item B 1 c).

Prazo de realização: de julho de 1967 a julho de 1968.

B) Projetos de pesquisas à base do estudo de documentos existentes e da observação direta

Para esses projetos o CERIS contratará um ou mais peritos que levantarão os dados necessários através de visitas, contatos, observação direta e coleta de documentos e dado. Estes projetos com os seus objetivos e prazos serão os seguintes:

1.10.

A

Igreja e a opinião pública

Conhecer a presença da Igreja no processo do desenvolvimento no que se refere aos instrumentos de comunicação de massa e de formação da opinião pública no Brasil. (Linha de trabalho n° 6, item B 1c).

Prazo de realização: 1ª parte: de abril a dezembro de 1966; 2ª parte: de julho de 1968 a julho de 1969.

1.11.

Be

ns eclesiásticos

Conhecer o sistema de organização dos bens eclesiásticos no Brasil, inclusive no que se refere ao patrimônio histórico e artístico. (Linha de trabalho n° 1, item B 1c).

Prazo de realização: de março a novembro de 1966.

1.12.

Mi

grações e estações

Conhecer os aspectos sócio-econômicos e sócio-religiosos do problema dos deslocamentos de população e dos pontos de embarque nesses deslocamentos no Brasil. (Linha de trabalho n° 6, item B 1c).

Prazo de realização: de maio de 1966 a maio de 1967.

1.13.**Lo****cais de turismo**

Conhecer os fluxos e lugares de turismo no Brasil e seus condicionamentos para a ação da Igreja. (Linha de trabalho nº 6, item B 1c).

Prazo de realização: de outubro de 1967 a outubro de 1968.

C) Projetos de estudos interpretativos de dados e documentos já existentes

Estes projetos baseiam-se em dados já existentes e coletados por organismos de comprovada seriedade e competência. O CERIS contratará um ou mais peritos que possam investigar e recolher todos estes dados, e interpretá-los, aprofundando o aspecto que interessa em cada caso concreto.

Estes projetos, com seus respectivos objetivos e prazos, são os seguintes:

1.14.**Hi****stória religiosa**

Conhecer a história da evangelização e catequese, da liturgia da Igreja como comunidade visível, do ecumenismo e da presença dos cristãos na construção do mundo, no Brasil. (Linhas de trabalho nº 1, 2, 3, 4, 5 e 6, respectivamente item B 1c para a Linha 1 e B 1a para as demais).

Prazo de realização: de fevereiro de 1966 a dezembro de 1969.

1.15.**Ci****ências sagradas**

Conhecer a situação atual da reflexão nas diversas ciências sagradas no Brasil. (Linha de trabalho nº 3, item B 1f).

Prazo de realização: de fevereiro de 1967 a fevereiro de 1968.

1.16.**Ex****pressões religiosas**

Conhecer os elementos culturais suscetíveis de serem integrados na liturgia católica, no Brasil. (Linha de trabalho nº 4, item B 1 b) .

Prazo de realização: de agosto de 1967 a agosto de 1968.

1.17.**Igr****eja e ecumenismo**

Conhecer as experiências concretas de ação ecumênica já efetivadas no Brasil e conhecer as diversas comunidades denominadas cristãs não unidas a Roma e sua relação com a Igreja Católica, assim como a atitude das várias confissões cristãs, inclusive da Igreja Católica, em face do ecumenismo no Brasil. (Linha de trabalho nº 5, item B 1 b e d).

Prazo de realização: 1ª parte: de março a julho de 1966 (experiências já efetivadas); 2ª parte: de julho de 1967 a dezembro de 1969.

1.18.**Igr****eja e desenvolvimento**

A partir dos estudos em realização, em especial aquele de âmbito internacional promovido pelo FERES e pelo ISS, conhecer, no Brasil, a presença atual da Igreja no processo de desenvolvimento. (Linha de trabalho nº 6, item B 1d).

Prazo de realização: de fevereiro de 1966 a outubro de 1967.

1.19.

El

ementos sócio-econômico-culturais

A partir do conhecimento da situação social, estrutura econômica, nível cultural e dinâmica da evolução, no Brasil, estudar as suas relações com os diferentes aspectos da vida religiosa. principalmente evangelização, catequese e liturgia. (Linhas de trabalho ns. 2, 3 e 4, nos respectivos itens B 1e).

Prazo de realização: de julho de 1966 a dezembro de 1969.

*

Maiores detalhes são apresentados nos quadros-resumo, que se encontram no fim desta IIIª Parte.

PROGRAMA Nº 2

Reflexão e elaboração teológico-pastoral

O objetivo deste programa é dar à ação da Igreja um fundamento sempre mais sólido à luz da reflexão teológico-pastoral.

As diretrizes fundamentais (cf. II Parte), com as seis linhas de trabalho e as atividades que propõem, nos proporcionam os temas de reflexão mais importantes para a vida e a ação da Igreja nos próximos cinco anos.

O ponto de partida desta reflexão serão as exigências da realidade melhor identificadas pelas pesquisas e a base teológica do Concílio Vaticano II.

Este programa contém *19 projetos*. A responsabilidade principal dos diversos projetos é confiada aos diversos secretariados, conforme o tema de reflexão. Os subsecretários e os diretores dos diversos institutos nacionais e os assessores oficiais da CNBB são todos chamados a participar, sobretudo quando se tratar de um tema afim ao respectivo secretariado ou instituto.

O secretariado ao qual compete a principal responsabilidade do projeto convidará igualmente peritos de diversas correntes, de diversas disciplinas e de diversas regiões, solicitando-lhes a contribuição de sua competência.

Boa parte destes seminários de estudo será preparada por uma pesquisa, que deverá terminar 6 meses antes da realização do respectivo seminário. Durante este tempo, os peritos que dele participarão, coordenados por um secretariado nacional ou por outro organismo a quem competir a coordenação, deverão receber e fornecer documentos, e aprofundar seus estudos e reflexão. Os participantes, serão unicamente os assessores e peritos especialmente convidados.

O método de trabalho consistirá no estudo do tema sob seus vários aspectos, com o concurso das várias disciplinas que possam dar contribuição, e na colocação em comum de toda a reflexão anterior, para um maior aprofundamento e possível síntese.

Os projetos da linha de trabalho n.º 6 (presença da Igreja no mundo) seguirão uma sistemática especial. Com alguns peritos de várias regiões, será organizado um seminário de estudos, em nível nacional, para levantar as hipóteses de trabalho e traçar o roteiro da reflexão. Estes peritos, por sua vez, organizarão semanas regionais sob o mesmo tema, com participação de representantes das dioceses. Em seguida serão organizadas semanas diocesanas.

Os peritos regionais tentarão fazer uma síntese de todos estes debates e de toda a contribuição da base. Após este processo, e com todo o enriquecimento por ele proporcionado, será organizado O 2º seminário nacional de estudo.

Enumeramos, a seguir, os 19 projetos deste Programa, com seus objetivos e prazos, e responsabilidades.

2.1. Mistério da Igreja e sua realidade visível

Refletir sobre o mistério da Igreja Universal e suas relações com a Igreja particular, primado do Papa, a colegialidade episcopal e suas conseqüências sobre as estruturas da Igreja, à luz do Vaticano II e das exigências atuais. Analisar, de forma especial, o problema das comunidades de base e o sistema de bens eclesiais. (Linha de trabalho n.º 1, item B 2b)

Prazo de realização: Estudos por peritos - de julho de 1967 a fevereiro de 1969; Seminário nacional - fevereiro de 1969.

Coordenação do projeto: Secretariado geral - Departamento pastoral.

2.2. Missão do ministério hierárquico

Refletir sobre a missão específica e complementar do ministério hierárquico (bispos, presbíteros e diáconos). (Linha de trabalho n.º 1, item B 2a).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de janeiro a julho de 1967; Seminário nacional - julho de 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico (SNAMHI).

2.3. Missão dos religiosos

Refletir sobre a missão específica e complementar dos religiosos como membros do povo de Deus. (Linha de trabalho n.º 1, item B 2a).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de janeiro a julho de 1968; Seminário nacional - julho de 1968.

Coordenação do projeto: Secretariado geral - Departamento Pastoral, em entrosamento com a CRB.

2.4. Missão dos leigos

Refletir sobre a missão específica e complementar dos leigos como povo de Deus, no que se refere ao laicato em geral e aos movimentos de leigos, tanto de jovens como de adultos, analisando, de forma especial a espiritualidade, o papel missionário, a família, a juventude e o engajamento de leigos na construção do mundo. (Linha de trabalho n.º 1, item B 2a).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de janeiro a julho de 1967; Seminário nacional - julho de 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Apostolado do Leigos. (SNALE) .

2.5. Teologia da vocação

Refletir sobre a teologia da vocação cristã (Linha de trabalho n.º 1, item B 2c).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de janeiro a agosto de 1966. Seminário nacional - agosto de 1966.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Vocações. (SNAV).

2.6. Seminários

Refletir sobre os seminários, seus métodos e sistemas de formação. (Linha de trabalho n.º 1, item B 2e).

Prazo de realização: Encontros regionais - janeiro de 1966; Estudos por peritos - de janeiro a julho de 1966; Seminário nacional - julho de 1966.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Seminários. (SNASEM).

2.7. Sistemas de sustentação

Refletir sobre as exigências atuais a respeito do sistema de sustentação da Igreja e gestão dos bens eclesiais. (Linha de trabalho n.º 1, item B 2 d).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de outubro de 1966 a fevereiro de 1967; Seminário nacional - fevereiro de 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral - Departamento Pastoral.

2.8. Evangelização

Refletir e elaborar, teológica e pastoralmente, a Mensagem a ser transmitida e as grandes linhas de uma ação missionária. (Linha de trabalho n° 2, item B 2).

Prazo de realização: Seminário nacional - fevereiro de 1966; Estudos por peritos - de fevereiro de 1966 a fevereiro de 1970; Seminário nacional - fevereiro de 1970.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral - Departamento Pastoral, com a colaboração especial do SNAC e SNAPES.

2.9. Renovação catequética

Refletir à luz da teologia sobre os dados da realidade e elaborar as grandes linhas da renovação catequética e da reflexão nas diversas ciências sagradas. (Linha de trabalho n° 3, item B 2).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de fevereiro a julho de 1968; Seminário nacional - julho de 1968; Estudos por peritos - julho de 1968 a julho de 1970; Seminário nacional - julho de 1970.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Catequese. (SNAC).

2.10.

Pa

storal litúrgica

À luz da verdadeira natureza da liturgia, refletir sobre os dados da realidade e elaborar as linhas da pastoral litúrgica, no que se refere aos aspectos abaixo enumerados. (Linha de trabalho n° 4, item B 2).

Prazo de realização: Estudos por peritos nos meses anteriores aos seminários.

Seminários nacionais:

Pastoral da penitência - Junho de 1966.

Pastoral do matrimônio - Junho de 1967.

Dia do Senhor - junho de 1968.

Ano litúrgico - junho de 1969.

Liturgia e aculturação - junho de 1970.

Música sacra e Arte sacra - encontros paralelos aos acima citados.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Liturgia. (SNAL).

2.11.

Ec

umenismo

Refletir sobre o mistério da unidade da Igreja e elaborar as grandes linhas de uma ação ecumênica aplicada ao Brasil (Linha de trabalho n.º 5, item B 2).

Prazo de realização: Seminário nacional - julho de 1966.

Estudos por peritos - dezembro de 1969 a julho de 1970.

Seminário nacional - julho de 1970.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Teologia Setor Ecumenismo (SNAT).

2.12.

Pr

esença no desenvolvimento

Refletir, elaborar e aplicar ao Brasil a teologia da presença da Igreja num mundo em desenvolvimento, conforme a orientação do Vaticano II. (Linha de trabalho n° 6, item B).

Prazo de realização: Seminário nacional - março de 1966; Semanas diocesanas e regionais - março de 1966 a fevereiro de 1968; Semana nacional de estudos - fevereiro de 1968.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Ação Social. (SNAS).

2.13.

Pr

esença na família

Refletir e elaborar as linhas de atuação da Igreja nos problemas e perspectivas da família. (Linha de trabalho nº 6, item B 3).

Prazo de realização: Seminário nacional - fevereiro de 1968; Semanas regionais e diocesanas - de fevereiro de 1968 a fevereiro de 1969; Semana nacional de estudos - julho de 1969.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Ação Social. (SNAS).

2.14.

Cu

ltura

Refletir e elaborar as linhas de atuação da Igreja no campo da cultura. (Linha de trabalho nº 6, item B 3).

Prazo de realização: Seminário nacional - fevereiro de 1968; Grupos regionais de estudo - fevereiro de 1968 a julho de 1969; Seminário nacional - junho de 1969; Grupos regionais de estudo - julho de 1969 a fevereiro de 1971.

Coordenação de projeto: Secretariado Nacional de Educação (SNED).

2.15.

Só

cio-econômico-político

Refletir e elaborar as linhas de atuação da Igreja no campo sócio-econômico e político. (Linha de trabalho nº 6, item B 3).

Prazo de realização: Seminário Nacional - fevereiro de 1968; Grupos regionais de estudo - de fevereiro de 1968 a julho de 1969; Semanas regionais e diocesanas - julho de 1969 a fevereiro de 1971.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Ação Social. (SNAS).

2.16.

De

slocamentos e estações

Refletir e elaborar as linhas de atuação da Igreja no problema dos deslocamentos de população e das estações de embarque e desembarque de passageiros. (Linha de trabalho nº 6, item B 3).

Prazo de realização: Seminários nacionais - maio de 1966 e setembro de 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Pastoral Especial (SNAPES).

2.17.

Sa

ntuários

Refletir sobre os problemas e perspectivas pastorais dos Santuários. (Linha de trabalho nº 1, 2, 3 e 4).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de agosto de 1969 a maio de 1970; Seminário nacional - maio de 1970.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Pastoral Especial (SNAPES).

2.18.**Ju****ventude**

Refletir e elaborar as grandes linhas de uma pastoral para a Juventude. (Linha de trabalho n° 6, item B 3).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de agosto de 1968 a janeiro de 1969; Seminário nacional - janeiro de 1969.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos. (SNALE).

2.19.**Es****piritualidade**

Refletir sobre os problemas de espiritualidade à luz das diretrizes do Vaticano II. (Linha de trabalho n.º 1).

Prazo de realização: Estudos por peritos - de fevereiro a junho de 1967; Seminário nacional - julho de 1967; Estudos por peritos - de junho de 1967 a junho de 1970; Seminário nacional - junho de 1970; *Coordenação do projeto:* Secretariado Nacional de Pastoral Especial. (SNAPES).

*

Maiores detalhes são apresentados nos quadros-resumo, que se encontram no fim desta 3ª Parte.

PROGRAMA N° 3**Formação de pessoal**

Criar meios e condições para a renovação da Igreja conforme Vaticano II significa, sobretudo, empreender uma vasta tarefa de formar os diversos membros do povo de Deus e ajudá-los a realizar o mais plenamente possível sua missão específica e complementar.

A Igreja deve ser um organismo vivo, de membros vivos.

O Concílio significou um aprofundamento extraordinário de toda o mistério da Igreja, do seu diálogo com os irmãos separados e com o mundo contemporâneo. É necessário que todos os fiéis assimilem e vivam intensamente esta mentalidade conciliar, e que especialmente os presbíteros a traduzam na sua vida e no exercício de seu ministério.

Este programa visa a uma formação integral e integrante da personalidade, focalizando os pontos essenciais e a hierarquia de valores, ajudando o maior número possível a lograr um mais pleno amadurecimento humano e teológico.

Apoio e estímulo especial deverá ser dado à atualização do clero, devido ao papel chave que os sacerdotes desempenham em toda a ação pastoral.

Em todos estes projetos de formação é necessário levar em conta também o grande valor pedagógico de formação na ação, segundo o método ver - julgar - agir, ou de revisão de vida.

Estas tarefas de formação serão em grande parte assumidas pelos secretariados regionais e diocesanos. Os secretariados nacionais, a não ser em caso supletivo, formarão pessoal de nível superior ou elementos destinados a assumir responsabilidades e tarefas regionais.

Enumeramos a seguir os diversos projetos, com seus objetivos, prazos, datas e sistemática de realização.

3.1. Ministério sacerdotal

Formação de responsáveis regionais pela atualização do ministério sacerdotal. (Linha de trabalho n.º 1, item B 3).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- 12 cursos intensivos (1 em cada região), com duração de 10 dias, para peritos que, por sua vez, ministrarão cursos intensivos de atualização para todo o clero da região, no período de 2 a 4 anos – 1º semestre de 1966.
- Encontro desses peritos, para avaliar o trabalho, aprofundar certas questões e planejar sua ação posterior janeiro de 1968.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. (SNAHMI).

3.2. Ação missionária e catequética

Formação de responsáveis regionais pela ação missionária e catequética.

Os responsáveis regionais terão por função a formação de pessoas, assessorias e fornecimento de subsídios às dioceses (Linhas de trabalho n.º 2 e 3, item B 3).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Continuação dos cursos do ISPAC, com a duração de 1 ano.
- Concessão anual de 12 bolsas de manutenção (1 para cada regional) e 12 bolsas de estudos (1 para cada regional) nos cursos do ISPAC, com a finalidade de formar responsáveis e assessores dos departamentos regionais de catequese - durante o período de 5 anos.
- 8 cursos, no período de 20 dias, em 8 regiões diferentes - em 1966 e 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Catequese e Instituto Superior de Pastoral Catequética (SNAC e ISPAG).

3.3. Liturgia

Formação de responsáveis regionais pela pastoral litúrgica. Estes responsáveis terão por funções a formação de pessoal, assessoria e fornecimento de subsídios às dioceses. (Linha de trabalho n.º 4, item B 3).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Curso inicial de 1 mês – janeiro de 1966.
- Curso de 4, meses, com 12 bolsas de manutenção e 12 bolsas de estudo - agosto à novembro de 1966.
- Concessão anual de 12 bolsas de manutenção (1 para cada regional) e 12 bolsas de estudo (1 para cada regional), para um curso anual, durante o período de 4 anos, com a finalidade de formar os responsáveis e assessores dos departamentos regionais e programas diocesanos - a partir de 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Liturgia e Instituto Superior de Pastoral Litúrgica. (SNAL e ISPAL).

3.4. Formação de responsáveis regionais pela ação ecumênica

Os responsáveis regionais terão por função a formação de pessoal, assessoria e fornecimento de subsídios às dioceses. (Linha de trabalho n.º 5, itens B 3 e 4).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Curso de 10 dias, para 40 a 50 pessoas - janeiro de 1967.
- Concessão de 5 bolsas de estudo, no estrangeiro, com duração de 6 meses, para formar peritos em ecumenismo - durante o período de 5 anos.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Teologia - Setor de Ecumenismo. (SNAT).

3.5. Ação social

Formação de responsáveis pelos departamentos regionais de ação social. (Linha de trabalho n° 6, item B 1, letra e e B 3).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Curso de 10 dias, no Rio de Janeiro, para 40 a 50 pessoas - setembro de 1966.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Ação Social. (SNAS).

3.6. Diaconato

Formação de responsáveis regionais pelo projeto da restauração do diaconato. (Linha de trabalho n.º 1, item B 5).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Curso de 20 dias para 30 a 40 pessoas - fim de julho de 1966.

Coordenação do trajeto: Secretariado Nacional do Ministério Hierárquico. (SNAMHI).

3.7. Vocações

Formação de promotores vocacionais e responsáveis pelo departamento regional de vocações. (Linha de trabalho n° 1, item B 7).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Curso de 4 meses, com 12 bolsas de manutenção e 12 de estudo - de agosto a novembro de 1966.
- Concessão anual de 12 bolsas de manutenção (1 para cada regional) e 12 bolsas de estudos (1 para cada regional), para um curso de 1 ano, durante o período de 4 anos, com a finalidade de formar os responsáveis e assessores dos departamentos regionais e programas diocesanos a partir de 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Vocações e Instituto Superior de Pastoral Vocacional. (SNAV e ISPAV).

3.8. Responsáveis por seminários

Formação e atualização de reitores, prefeitos de estudos, diretores espirituais e professores de Seminários. (Linha de trabalho n° 1, item B 6).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- 2 cursos anuais, de 4 meses cada um, em São Leopoldo (Rio Grande do Sul) - início em 1966.
- Concessão de 24 bolsas de manutenção (2 para cada regional) e 2 bolsas de estudos (2 para cada regional) - durante o período de 5 anos.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Seminários. (SNASEM).

3.9. Equipes de assessoria para renovação pastoral

Preparação de equipes de assessoria para a renovação pastoral diocesana, que permanecerão por 1 ou 2 anos nas dioceses que as solicitarem. (Linha de trabalho n° 1).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- 5 cursos de 20 dias para 50 a 60 pessoas, - novembro de 1966 a 1967.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Apostolado Especial. (SNAPES).

3.10.
adolescente

Movimento

infanto-

Formação de responsáveis regionais capazes de lançar movimentos apostólicos infanto-adolescentes, que ajudem esses níveis de idade a se encaminharem normalmente para a realização de sua vocação, como membros do povo de Deus. (Linha de trabalho n° 1, item B 8).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- 10 cursos para 40 a 50 pessoas, em diversas regiões, com duração de 10 dias – de 1967 a 1969.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Vocações. (SNAV).

3.11.

Leigos

Aperfeiçoamento de leigos, em nível superior. (Linha de trabalho n° 1, item B, 14).

Sistemática, duração, prazo de realização:

- Encontros nacionais, com participação dos diversos movimentos de apostolado dos leigos - de 1966 a 1970.
- Curso anual, com duração de 1 mês no (INALE) - de 1966 a 1970.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Apostolado dos Leigos. (SNALE).

3.12.

Formação da opinião pública

Aproveitar os diversos meios de comunicação social para informar a opinião pública sobre o Plano de Pastoral de Conjunto, e formá-la segundo a imagem de Igreja que ele apresenta. Manter para isto algumas colunas em jornais, organizar programas semanais de rádio e TV, em diversas regiões e em diversas dioceses de cada região.

Prazo de realização: de março de 1966 a dezembro de 1970.

Coordenação do projeto: Secretariado Nacional de Opinião Pública. (SNOP).

*

Maiores detalhes são apresentados nos quadros Resumo, que se encontram no fim desta IIIª Parte.

PROGRAMA N° 4

Montagem de novos serviços de assessoria

A função da CNBB é eminentemente uma função de serviço, no sentido de ajudar as dioceses e os organismos de Igreja a realizarem sua missão.

Este Plano de Pastoral de Conjunto traça as diretrizes de renovação e prevê as atividades da CNBB em nível nacional e até certo ponto em nível regional.

Sente-se, porém, a *necessidade* de prestar *uma* assessoria aos regionais e às dioceses que solicitarem, no sentido de ajudá-los a planejarem sua renovação.

De outro lado, para que se possa acompanhar, avaliar e coordenar a ação pastoral é de suma importância que se elabore e adote um sistema comum de planejamento pastoral.

A CNBB criará no secretariado geral um setor de assessoria ao planejamento pastoral e formará, por indicação das regiões, os assessores em planejamento pastoral junto a cada secretariado regional. Estes assessores estarão à disposição das dioceses que desejarem planejar sua renovação e solicitarem assessoria.

Além de assessores em planejamento pastoral, é necessário que os secretariados regionais disponham de grupos de assessores liberados ou semi-liberados, capazes de ajudar uma diocese, que os solicita, a promover sua renovação, seja no conjunto da ação pastoral, seja nos diversos setores especializados (catequese, liturgia, etc.). Além de leigos, estas equipes deverão ser integradas por religiosos e religiosas. Este é um dos setores onde os religiosos podem prestar uma grande colaboração e integrar-se eficazmente na pastoral de conjunto. Esta colaboração exige um diálogo intenso e um acordo entre a comissão regional da CNBB e os superiores provinciais, de modo que sejam formados os religiosos e religiosas capazes de assumir estas tarefas de assessoria e sejam integrados por tempo determinado nos secretariados regionais e diocesanos e em outros organismos de assessoria regional.

*

A questão dos bens eclesiais e dos sistemas de sustentação da Igreja assume hoje um papel decisivo no conjunto da renovação pastoral e requer não só uma pesquisa e uma reflexão, mas também uma assessoria capaz de ajudar a CNBB em nível nacional, os secretariados regionais e as dioceses no planejamento destes bens e dos sistemas de sustentação.

No mais breve espaço de tempo, e da maneira mais conveniente ao testemunho a ser dado pela Igreja e à renovação de toda a pastoral, dever-se-á chegar a um sistema que permita à Igreja sua auto-sustentação, assumida responsabilmente por todos os seus membros.

Como o assunto é de natureza muito específica, será criado junto ao secretariado geral um setor de assessoria ao *planejamento de bens eclesiais* ao lado do *assessoria ao planejamento pastoral*.

*

Compreende-se, igualmente, a importância de a CNBB estar inteiramente ao corrente de todos os assuntos, sobretudo de nível nacional, que interessem à vida e à ação da Igreja.

Em princípio, poder-se-ia confiar a cada secretariado nacional e aos demais organismos ligados à CNBB que procurassem manter-se informados dentro do seu campo. Embora eles devam em parte realizar esta tarefa, há questões que escapam aos secretariados e que às vezes atingem o conjunto da vida da Igreja. Ganharíamos também em eficiência se houvesse uma coordenação de todas estas informações.

O secretariado geral criará, pois, uma assessoria de informações capaz de manter informado o episcopado e os diversos secretariados da CNBB (sobretudo no campo que lhes é específico), sobre todas as questões que possam interessar à vida e à ação da Igreja.

*

Como conseqüência do programa de formação durante os anos de 1966-1967, dever-se-á montar o Instituto Nacional de Apostolado dos Leigos (INAL), o Instituto Superior de Pastoral Vocacional (ISPAV) e o Instituto Superior de Pastoral Litúrgica (ISPAL).

Para uma maior divulgação de todos estes trabalhos de pesquisa e reflexão e para maior eficiência de todo o programa de formação, será reestruturada, e reaparelhada a Livraria D. Bosco Editora, para que possa servir melhor a estes objetivos.

Enumeramos em seguida os diversos projetos de montagem de novos Serviços:

4.1. Sistema de planejamento pastoral

Definição da sistemática de planejamento permanente da CNBB, seu sistema de controle e avaliação, seu sistema de elaboração orçamentária e montagem do setor correspondente no secretariado geral. Montagem de um serviço para atender às solicitações de assessoria de planejamento de dioceses e regionais.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral - Departamento do Pastoral.

4.2. Assessoria para planejamento de bens eclesiais

Montagem de um serviço para atender às solicitações de assessoria às dioceses para organização e a gestão dos bens eclesiais.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral - Departamento de Pastoral.

4.3. Assessoria de informações

Montagem de uma equipe de assessores e sistema de documentação para prestar as informações sobre a conjuntura brasileira à CNBB, bem como acompanhar o andamento dos assuntos de interesse da Igreja.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral - Departamento de Pastoral.

4.4. Montagem do ISPAL, ISPAV e INAL

Existe em funcionamento o ISPAC. Em 1966 serão montados, em conjunto com o ISPAC, os outros três Institutos: ISPAL, ISPAV e INAL. Funcionarão possivelmente no mesmo edifício e com uma certa organização comum. Terão algumas matérias básicas em comum para os quatro, e outras matérias em separado conforme o objetivo específico de cada um. Seu objetivo é formar pessoal especializado de nível superior nestes vários setores de ação da Igreja.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral - SNAL, SNAC, SNAV, SNALE.

4.5. Reestruturação da Livraria D. Basco Editora

Constituição de um fundo de publicação e ampliação dos serviços de venda e divulgação de livros da Livraria D. Basco Editora.

Coordenação do projeto: Secretariado Geral.

*

Maiores detalhes serão apresentados nos quadros-resumo, que se encontram no fim desta III Parte.

**PROGRAMA 1 - LEVANTAMENTOS E PESQUISAS
QUADRO – RESUMO**

Nº	Projeto	Responsável	Datas e Prazos	Util. dos resultados	Observações
Pesquisas por amostragem, nas mesmas áreas					
1.1	Clero, religiosos e leigos	CERIS	Jul. 1966 a jul. 1967	Projetos: 2.2; 2.3; 2.4	
1.2	Estruturas da Igreja	CERIS	Jul. 1966 a jul. 1967	Projetos: 2.1	
1.3	Motivação Religiosa	CERIS	Jul. 1966 a jul. 1967	Projetos: 2.8; 2.9; 2.10; 2.17; 2.18; 2.13; 2.16; 2.19	Conclusões sobre: Laicato e ministério hierárquico – janeiro 1967; Esstruturas da Igreja – agosto 1967; Religiosos – janeiro 1968.
1.4	Categorias mentais e anúncio da Palavra	CERIS	Ago. 1968 a Ago. 1969	Projetos: 2.8; 2.9; 3.10; 2.18; 2.13; 2.16; 2.19	
1.5	Situação atual do anúncio missionário	CERIS	Ago. 1967 a Ago. 1969	Projetos: 2.8; 2.17; 2.18; 2.13; 2.16; 2.19	Juventude e famílias – agosto 1968; Santuários, Presença no mundo e conclusões finais – agosto 1969.
1.6	Situação atual da pastoral litúrgica	CERIS	Mar. 1966 a Fev. 1968	Projetos: 2.10; 2.17; 2.18; 2.13; 2.16; 2.19	O CERIS já conta com Cr\$ 5.000.000,00 de financiamento.
1.7	Situação atual da catequese	CERIS	Mar. 1966 a Out. 1968	Projetos: 2.9; 2.13; 2.16; 2.17; 2.18; 2.19	Por conta dos recursos do CERIS.
1.8	Igreja e família	CERIS	Ago. 1967 a Dez. 1968	Projetos: 2.12; 2.13	
1.9	Igreja e educação	CERIS	Jul. 1967 a Jul. 1968	Projetos: 2.13; 2.14; 2.15; 2.18	
Pesquisas por observação direta					
1.10	Igreja e opinião pública	CERIS	1ª parte: (Levantamento	Projetos: 2.15	1ª Parte por conta dos

			quantitativo) abr. a dez.1966 2ª parte: (Análise qualitativa) jul. 1968 a jul. 1969.		recursos do CERIS.
1.11	Bens eclesiásticos	CERIS	Mar. a Nov. 1966	Projeto: 2.7	
1.12	Migrações e estações	CERIS	Mai. 1966 a Mai. 1967	Projeto: 2.16	
1.13	Locais de turismo	CERIS	Out. 1967 a Out. 1968	Projeto: 2.13; 2.18	
Estudos interpretativos					
1.14	História religiosa	CERIS	Fev. 1966 a Dez. 1969	Projeto: 2.2; 2.3; 2.4; 2.1; 2.8; 2.9; 2.10; 2.11; 2.17; 2.18; 2.13	Conclusões sobre: Laicato e ministério hierárquico - jan. 1967 Estruturas da Igreja – ago. 1967 Religiosos – jan. 1968 Juventude e família – ago. 1969 Santuários, presença no Mundo, evangelização e liturgia – ago. 1969.
1.15	Ciências sagradas	CERIS	Fev. 1967 a Fev. 1968	Projeto: 2.9	Igreja como comunidade, catequese e ecumenismo – dez. 1969
1.16	Expressões religiosas	CERIS	Ago. 1967 a Ago. 1968	Projeto: 2.10	
1.17	Igreja e ecumenismo	CERIS	1ª parte: mar. a jul. 1966 2ª parte: jul. 1966 a dez. 1969		1ª Parte – Levantamento 2ª Parte – Observação direta e diálogo com grupos
1.18	Igreja e desenvolvimento	CERIS	Fev. 1966 a Out. 1967	Projeto: 2.12	
1.19	Elementos sócio-econômico-culturais	CERIS	Jul. 1966 a dez. 1969	Projetos: 2.8; 2.9; 2.10; 2.17; 2.18; 2.13; 2.16	Conclusões sobre: Laicato e ministério hierárquico – jan. 1967

					Estruturas da Igreja – ago. 1967 Religiosos – jan. 1968 Juventude e família – ago. 1968 Santuários, presença no Mundo, evangelização e liturgia – ago. 1969 Igreja como comunidade, catequese e ecumenismo, conclusões finais – dez. 1969.
--	--	--	--	--	--

Legenda: CERIS: Centro de Estatística Religiosa e Investigações Sociais.

PROGRAMA 2 - REFLEXÃO E ELABORAÇÃO TEOLÓGICO-PASTORAL

QUADRO – RESUMO

Nº	Projeto	Responsável	Datas e Prazos	Material Básico
2.1	Ministério da Igreja e sua realidade visível	Secret. Geral Dep. Pastoral	Estudos por peritos: jun. 1967 a fev. 1969 Encontro nacional – fev. 1969	Pesquisa: 1.2;1.14
2.2	Missão do ministério hierárquico	SNAMHI	Peritos: jan. a jul. 1967 Sem. Nacional – jul. 1967	Pesquisa: 1.1;1.14
2.3	Missão dos religiosos	Secret. Geral, Dep. Pastoral	Peritos: jan. a jul. 1968; Sem. Nacional – jul. 1968	Pesquisa: 1.14;1.1
2.4	Missão dos Leigos	SNALE	Peritos: jan. a jul. 1967; Sem. Nacional – jul. 1967	Pesquisa: 1.14;1.1
2.5	Teologia da vocação	SNAV	Peritos: jan. a ago. de 1966; Sem. Nacional – ago. 1966.	Pesquisa já realizadas
2.6	Seminários	SNASEM	Encontros Regionais – jan. 1966 Peritos: jan. a jul. 1966; Sem. Nacional – jul. 1966.	Pesquisa já realizadas
2.7	Sistemas de sustentação	Secret. Geral	Peritos: out. 1966 a fev. 1967	Pesquisas: 1.11

		Dep. Pastoral	Sem. Nacional – fev. 1967	
2.8	Evangelização	Secret. Geral Dep. Pastoral	Encontro nacional: fev. 1966 Peritos: fev. 1966 a fev. 1970 Sem. Nacional: jul. 1970	Pesquisas: 1.3;1.4;1.5;1.14;1.19
2.9	Renovação catequética	SNAC	Peritos: fev. a jul. 1968 Encontro nacional: jul. 1968 Peritos: jul. de 1968 a jul. de 1970 Sem. Nacional: jul. 1970	Pesquisas: 1.3;1.4;1.7;1.14;1.15;1.19.
2.10	Pastoral litúrgica	SNAL	Peritos: meses anteriores aos enc. Seminários nacionais Penitência – jun. 1966 Matrimônio – jun. 1967 Dia do Senhor – jun. 1968 Ano litúrgico – jun. 1969 Liturgia e aculturação – jun. 1969 Música sacra e Arte sacra – encontro paralelos aos acima.	Pesquisas: 1.3;1.4;1.6;1.14;1.16;1.19.
2.11	Ecumenismo	SNAT	Sem. Nacional – jul. 1966 Peritos: dez. 1969 a jul. 1970 Sem. Nacional – jul. 1970	Pesquisas: 1.14;1.17
2.12	Presença no desenvolvimento	SNAS	Sem. Nacional – mar. 1966 Sem. Diocesano e regionais – mar. 1966 a fev. 1968 Semana nacional – fev. 1968	
2.13	Presença na família	SNAS e SNALE	Sem. Nacional – fev. 1968 Sem. Diocesanos e regionais – fev. 1968 a jul. 1969 Semana nacional – jul. 1969	Pesquisas: 1.3;1.4;1.5;1.6;1.7;1.8;1.9;1.13;1.14;1.19.
2.14	Cultura	SNED	Sem. Nacional – fev. 1968 Grupos regionais – fev. 1968 a jul. 1969.	Pesquisa: 1.9
2.15	Sócio-econômico-político	SNAS	Sem. Nacional – fev. 1968 Grupos regionais – fev. 1968 a julho 1969	

2.16	Deslocamento e estações	SNAPES	Sem. Nacional – mai. 1966 a set. 1967	Pesquisas: 1.3;1.4;1.5;1.6;1.7;1.12;1.19 .
2.17	Santuários	SNAPES	Peritos: ago. 1969 a mai. 1970 Sem. Nacional – mai. 1970	Pesquisas: 1.3;1.5;1.6;1.7;1.14;1.19
2.18	Juventude	SNALE	Peritos: ago. 1968 a jan. 1969 Sem. Nacional – jan. 1969	Pesquisas: 1.3;1.4;1.5;1.6;1.7;1.9;1.13; 1.14;1.19.
2.19	Espiritualidade	SNAPES	Peritos: fev. 1967 a jun. 1967 Sem. Nacional – jun. 1967 Peritos: jul. 1967 a jun. 1970 Sem. Nacional – jun. 1970.	Pesquisas: 1.3;1.7;1.5;1.6;1.4.

Legenda: SNAMHI: Secretaria Nacional do Ministério Hierárquico
SNALE: Secretaria Nacional do Apostolado Leigos
SNAV: Secretaria Nacional de Vocações
SNASEM: Secretaria Nacional de Seminários
SNAC: Secretaria Nacional de Catequese
SNAL: Secretaria Nacional de Liturgia
SNAT: Secretaria Nacional de Teologia
SNAS: Secretaria Nacional de Ação Social
SNED: Secretaria Nacional de Educação

**PROGRAMA 3 – FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO
QUADRO – RESUMO**

Nº	Projeto	Responsável	Sistemática e duração	Nº de participantes	Datas e prazos	Destinação dos recursos	Observações
3.1	Ministério sacerdotal	SNAMHI	12 cursos regionais de 10 dias cada um (preparação de responsáveis por casos regionais de aprofundamento de 1 mês) Encontro nacional de revisão.	15-20	1º semestre 1966 Jan. 1968	Realização dos 12 cursos e do Encontro nacional	Os cursos diocesanos e regionais farão parte dos planos dos secretariados regionais.
3.2	Ação missionária e catequética	SNAC ISPAC	Participação nos cursos permanentes do Instituto de Pastoral Catequética. 8 cursos regionais de 20 dias cada um.	- 50	A partir de janeiro de 1966. 4 cursos no 1º semestre 1966 e 4 no 1º semestre 1967.	12 bolsas de manutenção e 12 de estudos, por ano, para os cursos permanentes.	1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional.
3.3	Liturgia	SNAL ISPAL	Participação nos cursos do ISPAL: - curso de 1 mês - curso de 4 meses - curso de 1 ano	-	Jan. 1966 Ago. a nov. 1966 A partir de mar. 1967.	12 bolsas de manutenção e 12 de estudos, por ano, para os cursos permanentes.	1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional.
3.4	Ação ecumênica	SNAT	Curso de 10 dias no	40-50	Curso: jan.	Realização do	

			Rio. Bolsas de estudo no exterior.		1967; Bolsas – a partir de 1967.	curso e 4 bolsas de 6 meses, 1 por ano	
3.5	Promoção social	SNAS	Curso de 10 dias no Rio	40-50	Set. 1966	Realização do curso.	
3.6	Diaconato	SNAMHI	Curso de 20 dias no Rio	30-40	Jul. 1966	Realização do curso.	
3.7	Vocações	SNAV ISPAV	Participação nos cursos permanentes do ISPAV: - Curso de 4 meses; - Curso de 1 ano.	-	Ago. a nov. 1966 A partir de mar. 1967.		1 bolsa de manutenção e 1 de estudos por regional.
3.8	Responsável por seminários	SNASEM	Participação nos cursos permanentes de São Leopoldo (duração- 4 meses)	-	A partir de 1966	24 bolsas de manutenção e 24 estudos, por ano, para dos cursos permanentes.	2 bolsas de manutenção e 2 de estudo por regional.
3.9	Equipes de assessoria	SNAPES	5 cursos regionais de 20 dias cada um	50	2º semestre de cada ano. A partir de 1966	Realização dos cursos	
3.10	Movimento infanto-adolescente	SNAV	10 cursos regionais de 10 dias cada um	30	3 cursos em 1967 3 cursos em 1968 4 cursos em 1969	Realização dos cursos	
3.11	Leigos	SNALE	Encontros nacionais Cursos nacionais de 30 dias cada um	60 40	Janeiro de cada ano 2º semestre de cada ano.	Realização dos encontros e cursos	

Legenda: SNAMHI: Secretaria Nacional do Ministério Hierárquico

SNAS: Secretaria Nacional de Ação Social
SNAC: Secretaria Nacional de Catequese
SNAPES: Secretaria Nacional de Pastoral Especial
SNAL: Secretaria Nacional de Liturgia
SNALE: Secretaria Nacional do Apostolado dos Leigos
SNAT: Secretaria Nacional de Teologia
SNASEM: Secretaria Nacional de Seminários
ISPAC: Instituto Superior de Pastoral Catequética
ISPAL: Instituto Superior de Pastoral Litúrgica
SNAV: Secretaria Nacional de Vocações
ISPAV: Instituto Superior de Pastoral Vocacional

**PROGRAMA 4 – MONTAGEM DE NOVOS SERVIÇOS
QUADRO – RESUMO**

Nº	Projeto	Responsável	Sistemática e datas	Destinação dos recursos	Observações
4.1	Sistema de planejamento pastoral	Secr. Geral	Elaboração da sistemática – janeiro a maio de 1966 Curso nacional de 2 semanas em maio de 1966.	Elaboração Realização do curso	O curso se destina a preparar os responsáveis pelas assessorias regionais.
4.2	Assessoria para planejamento de bens eclesiásticos.	Secr. Geral	Encontro nacional de pastores e peritos em abril 1966. Acompanhamento de experiências no ano de 1966.	Realização do encontro e despesas de acampamento.	
4.3	Assessoria de informações	Secr. Geral	Montagem de um Centro de Documentação a partir de jan. 1966.	Aquisição de material e despesas de coordenação.	
4.4	Montagem do ISPAL, ISPAV e INAL	Secr. Geral SNAL, SNAC, SANV e SNALE	Englobado no Projeto 4.5		
4.5	Reestruturação da Livraria D. Bosco Editora	Livraria D. Bosco	Constituição de um fundo de publicação e ampliação do serviço de venda e divulgação.	Constituição do fundo e ampliação.	

DADOS ESTATÍSTICOS SOBRE A IGREJA NO BRASIL

BRASIL

Especificação	Dados numéricos
Área (km ²)	8.511.965
População	82.222.000
Circunscrições Eclesiásticas	182
Paróquias: (1964) – total	4.604
Providas pelo clero Secular	2.396
Providas pelo clero Religioso	1.332
Anexas ou vagas	524
Prelados	228

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	454.265	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	46.769	
Área por paróquia		1.848
Habitantes por paróquia.....	17.658	
Habitantes para 1 sacerdote	7.019	

REGIONAL NORTE

(Rondônia - Acre - Amazonas - Roraima - Pará - Amapá)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	3.492.727	41
População	3.058.000	3
Circunscrições Eclesiásticas	25	15
Paróquias: (1964) – total	173	4
Providas pelo clero Secular	25	2
Providas pelo clero Religioso	122	9
Anexas ou vagas	17	4
Prelados	29	13

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	122.320	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	139.690	
Área por paróquia		20.186
Habitantes por paróquia.....	17.676	
Habitantes para 1 sacerdote	6.633	

REGIONAL NORDESTE I

(Maranhão - Piauí - Ceará)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do
----------------------	--------------------	---------------------------

		Brasil
Área (km ²)	730.277	9
População	8.153.000	10
Circunscrições Eclesiásticas	19	10
Paróquias: (1964) - total	304	7
Providas pelo clero Secular .	183	7
Providas pelo clero Religioso	47	4
Anexas ou vagas	18	3
Prelados	21	9

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	429.105	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	38.433	
Área por paróquia.....		2.402
Habitantes por paróquia.....	26.819	
Habitantes para 1 sacerdote	10.727	

REGIONAL NORDESTE II
(Rio Grande do Norte - Paraíba - Pernambuco - Alagoas)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	25.425	3
População	9.331.000	11
Circunscrições Eclesiásticas	19	10
Paróquias: (1964) - total	390	8
Providas pelo clero Secular	232	9
Providas pelo clero Religioso	60	5
Anexas ou vagas	28	5
Prelados	21	9

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	491.105	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	12.390	
Área por paróquia.....		603
Habitantes por paróquia.....	23.925	
Habitantes para 1 sacerdote	10.310	

REGIONAL NORDESTE III
(Sergipe - Bahia)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	583.020	7
População	7.438.000	9
Circunscrições Eclesiásticas	15	8
Paróquias: (1964) - total	334	7
Providas pelo clero Secular	149	6

Providas pelo clero Religioso	54	4
Anexas ou vagas	119	23
Prelados	17	7

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	495.866	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	38.868	
Área por paróquia		1.745
Habitantes por paróquia.....	22.269	
Habitantes para 1 sacerdote	14.876	

REGIONAL LESTE I
(Rio de Janeiro - Guanabara)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	50.082	1
População	8.102.000	9
Circunscrições Eclesiásticas	10	6
Paróquias: (1964) – total	365	8
Providas pelo clero Secular	200	9
Providas pelo clero Religioso	125	8
Anexas ou vagas	40	8
Prelados	22	9

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	810.200	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	5.008	
Área por paróquia		137
Habitantes por paróquia.....	22.197	
Habitantes para 1 sacerdote	6.476	

REGIONAL LESTE II
(Minas Gerais - Espírito Santo)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	632.769	7
População	12.917.000	16
Circunscrições Eclesiásticas	26	14
Paróquias: (1964) – total	938	20
Providas pelo clero Secular	543	23
Providas pelo clero Religioso	177	13
Anexas ou vagas	162	31
Prelados	31	14

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	496.807	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	24.337	

Área por paróquia.....	674
Habitantes por paróquia.....	13.770
Habitantes para 1 sacerdote.....	6.429

REGIONAL SUL I
(São Paulo)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	247.898	3
População	15.326.000	19
Circunscrições Eclesiásticas	23	13
Paróquias: (1964) – total	927	20
Providas pelo clero Secular	461	19
Providas pelo clero Religioso	231	17
Anexas ou vagas	94	18
Prelados	33	15

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica.....	666.347
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	10.778
Área por paróquia.....	267
Habitantes por paróquia.....	16.532
Habitantes para 1 sacerdote.....	5.840

REGIONAL SUL II
(Paraná)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	199.554	2
População	6.024.000	7
Circunscrições Eclesiásticas	10	6
Paróquias: (1964) – total	290	6
Providas pelo clero Secular	109	4
Providas pelo clero Religioso	169	13
Anexas ou vagas	12	2
Prelados	14	6

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica.....	602.240
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	19.955
Área por paróquia.....	688
Habitantes por paróquia.....	20.772
Habitantes para 1 sacerdote.....	8.064

REGIONAL SUL III
(Santa Catarina - Rio Grande do Sul)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	378.169	4
População	8.684.000	11
Circunscrições Eclesiásticas	16	8
Paróquias: (1964) – total	686	15
Providas pelo clero Secular	444	19
Providas pelo clero Religioso	232	17
Anexas ou vagas	10	2
Prelados	20	9

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	542.750	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	23.635	
Área por paróquia		551
Habitantes por paróquia.....	12.658	
Habitantes para 1 sacerdote	4.455	

REGIONAL EXTREMO-OESTE
(Mato Grosso - Rondônia (G. Mirim))

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do Brasil
Área (km ²)	1.320.457	15
População	1.189.000	1
Circunscrições Eclesiásticas	9	5
Paróquias: (1964) – total	75	2
Providas pelo clero Secular	9	1
Providas pelo clero Religioso	54	4
Anexas ou vagas	12	2
Prelados	10	4

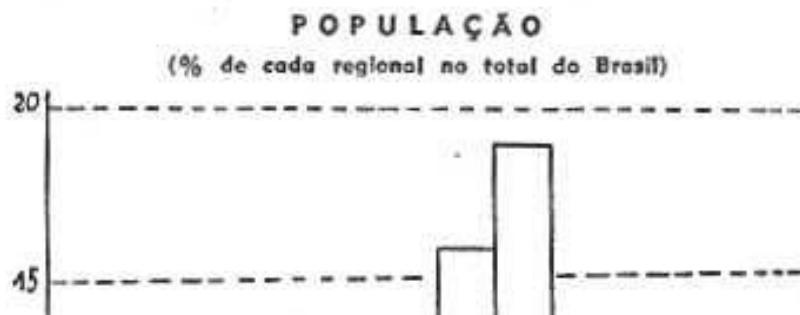
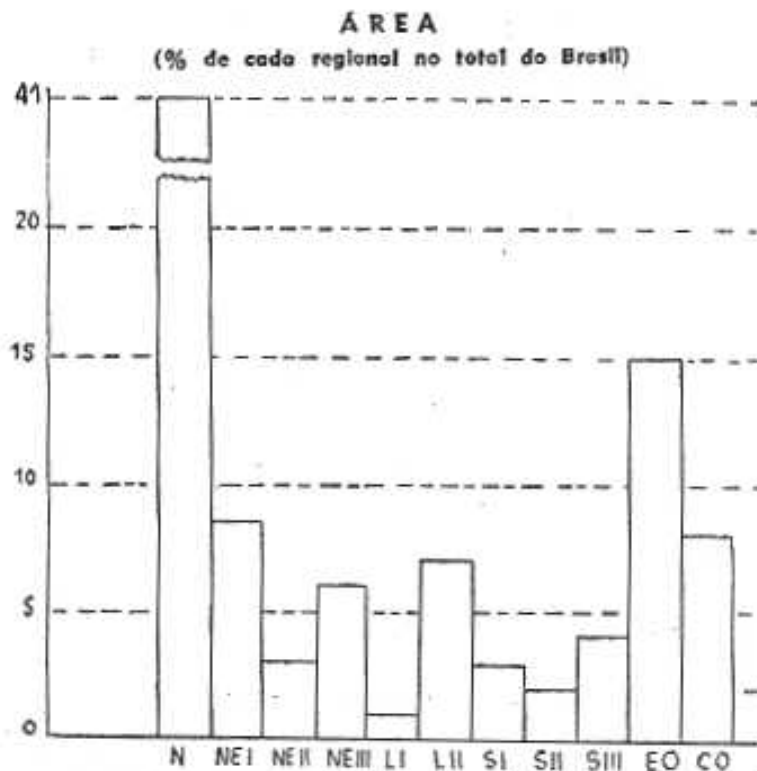
Habitantes por Circunscrição Eclesiástica	132.111	
Área por Circunscrição Eclesiástica.....	146.717	
Área por paróquia		17.606
Habitantes por paróquia.....	15.853	
Habitantes para 1 sacerdote	5.857	

REGIONAL CENTRO-OESTE
(Goiás)

Especificação	Nº Absoluto	% sobre o total do
----------------------	--------------------	---------------------------

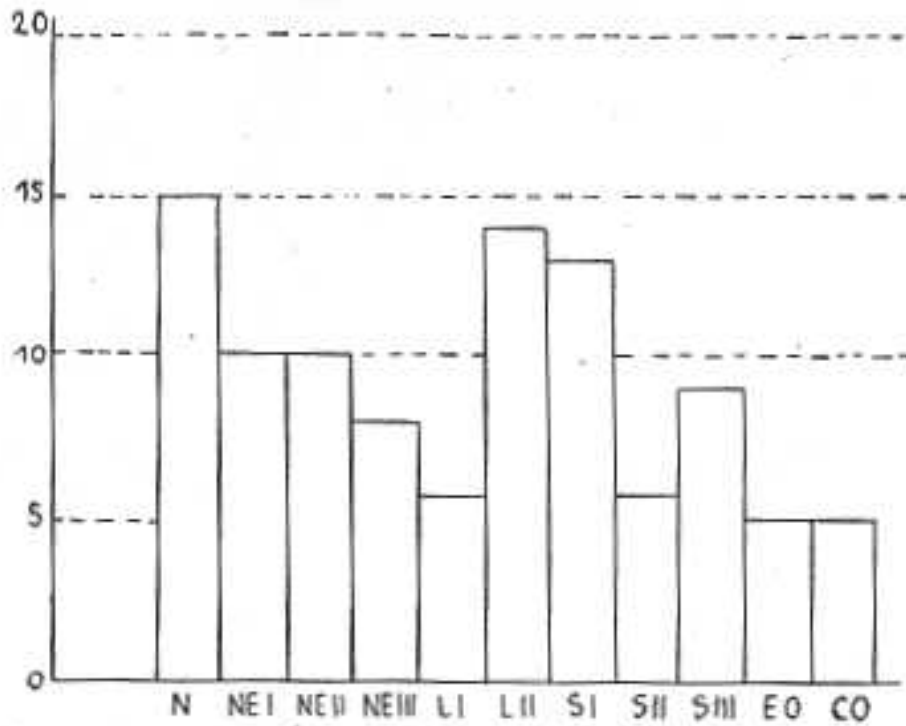
		Brasil
Área (km ²)	642 092	8
População	2 452 000	3
Circunscrições Eclesiásticas	9	5
Paróquias: (1964) – total	122	3
Providas pelo clero Secular	41	1
Providas pelo clero Religioso	61	5
Anexas ou vagas	12	2
Prelados	10	4

Habitantes por Circunscrição Eclesiástica272.444
 Área por Circunscrição Eclesiástica.....71.343
 Área por paróquia 5.263
 Habitantes por paróquia.....20.098
 Habitantes para 1 sacerdote9.887



CIRCUNSCRIÇÕES ECLESIÁSTICAS

(% de cada regional no total do Brasil)



PARÓQUIAS

(% de cada regional no total do Brasil)



Estatutos da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil

TÍTULO I – DA FINALIDADE E DOS MEMBROS

Art. 1º - A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) é a organização instituída pela Hierarquia Eclesiástica do Brasil, e aprovada pela Santa Sé, tendo como finalidade:

- a) estudar problemas de interesse da Igreja, particularmente no Brasil;
- b) apresentar normas, aprovar e coordenar medidas, que facilitem e promovam a unidade de orientação e a conveniente atualização da pastoral.

Art. 2º - São membros da CNBB, com iguais direitos, os Ordinários de lugar de qualquer rito (exceto os Vigários Gerais), os Coadjuutores, Auxiliares e outros Bispos Titulares em comunhão com a Santa Sé, **que tenham residência canônica no Brasil.**

§ único - O Núncio Apostólico será convidado a comparecer às reuniões da Assembléia Geral.

TÍTULO II – DOS ÓRGÃOS CONSTITUTIVOS

Art. 3º - A Conferência exerce suas atividades por meio dos órgãos constitutivos seguintes:

- a) Assembléia Geral
- b) Comissão Central
- c) Secretariado Geral

- d) Secretariados Nacionais
- e) Comissões Regionais
- f) Secretariados Regionais
- g) Comissões Episcopais
- h) Instituições por ela criadas

Capítulo Primeiro: Da Assembléia Geral

Art. 4º - A Assembléia Geral é o órgão supremo da CNBB.

§ único - A presidência e a direção da Assembléia Geral são exercidas pela Comissão Central.

Art. 5º - A Assembléia Geral se reunirá, ordinariamente, de dois em dois anos, e extraordinariamente, quando for requerida por 2/3 de seus membros ou da Comissão Central.

§ 1º - Os membros impedidos de comparecer podem, por escrito, enviar seus votos e sugestões, ou designar, com especificação de poderes, outro membro que fale e vote em seu nome.

§ 2º - Reunida a Assembléia, se não estiverem presentes ou representados ao menos 2/3 de seus membros, retardar-se-á, de um dia, o início dos trabalhos, podendo, então, a Assembléia funcionar com o mínimo de 1/3.

§ 3º - Os peritos e técnicos, convidados a assessorar os trabalhos da Assembléia, só poderão manifestar-se quando solicitados.

Art. 6º - Para que uma resolução ou proposição se tenha adotada pela Assembléia, exige-se, em votação secreta, o sufrágio de pelo menos 2/3 dos membros presentes ou representados.

§ 1º - Nos casos considerados mais simples, poderá a Assembléia, por maioria de 2/3, dispensar a votação secreta, se não a exigir o direito comum.

§ 2º - Salvo nos casos previstos pelas Constituições e Decretos Conciliares ou Atos da Santa Sé, as deliberações não terão força de lei, mas de orientação e coordenação pastoral, de acordo com as finalidades estabelecidas no Artigo 1º.

§ 3º - Em virtude do bem comum e da unidade, procurem os Prelados executar em suas Circunscrições Eclesiásticas o que for deliberado pela Assembléia Geral, e abstenham-se, em todo o caso, de pronunciamentos públicos contra o estabelecido.

Art. 7º - As atas da Assembléia Geral, devidamente aprovadas, serão remetidas à Santa Sé.

Art. 8º - As decisões, declarações e documentos da Assembléia Geral serão publicados, ou pelo menos, registrados no órgão oficial da Conferência.

§ 1º - As resoluções que dependem de aprovação pontifícia somente serão consideradas definitivas e tornadas públicas depois de confirmadas pela Santa Sé.

§ 2º - De ordinário, as decisões, declarações e documentos serão comunicados aos membros ausentes, antes de sua publicação.

Art. 9º - É de exclusiva competência da Assembléia Geral:

- a) examinar e aprovar a agenda dos trabalhos, para os quais se reúne;
- b) aprovar e modificar os estatutos de seus órgãos constitutivos;

- c) eleger o Presidente, o 1º e 2º Vice-Presidentes da Comissão Central, bem como o Secretário Geral e os Secretários Nacionais;
- d) aprovar o plano nacional de ação do Episcopado e apreciar-lhe a execução;
- e) criar, dividir ou assumir os Secretariados Nacionais e Regionais;
- f) nomear Comissões Episcopais, para atender a exigências da Santa Sé e à solução de problemas de interesse da Igreja no Brasil;
- g) aprovar a prestação de contas, nos termos do Art. 19, letra f;
- h) dispensar, em casos especiais, de exigências estatutárias ou não, em assuntos de caráter interno.

Capítulo Segundo: Da Comissão Central

Art. 10 - A Comissão Central é o órgão diretor da CNBB, dependente da Assembléia Geral, cujas resoluções deve cuidar sejam executadas.

Art. 11 - Constituem a Comissão Central:

- a) como membros natos, os Cardeais do Brasil e o Titular da Arquidiocese na Capital Federal;
- b) o Presidente e os Vice-Presidentes;
- c) o Secretário Geral;
- d) o Tesoureiro Geral;
- e) os Secretários Nacionais;
- f) os Secretários Regionais.

Art. 12 - A Comissão Central compete:

- a) aprovar seu Regimento Interno, o dos Secretariados Nacionais e do Departamento de Finanças;
- b) planejar uma ação concorde e atualizada do Episcopado. nos assuntos de interesse comum, para aprovação da Assembléia Geral;
- c) promover os estudos necessários ao referido planejamento e orientar-lhe as medidas executivas;
- d) escolher data, local, temário e ordem dos trabalhos da Assembléia Geral;
- e) constituir quando necessário equipes de estudos e *ad referendum* da Assembléia Geral, Comissões Episcopais para atender a problemas de interesse da Igreja no Brasil;
- f) convocar Assembléia Geral extraordinária;
- g) tomar as devidas providências para a publicação das resoluções e documentos aprovados pela Assembléia Geral;
- h) sob sua responsabilidade e *ad referendum* da Assembléia Geral, fazer pronunciamento ou tomar medidas urgentes, quando não houver tempo de solicitar aprovação dos membros da Conferência;
- i) adotar medidas adequadas para o fiel desempenho de todos os órgãos da CNBB;
- j) aprovar os nomes indicados para Sub-Secretários Gerais e Nacionais, bem como assessores oficiais da CNBB;
- k) aprovar normas de funcionamento para os Secretariados Nacionais .

Art. 13 - A Comissão Central reunir-se-á, ordinariamente, duas vezes por ano, em local e data que o Presidente considere oportuno.

§ único - Extraordinariamente, reunir-se-á a Comissão Central a Critério do Presidente, ou quando a convocação for requerida pelo mínimo de 1/3 de seus membros.

Art. 14 - A Comissão Central só poderá deliberar com ao menos 2/3 de seus membros presentes ou representados.

§ 1º - As deliberações serão tomadas por simples maioria, a não ser que ao menos 2 (dois) membros requeiram quorum especial.

§ 2º - As votações serão secretas, salvo requerimento nos termos do § anterior.

§ 3º - Cada membro da Comissão Central tem direito apenas a um voto, ainda que acumule mais de um cargo segundo a norma do canon 164.

Art. 15 - Ao Presidente da Comissão Central compete:

- a) exercer as atribuições da Comissão Central, que a mesma não se reservar;
- b) convocar as reuniões ordinárias da Assembléia Geral e todas as reuniões da Comissão Central;
- c) presidir às reuniões da Assembléia Geral e da Comissão Central;
- d) remeter à Santa Sé as atas da Assembléia Geral, assim como as resoluções que necessitem de aprovação pontifícia;
- e) decidir, *ad referendum* da Comissão Central, os assuntos que por sua urgência não possam esperar solução;
- f) acompanhar e orientar as atividades dos Secretariados Geral e Nacionais, assim como das Comissões Regionais, dentro das normas estatutárias e deliberações da Assembléia Geral;
- g) representar a Assembléia Geral é a Comissão Central, inclusive para efeitos legais, podendo estabelecer quando necessário;
- h) aprovar as indicações dos assessores para cada Secretariado;
- i) indicar à Comissão Central, para a devida aprovação, os assessores oficiais da CNBB.

Art. 16 - Os Vice-Presidentes participarão das responsabilidades do presidente e o substituirão nos impedimentos.

Art. 17 - O Secretário Geral da Conferência, mediante consentimento do Santo Padre, ficará liberado de qualquer outro munus, como de Bispo Diocesano ou Auxiliar, e a serviço do Episcopado brasileiro.

§ único - Os Sub-Secretários Gerais, que podem não ser Bispos, auxiliarão o Secretário Geral e exercerão as funções que o mesmo determinar e, se necessário, em regime de tempo integral.

Art. 18 - Compete ao Secretário Geral:

- a) cuidar do perfeito funcionamento do Secretariado Geral;
- b) organizar, supervisionar e coordenar todos os Departamentos e Serviços do Secretariado Geral;
- c) facilitar a coordenação de todas as atividades da CNBB, de modo a estimular e concretizar um trabalho orgânico e permanente;
- d) promover a execução das resoluções da Assembléia Geral e da Comissão Central;
- e) manter relações com as Conferências Episcopais, especialmente com o Conselho Episcopal Latino-Americano (CELAM) ;

- f) promover a coordenação das atividades da CNBB com a Conferência dos Religiosos do Brasil (CRB) ;
- g) manter a Conferência principalmente através de seus órgãos constitutivos, informada de experiências e iniciativas pastorais da Igreja no mundo, de modo a possibilitar o seu aproveitamento;
- h) estar ao corrente das disposições civis em matéria eclesiástica, particularmente no Brasil, providenciar o estudo das questões relativas a tais assuntos, para oportunas informações ao Episcopado;
- i) cuidar da Secretaria da Assembléia Geral e da Comissão Central, e preparar adequadamente suas reuniões;
- j) cooperar na organização e funcionamento dos Secretariados Nacionais e Regionais, de acordo com as normas aprovadas pela Comissão Central;
- k) indicar os respectivos Sub-Secretários à Comissão Central para a devida aprovação;
- l) publicar o órgão oficial da CNBB.

Art. 19 - Ao Tesoureiro Geral compete:

- a) organizar e manter, em perfeito funcionamento, o Departamento de Finanças, com pessoal próprio e especializado, segundo as normas do Regimento Interno, aprovado pela Comissão Central;
- b) responsabilizar-se pela guarda dos bens e valores da Conferência, sua administração ordinária e conveniente aplicação;
- c) elaborar e submeter, cada ano, à Comissão Central a proposta orçamentária e zelar pela execução do orçamento aprovado;
- d) fixar, com aprovação da Presidência, os níveis salariais do pessoal a serviço da CNBB e efetuar todos os pagamentos devidos;
- e) assinar cheques e contratos que envolvam compromissos financeiros e autorizar despesas extraordinárias, dentro dos limites fixados pela Comissão Central;
- f) prestar contas de sua gestão, anualmente, à Comissão Central e, de dois em dois anos à Assembléia Geral;
- g) substituirá o Tesoureiro nos impedimentos o Secretário Geral da CNBB, com os mesmos direitos e deveres.

Art. 20 - Os Secretários Nacionais, em harmonia com o Secretário Geral, respondem perante a Assembléia por setores de especial interesse da vida e da ação da Igreja.

§ único - Quando a Assembléia Geral julgar conveniente poderá pedir ao Santo Padre a liberação de Secretários Nacionais, nos termos estabelecidos para o Secretário Geral.

Art. 21 - Compete aos Secretários Nacionais:

- a) organizar, orientar e dirigir o respectivo Secretariado, de acordo com as normas aprovadas pela Comissão Central;
- b) indicar subsecretário à Comissão Central e assessores ao Presidente para a devida aprovação;
- c) apresentar relatórios à Assembléia Geral.

§ único - Aplica-se aos Sub-Secretários Nacionais o disposto no art. 17 § único.

Capítulo Terceiro: Das Comissões e Secretariados Regionais

Art. 22 - As Comissões Regionais são órgãos de planejamentos de orientação da pastoral de conjunto no âmbito da região, em consonância com as diretrizes do plano nacional.'

Art. 23 - A Comissão Regional é constituída por todos os membros da CNBB pertencentes à região.

Art. 24 - Compete às Comissões Regionais:

- a) aprovar seu regimento interno;
- b) estabelecer suas linhas de funcionamento, de acordo com as normas da Comissão Central;
- c) estudar e equacionar os problemas próprios da região;
- d) aprovar planos de ação de âmbito regional e orientar sua execução;
- e) fornecer os elementos requeridos pela Comissão Central para o cumprimento do art. 12, letras b e c;
- f) requerer dos órgãos nacionais as medidas e os meios indispensáveis às suas atividades;
- g) decidir, por maioria de votos, sobre a sede do Secretariado Regional ou sua transferência;
- h) eleger o Prelado Secretário Regional que dirigirá os trabalhos da Comissão;
- i) confiar, se oportuno, a Prelados da Região, setores ou tarefas especiais de ação da Igreja;
- j) colaborar para a criação de Secretariados Diocesanos em consonância com os Secretariados Nacionais e Regionais;
- k) estudar questões atinentes a limites e à criação de novas Circunscrições Eclesiásticas na região, e apresentar, através da Presidência da Comissão Central, seu parecer e votos à Santa Sé.

Art. 25 - Para que uma resolução ou proposição seja adotada pelas Comissões Regionais, exige-se o previsto no artigo 6.

§ único - As resoluções e documentos das Comissões Regionais serão comunicados à Comissão Central.

Art. 26 - Os Secretários Regionais velem pela aplicação do plano nacional nas respectivas regiões, e procurem coordenar a pastoral de conjunto.

Art. 27 - Compete aos Secretários Regionais, consultados os Bispos por meio dos Metropolitanos:

- a) organizar, orientar e dirigir os Secretariados Regionais de modo a poderem colaborar com as Circunscrições Eclesiásticas na aplicação das diretrizes e decisões da Assembléia Geral, Comissão Central e Comissões Regionais;
- b) manter-se em articulação com o Secretário Geral e os Secretários Nacionais, para o devido funcionamento, na região, de todos os setores de atividades da CNBB;
- c) apresentar relatórios à Assembléia Geral;
- d) indicar à Comissão Regional Sub-Secretários pesa a devida aprovação.

TÍTULO III - DAS ELEIÇÕES

Art. 28 - Salvo os membros natos, todos os componentes da Comissão Central são eleitos por mandato de quatro anos, com possibilidade de reeleição.

Art. 29 - As eleições de competência da Assembléia Geral serão feitas em votações sucessivas, separadas e secretas, por maioria de 2/3, para Presidente e Secretário Geral, e por maioria absoluta para os demais cargos, não se computando os votos nulos.

§ 1º - Para facilitar a escolha dos candidatos, nada impede que a Comissão Central e as Comissões Regionais submetam à Assembléia Geral nomes ou chapas, para os diversos cargos, salvo o direito de a Assembléia sufragar nomes não sugeridos.

§ 2º - Nos casos em que se exige a maioria de 2/3, se esta não for obtida em dois escrutínios, prevalecerá o critério da maioria absoluta para os demais escrutínios.

§ 3º - Em caso de empate em três escrutínios sucessivos, prevalecerá o critério da precedência canônica.

Art. 30 - Tornando-se vago, por qualquer motivo, algum dos cargos de eleição para a Assembléia Geral pode a Comissão Central eleger, de acordo com as normas estabelecidas no artigo 29, substituto interino, até que se realize a mais próxima Assembléia.

Art. 31 - Os mandatos de todos os cargos da CNBB terminarão ao serem efetuadas as novas eleições gerais, qualquer que tenha sido o tempo de exercício.

Art. 32 - A eleição do Secretário Regional será secreta e por maioria absoluta, pela Comissão Regional.

TÍTULO IV – DA MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS

Art. 33 - Os Serviços nacionais da CNBB serão mantidos:

- a) pela contribuição mensal das Circunscrições Eclesiásticas;
- b) pela cooperação financeira dos Santuários;
- c) por doações e legados;
- d) por eventuais receitas.

§ único - No fim de cada período a Comissão Central apresentará se necessário, para aprovação da Assembléia, o *quantum* das contribuições dos Santuários e Circunscrições Eclesiásticas, a vigorar no período seguinte.

Art. 34 - Compete ao Departamento de Finanças coordenar as receitas e despesas da CNBB de modo a atender às necessidades de todos os setores nacionais salvaguardada, porém, a destinação específica de contribuições e doações.

Art. 35 - A critério da Comissão Regional, análogo processo de manutenção poderá ser instituído nos Secretariados Regionais.

TÍTULO V – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 36 - As instituições criadas pela Conferência terão estatutos próprios, e por eles serão regidas.

Art. 37 - Modificação alguma poderá ser introduzida nos presentes Estatutos, sem explícita aprovação da Santa Sé.

Art. 38 - Compete à Assembléia Geral, e por motivos urgentes à Comissão Central, a solução dos casos omissos.

Art. 39 - Para efeitos de legislação civil, os presentes estatutos são completados por um Estatuto Civil.